Lucas George Wendt

A **História** da **Informação** como **Objeto** de **Investigação** para a **Ciência** da **Informação**

Pedro & João editores

A HISTÓRIA DA INFORMAÇÃO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Pedro & João editores

Lucas George Wendt

A HISTÓRIA DA INFORMAÇÃO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Pedro & João editores

Copyright © Lucas George Wendt

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Como citar este livro: WENDT, Lucas George. **A história da informação como objeto de investigação para a Ciência da Informação.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 174 p. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.23021496.

Wendt, Lucas George.

A história da informação como objeto de investigação para a Ciência da Informação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 174p. 16 x 23 cm.

ISBN: **978-65-265-3302-4** [digital]

1. Informação. 2. Ciência da Informação. 3. Paradigmas da informação. I. Título.

CDD – 020

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Diagramação: Ida Conceição Andrade de Melo
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO……..……...…….7

1 INTRODUÇÃO……...……..…11

2 REFERENCIAL TEÓRICO……..22

2.1 Harold Borko e a definição fundacional da Ciência da Informação……..……..22

2.2 Rafael Capurro e os paradigmas epistemológicos da Ciência da Informação…….…..25

2.3 A história, a historiografia, a historicidade e os historiadores da informação……...29

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS……..63

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO……...……..66

4.1 O panorama internacional da História da Informação e da *Information History*…….……66

4.1.1 A Ciência da Informação na História da Informação……...74

4.1.2 A historiografia e os métodos atuais da História da Informação……76

4.2 A historicidade da informação como problema da Ciência da Informação……..……..80

4.3 Borko revisitado a partir da historicidade implícita na definição fundacional da CI……...83

4.4 Os paradigmas capurrianos e a dimensão histórica em aproximação às vertentes historiográficas……...85

4.4.1 O paradigma físico: informação como objeto, artefato, materialidade……..……..88

4.4.2 O paradigma cognitivo: informação como conteúdo, representação, conhecimento apropriado……..…..……95

4.4.3 O paradigma social: informação tida como fenômeno relacional, circulante em redes…….……106

4.4.4 Síntese das aproximações propostas entre a literatura da CI, a informação e as diferentes vertentes historiográficas……...115

4.5 História da Informação e Ciência da Informação: convergências, divergências e lacunas……...……124

4.6 História da Informação no contexto brasileiro……..134

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS……..……..136

REFERÊNCIAS……..142

SOBRE O AUTOR……...……..173

APRESENTAÇÃO

Este texto parte do trânsito deste autor entre diferentes campos vinculados à produção, à organização, à circulação, à preservação, à mediação, à comunicação e à apropriação da informação. Uma graduação em Jornalismo, 2017 antecede um bacharelado em Biblioteconomia (finalizado em 2020) e uma especialização em Comunicação (2021); seguem-se um mestrado em Ciência da Informação (findo em 2024) e um mestrado em Museologia e Patrimônio, este em fase de conclusão, aos quais se somam, no presente momento da escrita deste texto, uma graduação em Arquivologia e o início do doutoramento em Ciência da Informação.

Todo o percurso foi acompanhado pelo interesse em História, despertado ainda na disciplina de História das Mídias do bacharelado em Jornalismo, que encontrou, nos estudos sobre a História da Informação, o domínio capaz de conectar os pendores individuais no entorno de uma argumentação e produção teórica comum.

A *História*, disciplina, e a *história*, construção, permitem estabelecer conexões entre domínios pelos quais o autor transitou ao longo de quinze anos de contato com diferentes perspectivas sobre Informação e Comunicação. É daí que formula uma reflexão integrada entre a Ciência da Informação brasileira e a perspectiva histórica, aproximando-a, em particular, do campo da História da Informação tal como este vem sendo elaborado internacionalmente. Defende-se que os estudos sobre o livro, sobre as mídias, sobre a ciência, sobre os museus e os arquivos convivem, no Brasil (e no mundo), sem que um eixo comum de leitura os interprete e os conecte enquanto manifestações de processos informacionais (historicamente situados).

É ao que se presta a História da Informação, campo em emergência na História, e ainda pouco ocupado pelos

profissionais da Informação. As relações entre a informação e a historicidade já estão sendo elaboradas, em outras tradições nacionais, por coletâneas como o *Routledge Handbook of Information History*, organizado por Alistair Black, Bonnie Mak, Laura Skouvig e Toni Weller que, neste texto, servem, em larga medida, como ponto de partida para pensar o lugar da Ciência da Informação neste desenrolar.

A proposta aqui tangenciada é apresentada ancorando-se em dois textos muito conhecidos na Ciência da Informação. De Harold Borko (1922–2012) deriva-se a premissa de que os processos informacionais (geração, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização) são, por definição, processos que se desenrolam no tempo; se a Ciência da Informação toma esses processos como objeto, a dimensão histórica não lhes é acrescentada de fora, logicamente sendo uma manifestação de sua própria natureza temporal. Logo, a História da Informação, na medida em que os toma (sua totalidade, ou mesmo alguns deles, como a faz o *Routledge Handbook of Information History* e sua partição), se aproxima da Ciência da Informação.

De Rafael Capurro (1945–2026), por sua vez, empresta-se o instrumento que permite aproximar as historiografias setoriais distintas (da História do Livro à História das Mídias, da História da Ciência à História da Educação, entre diversas outras) segundo os paradigmas físico, cognitivo e social, reconhecendo, quando necessário, que muitas dessas vertentes transitam por mais de um paradigma simultaneamente. É a via que permite o estabelecimento das relações entre a História e a Ciência da Informação, bem como de seus objetos.

Da base teórica decorre uma opção epistemológica pela recusa em apresentar a História da Informação como disciplina autônoma vocacionada a substituir historiografias setoriais já consolidadas, em favor de sua definição como perspectiva interdisciplinar, como um ponto de leitura comum que atravessa campos sem os subsumir, trazendo a discussão para o seio da

Ciência da Informação. A obra segue, dessa maneira, uma progressão que vai do diagnóstico da lacuna à definição do instrumental teórico, deste à discussão categorizada das historiografias setoriais, e desta, por fim, a uma proposta de conceituação que já nasce ciente de seus próprios limites.

O texto na qual se conforma esse trabalho de pesquisa resultam de um processo de estudo, sendo, originalmente, notas, fichamentos e anotações de leitura acumulados ao longo dos últimos anos, redigidos à medida que as questões se impunham e as leituras se progrediam, sem a pretensão inicial de formar um conjunto coeso que agora se materializa.

Ainda assim, a releitura desse material permitiu perceber que, sob a aparente dispersão dos temas, há um fio condutor, alinhado à tentativa de pensar as relações entre história e informação a partir da Ciência da Informação. Os textos que seguem funcionam, assim, como uma porta de entrada, necessariamente parcial, para essa discussão, na medida em que oferecem um percurso, e convidam o leitor a percorrê-lo com o mesmo espírito de investigação que o animou.

O que esta obra busca oferecer à Ciência da Informação brasileira, portanto, não se esgota numa discussão sobre a delimitação de seu objeto. Oferece, sobretudo, uma possibilidade de interpretar a própria constituição dos fenômenos informacionais a partir de sua historicidade, de reconhecer que práticas, instituições, conceitos e regimes de produção e circulação, apropriação e controle da informação são, eles mesmos, produtos de processos históricos específicos.

Resultado de um esforço de convergência entre formação e pesquisa, entre campos do conhecimento diversos e, sobretudo, entre a Ciência da Informação e Comunicação, e um interesse cada vez mais voltado à História, é nesse cruzamento que a obra encontra sua principal razão de ser: transformar uma trajetória acadêmica marcada pela interdisciplinaridade, por leituras múltiplas e pelo trânsito em diferentes em uma proposta de

reflexão sistemática sobre a informação em sua dimensão histórica.

Boa leitura.

Lucas George Wendt,
27 de agosto de 2026

1 INTRODUÇÃO

A relação entre História e Informação, e o resultado que decorre desta conexão, a História da Informação, ainda não foi tematizada como problema epistemológico autônomo pela Ciência da Informação (CI) brasileira, ainda que atravesse, de modo latente, boa parte de sua produção historiográfica setorial (ou seja, quando a CI se lança à historiografia em algum contexto de pesquisa).

Existe hoje, em escala internacional, um campo de investigação em consolidação que se autodenomina *Information History* (História da Informação[1]), formado ao longo da última década e meia por autores como Toni Weller[2], James Cortada[3] e Alistair Black[4], e que reivindica investigar a informação como fenômeno cultural e social ao longo do tempo, distinguindo-se

[1] Adota-se, ao longo deste texto, uma distinção ortográfica deliberada entre as formas "História da Informação", grafada com iniciais maiúsculas, e "história da informação", grafada com iniciais minúsculas, ressalvados os casos em que a maiúscula decorre exclusivamente da posição inicial de período. A primeira designa um nome próprio: o campo disciplinar em constituição, entendido como área de investigação delimitada. A segunda remete ao substantivo comum, isto é, ao fenômeno em si (análogo à ideia de informação na história), independentemente de sua institucionalização como disciplina. Com isso, cada ocorrência da expressão foi ponderada individualmente ao longo do texto, de modo que a grafia adotada em cada passagem reflita a natureza da referência que se pretende fazer, ou ao campo que se propõe consolidar ou ao objeto que esse campo toma para si. O mesmo vale para outros termos que correspondam a substantivos comuns e a suas traduções para outros idiomas.

[2] Historiadora e pesquisadora britânica, amplamente reconhecida como uma das principais especialistas globais no campo emergente da História da Informação (*Information History)* e da História Digital.

[3] Historiador norte-americano, considerado um dos pioneiros e um dos mais prolíficos pesquisadores no campo da História da Informação e da História da Computação.

[4] Especializado na História da Informação e na história das bibliotecas públicas. Ele é professor emérito da *School of Information Sciences* na *University of Illinois Urbana-Champaign* (EUA), tendo anteriormente lecionado por quase duas décadas na Leeds Metropolitan University, no Reino Unido.

tanto da História da Tecnologia da Informação quanto da pré-história da era digital (Weller, 2011), assim como das diferentes vertentes historiográficas.

O campo, contudo, permanece pouco institucionalizado mesmo em sua origem anglófona e associa-se sobretudo a essa figura de referência singular, sem que tenha havido, até o momento, tradução ou apropriação de seu programa de pesquisa pela produção brasileira em Ciência da Informação. Os pesquisadores associados a esse campo, internacionalmente, têm formações que advêm, ora da CI, ora da História. Também de outros campos do conhecimento.

Não se busca dizer que não há atividade de historiografia setorial, na CI, visto que a Ciência da Informação e as áreas que a compõem e que com ela se relacionam têm trabalhado a história do livro, a história das bibliotecas, a história dos arquivos, a história dos museus, e a história da própria Ciência da Informação, tradições de pesquisa já consolidadas no campo. O que se argumenta é a ausência de um metacampo ou de uma compreensão mais abrangente que faça a conexão dessas historiografias, na CI, sob a categoria da *informação* como objeto epistemológico próprio.

Ante o exposto, o objeto deste texto é, portanto, duplo. Em primeiro lugar, investiga-se a possibilidade de conceituar e caracterizar um campo ou perspectiva denominado *História da Informação*, compreendendo-o como espaço interdisciplinar conectado à disciplina da História no qual os processos históricos de produção, organização, circulação, mediação, uso, preservação e transformação da informação possam ser analisados a partir de questões próprias da Ciência da Informação. Em segundo lugar, examina-se a pertinência dessa proposição para o contexto brasileiro, no qual historiografias setoriais dispersas, em Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Educação, História da Ciência, e no campo mais amplo da História, já produzem, sem se autodenominarem assim, resultados que poderiam ser lidos

como história da informação (e de seus agentes, objetos, processos, fluxos e dinâmicas).

O problema de pesquisa que conduz o desenvolvimento da argumentação que aqui se apresenta pode ser formulado da seguinte maneira: em que medida a aproximação entre os campos da História e da Ciência da Informação permite pensar a História da Informação como campo de investigação pertinente à Ciência da Informação, particularmente no contexto brasileiro? Naturalmente a pergunta não se resolve pela constatação de que "a informação possui história", afirmação que se limitaria a generalizar um lugar-comum sem consequência epistemológica. O que está em jogo é examinar o que significa investigar historicamente a informação (mais do que os suportes, as tecnologias ou as instituições que a veiculam) e quais consequências e frutificações essa perspectiva pode produzir para a constituição e a delimitação da própria Ciência da Informação.

Se o objeto deste texto é duplo, a justificativa para essa investigação também decorre de uma dupla constatação. De um lado, a definição de Ciência da Informação proposta por Harold Borko em 1968[5] já inscreve, entre os processos que constituem o

[5] Segundo Osorio (2014): Harold Borko nasceu e foi criado na cidade de Nova York, onde cursou o *City College of New York* entre 1939 e 1941, tendo sua trajetória formativa interrompida pelo alistamento no Exército dos Estados Unidos, no qual serviu de 1942 a 1946. Retomados os estudos no pós-guerra, graduou-se em Psicologia pela *University of California*, Los Angeles (UCLA), em 1948, e obteve, na sequência, o mestrado (1949) e o doutorado (1952) na mesma área pela U*niversity of Southern California* (USC). Entre 1950 e 1956, período que se sobrepõe, portanto, aos anos finais de sua formação doutoral, atuou como capitão e psicólogo no *Medical Service Corps* do Exército norte-americano. Sua inserção no campo que viria a ser identificado como ciência da informação deu-se a partir de 1956, quando ingressou na *Rand Corporation* como especialista em treinamento de sistemas, função exercida até 1957. No ano seguinte, vinculou-se à *Systems Development Corporation*, em Santa Monica, Califórnia, onde permaneceu por uma década (1957-1967) como responsável assistente da unidade de Processamento de Linguagem e Recuperação, vínculo institucional que coincide com o início de sua produção bibliográfica. Paralelamente, desenvolveu carreira docente. Foi instrutor de Psicologia na USC entre 1957 e 1965, e instrutor na *School of Library Services* da UCLA entre 1965 e 1968, ano em que assumiu cargo efetivo de professor na *School of Library and Information Science*

objeto do campo, a origem, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação, a transmissão, a transformação e o uso da informação (Borko, 1968, p. 3), que são, por definição, temporais, e que, no entanto, raramente foram investigados em sua dimensão histórica (ou seja, para antes do surgimento da própria Ciência da Informação) pela própria disciplina que os define como seu objeto. No contexto deste texto, cumpre destacar que os processos que constituem o campo da CI para Harold Borko são entendidos como manifestações da informação, ou seja, esta sendo um elemento passível de ser originado (ou gerado), coletado, organizado, armazenado, recuperado, interpretado, transmitido, transformado e usado.

De outro lado, Rafael Capurro[6] demonstra que os três paradigmas epistemológicos que sucessivamente organizaram a ciência do objeto informação (Ciência da Informação), o físico, o cognitivo e o social, não substituem linearmente uns aos outros, mas coexistem e se entrecruzam com intensidades distintas em

---

daquela mesma universidade, onde permaneceu até sua aposentadoria, em 1993. Teve ampla atuação em eventos, periódicos e associações.

[6] Rafael Capurro, filósofo de origem uruguaia radicado na Alemanha, doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Düsseldorf e realizou pós-doutorado em Filosofia Prática na Universidade de Stuttgart, percurso formativo que o projetou como uma das referências mais expressivas da Ciência da Informação em sua vertente contemporânea. Sua obra dedicou-se, de modo articulado, a três frentes que se entrecruzam: a fundamentação filosófica do campo informacional, a constituição de uma ética da informação como domínio próprio de reflexão e o exame das tecnologias digitais sob a ótica do diálogo intercultural. Tal engajamento traduziu-se institucionalmente na fundação, em 1999, do *International Center for Information Ethics* (ICIE), do qual assumiu a presidência, bem como na direção editorial da *International Review of Information Ethics* (IRIE). A partir de 2001, passou a integrar o *European Group on Ethics in Science and New Technologies*, vinculado à Comissão Europeia, somando-se a essa atuação sua presença no conselho editorial de periódicos brasileiros de relevância na área, entre os quais se destaca a revista Perspectivas em Ciência da Informação. A produção bibliográfica de Capurro, da qual são particularmente representativas as obras *Information: ein Beitrag zur etymologischen und ideengeschichtlichen Begründung des Informationsbegriffs* (1978), *Hermeneutik der Fachinformation* (1986), *Leben im Informationszeitalter* (1995), *Ethik im Netz* (2003) e *Localizing the Internet* (2007), constitui-se como legado que ditou, em diferentes momentos, os marcos epistemológicos da disciplina.

diferentes períodos (Capurro, 2003). O que se interpreta é que a definição de Capurro (2003), pensada próximo à virada do milênio e muito respaldada na literatura da CI no Brasil, é que a própria disciplina da Ciência da Informação já opera, ainda que implicitamente, com uma consciência de sua historicidade paradigmática para a informação sem tê-la sistematizado como agenda de pesquisa histórica sobre seus objetos. Isso na medida em que os paradigmas são organizativos da historiografia da área em conformidade com uma provável leitura preponderante que cada época parece ter assumido para o conceito de informação enquanto objeto.

Recorre-se a alguns exemplos para clarificar a questão que extrapolam o que propôs Capurro (2003), que pensava em Ciência da Informação e num conceito de informação mais atrelado à recenticidade histórica. Para esse exercício, o que se pensa é a *informação*. O mesmo vale para o trabalho de Borko (1968) e diversos outros, que tentaram sistematizar o que é a informação e a sua ciência. A informação, no entanto, foi um fenômeno sempre presente. A recorrência do que hoje se compreende como operações informacionais encontra-se já configurada, em escalas e materialidades distintas, no mesmo ciclo que Borko sistematizaria séculos depois.

Comecemos pela própria origem semântica do termo e com literatura oriunda da própria Ciência da Informação. O *Thesaurus Linguae Latinae*[7] registra o uso de *informatio* e *informo* desde Virgílio (70 a.C–19 a.C.) até o século VIII, ora em sentido corpóreo, para dar forma a algo, como as flechas forjadas por Vulcano na *Eneida*, ora em sentido incorpóreo, moral e pedagógico, quando Tertuliano (ca. 160 d.C–220 d.C.) chama Moisés de *populi informator* (Capurro, 2009). Antes mesmo de existir uma palavra estabilizada para nomeá-la, contudo, a informação já era, de acordo com estratégias, manipulada: no século V a.C., Sun-Tzu

[7] Disponível online por meio deste link:
https://thesaurus.badw.de/das-projekt.html.

(544 a.C.–496 a.C.) recomendava a dissimulação militar como instrumento de dominação sobre o adversário (Brisola, 2021), uma sugestão de que o *uso* deliberado, inclusive distorcido, da informação antecede muito sua própria origem etimológica no latim.

Se a palavra e seu uso estratégico já circulavam na Antiguidade, a *coleta* e o *armazenamento* em larga escala encontram seu testemunho, por exemplo, nos polígrafos helenísticos. Dídimo (ca. 63 a.C.-10 a.C.) teria escrito mais de 3.500 livros na Alexandria do primeiro século a.C., num regime de cópia e compilação massivas cujas "ferramentas organizacionais" permanecem, segundo Blair (2010), desconhecidas até hoje, em um momento em que a acumulação documental já superava a capacidade de sistematização disponível. Paralelamente, e de modo independente, a impressão nasce na China já no século VIII (Blair, 2010), antecipando em setecentos anos a tipografia europeia e, segundo a autora, contrariando qualquer narrativa que associe a gestão eficaz da informação a uma suposta modernidade ocidental.

O *Fihrist*[8], compilado pelo bibliógrafo Ibn al-Nadīm (c. 932–c. 995) em Bagdá, em 988, representa a primeira tentativa de bibliografia completa da produção árabe, estruturada em dez seções temáticas e devedora da classificação disciplinar de (Abu Nasr) al-Farabi (c. 870–950 [ou] 951) (Blair, 2010). Com isso, se vê que trata-se de *organização* no sentido pleno do termo, um sistema deliberado de categorização que torna a massa documental navegável. No mesmo horizonte bizantino, o léxico *Suda*[9], do final do século X, reúne mais de 31 mil verbetes em ordenação alfabética, desenhado para consulta (Blair, 2010), o que, em si, já antecipa a noção de recuperação da informação como finalidade

[8] A obra pode ser encontrada no Internet Archive: https://archive.org/details/kitabul-fihrist_20221214. Trechos traduzidos para o inglês estão disponíveis online por meio deste site: https://www.wilbourhall.org/index.html#fihrist.

[9] Uma edição online traduzida do grego por Ada Sara Adler pode ser conferida neste link: https://www.cs.uky.edu/~raphael/sol/sol-html/.

projetual. E quando, já no século III, a tradição aristotélica de classificar os seres vivos em reinos é retomada por Porfírio (234 d.C.–entre 304 e 309 d.C.) em sua árvore hierárquica e, depois, por Ramon Llull (c. 1232–c. 1316) na *Arbor Scientiae*[10] de 1295/1296 (Miranda, 2020), momento em que se pode dizer que se testemunha a *transformação* da informação bruta em dispositivo visual de comunicação, uma vez que o diagrama arbóreo tem, dentre as leituras possíveis, a de ser uma tecnologia cognitiva de síntese.

Nem toda operação informacional, entretanto, caminha no sentido da ampliação do acesso. Em 1470, o humanista Niccolò Perotti (1429–1480) propôs um projeto de censura erudita como resposta à multiplicação de erros tipográficos (obra *Rudimenta grammatices*[11], de 1473), num contexto em que Johann Regiomontanus (Johannes Müller von Königsberg) (1436–1476) já alertara, por volta de 1464, que os tipógrafos negligentes multiplicariam os erros (Burke, 2002). Há algo de interessante no episódio, se o lermos a partir de Borko (1968), em que a *transformação* da informação pela reprodução mecânica trouxe consigo, desde o primeiro momento, a necessidade de um *uso* crítico e regulador, a curadoria da qualidade informacional, neste âmbito, não é invenção contemporânea da era da desinformação digital, tendo aparecido quase que simultânea ao próprio advento da reprodutibilidade textual em massa.

O ciclo completo, da *coleta* institucionalizada ao *uso* coletivo, talvez se manifeste com mais nitidez nos dois últimos episódios deste recorte em que se busca aproximar Borko (1968) em relação ao que escreveu sobre CI e que aqui são tomado como propriedades da informação a situações históricas relacionadas a contextos puramente informacionais. Em 1547, Juan de Polanco

[10] Disponível no Internet Archive:
https://archive.org/details/gri_33125008480259/page/n5/mode/2up
[11] Disponível no Internet Archive:
https://archive.org/details/NiccoloPerottiRudimentaGrammaticesWKeithPercivalEditor.

(1517–1576) determinou que os missionários jesuítas enviassem regularmente cartas a Roma relatando línguas, costumes e povos com os quais entravam em contato (Fioravanti, 2021), uma rede deliberada de *coleta* e *transmissão* informacional a serviço de finalidades administrativas e evangelizadoras, ainda que sujeita a meses de atraso e risco de extravio. Por fim, ao se fechar o século, em 1599, o farmacêutico Ferrante Imperato (1525[?]–1615[?]) publica em Nápoles o catálogo *Dell'Historia Naturale*[12], descrevendo sua própria coleção e tornando-se obra de referência entre colecionadores que, por meio dela, realizavam troca de colaborações (Figueiredo, 2018). Não poderia ser este catálogo napolitano, afinal, um antepassado do que hoje é chamado sistema de recuperação da informação (ou seja, organização, armazenamento e disponibilização) de um acervo para uso de uma comunidade que dele depende?

Se assim for, talvez se deva admitir que Harold Borko não descreveu um fenômeno exclusivo do século XX, sendo, na verdade, o responsável por nomear os processos e uma prática (pensados, naturalmente, em um contexto histórico, a segunda metade dos anos 1900), que a humanidade informacional e documental já refinava havia, no mínimo, dois milênios e meio (podendo ser retroagida em alguns casos até pelo menos a 3.500 a.C. na Mesopotâmia, quando se vê surgir as primeiras formas de escrita).

O argumento aqui construído não pretende afirmar que Ibn al-Nadīm, Ferrante Imperato ou os secretários jesuítas concebessem-se a si mesmos como praticantes de uma "ciência da informação" *avant la lettre*, afirmação que seria, de fato, anacrônica, pois projetaria sobre sujeitos históricos situados numa realidade outra uma consciência disciplinar que somente o século XX, com sua institucionalização acadêmica específica, tornou possível. A despeito disso, a relação com a informação tida por esses agentes

[12] Disponível na Biodiversity Heritage Library: https://www.biodiversitylibrary.org/item/183177.

e, na verdade, por quaisquer outros, produziu resultados concretos. O que se sustenta é distinção de outra ordem, mais modesta e metodologicamente mais defensável, a de que categorias funcionais como coleta, organização, armazenamento e recuperação descrevem operações observáveis empiricamente em qualquer momento histórico da relação humana com a informação e documentos, independentemente de os agentes históricos disporem ou não de vocabulário para nomeá-las enquanto tais.

Trata-se, portanto, de uma leitura retrospectiva de tipo arqueológico, que busca recorrências estruturais sem atribuir intencionalidade disciplinar aos sujeitos do passado, em que o vocabulário mobilizado a partir de Harold Borko funciona como uma ferramenta de nossa própria época para tornar inteligível um *continuum* de práticas, longe se propor usá-la categoria nativa que se imporia retroativamente à autocompreensão dos atores do século X ou do século XVI ou de qualquer outro momento do passado mais ou menos distante.

Vale registrar, para que esses episódios não permaneçam como ilustração retórica *per se*, a que dimensão do ciclo borkoniano cada um deles se associa mais diretamente, antecipando o procedimento classificatório que os Quadros 2 e 3 sistematizarão adiante. A dissimulação militar de Sun-Tzu pode ilustrar a transformação e a utilização estratégica da informação; a compilação massiva de Dídimo, a coleta e o armazenamento; a impressão chinesa e o *Fihrist* de Ibn al-Nadīm, a organização; a *Suda* bizantina, a recuperação; a árvore lulliana e a de Porfírio, a transformação da informação bruta em dispositivo de síntese; a censura erudita de Perotti e a advertência de Regiomontanus, o uso crítico e regulador da informação transformada por reprodução mecânica; a rede epistolar jesuítica de Polanco, a coleta e a transmissão institucionalizadas; e o catálogo de Ferrante Imperato, a organização, o armazenamento e a disponibilização de um acervo para uma comunidade epistêmica.

O objetivo geral deste texto é examinar a possibilidade de a História da Informação constituir uma dimensão da própria

Ciência da Informação, assim como o é da História, capaz de aproximar epistemologicamente os dois campos e de permitir à Ciência da Informação incorporar de maneira mais sistemática a dimensão temporal dos fenômenos informacionais para além da própria história de suas instituições (biblioteca, arquivo, museu, etc.).

Como objetivos específicos, busca-se:

1. analisar a definição fundacional de Ciência da Informação proposta por Harold Borko (1968), apresentando a historicidade implícita nos processos que nela se inscrevem como constitutivos do objeto da disciplina;
2. analisar os três paradigmas epistemológicos propostos por Rafael Capurro (2003), físico, cognitivo e social, buscando argumentar pela não linearidade e extraindo deles o instrumental classificatório mobilizado ao longo do texto;
3. reconstruir, a partir da apresentação e da arquitetura do *Routledge Handbook of Information History* (2026) e da produção internacional de referência que o precede, os termos em que se definiu até aqui o campo emergente de *Information History*, examinando o que essa tradição historiográfica, constituída fora da Ciência da Informação, tem a oferecer a ela;
4. propor, a partir do instrumental capurriano, uma tipologia paradigmática capaz de organizar sob eixo comum às diferentes vertentes historiográficas dispersas identificadas na literatura internacional e brasileira, examinando o que a Ciência da Informação, a partir de seu próprio aparato epistemológico, tem a oferecer à leitura da historiografia da informação nestas diferentes dimensões;
5. examinar a historiografia da própria Ciência da Informação (de sua constituição na Documentação de Paul Otlet (1868–1944) e Henri La Fontaine (1854–1943) à sucessão de seus paradigmas epistemológicos) como

manifestação, endógena à disciplina, do mesmo objeto que a História da Informação busca investigar;

6. diagnosticar o estado da produção brasileira dispersa em Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia e História quanto à investigação temporal e histórica da informação.

O Quadro 1 sintetiza em qual parte do texto será apresentada a argumentação referente a cada objetivo específico

Quadro 1: Correspondência entre objetivos específicos e resultados apresentados Fonte: elaborado pelo autor (2026).

Objetivo específico	**Onde é desenvolvido**	**Resultado correspondente**
1. Analisar a definição fundacional de Borko (1968) e sua historicidade implícita	Seção 2.1; Seção 4.2	Caracterização da definição fundacional; extração da historicidade implícita nos nove processos que constituem o objeto da CI
2. Analisar os três paradigmas de Capurro (2003) e sua não linearidade	Seção 2.2; Seção 4.2	Caracterização dos paradigmas físico, cognitivo e social como instrumental classificatório, com ressalva de não linearidade
3. Reconstruir os termos do campo internacional de information history a partir do *Handbook* (HI / CI)	Seção 2.3; Seção 4.1, 4.1.1, 4.1.2	Caracterização do campo internacional (historiografia *witting/unwitting*; distinção *information history* / *history of information*; arquitetura *Visualising-Managing-Circulating*); Quadro 2
4. Propor tipologia paradigmática capurriana para a historiografia dispersa (CI / HI)	Seção 4.4 (4.4.1–4.4.4)	Tipologia tripartite aplicada a mais de vinte vertentes historiográficas; Quadro 3; justificativa da escolha capurriana frente à arquitetura do *Handbook*

5. Examinar a historiografia da própria Ciência da Informação como manifestação endógena do objeto investigado	Seção 4.4.3; Seção 4..1.	Reconhecimento da trajetória institucional da CI, de Otlet e La Fontaine à sucessão paradigmática, como caso interno de história da informação
6. Diagnosticar a produção brasileira dispersa e sua institucionalização	Seção 4.5	Diagnóstico de incipiência: dois títulos na Brapci; ementa do GT1/ANCIB não contempla o objeto nos termos propostos

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa e teórico-conceitual, fundamentada em revisão narrativa de literatura e em análise comparativa e interpretativa de um corpus documental previamente constituído, cujos procedimentos são detalhados na terceira seção. A estrutura deste texto desdobra-se, após esta introdução, em um referencial teórico organizado a partir de Harold Borko (1968) e de Rafael Capurro (2003), em especial; em uma seção metodológica que explicita o estatuto de cada fonte utilizada; em uma seção de resultados e discussão, dividida em seis subseções que conduzem progressivamente à proposição conceitual de História da Informação no contexto da CI; e em considerações finais que retomam o problema de pesquisa e indicam limitações e possibilidades de desenvolvimento futuro dessa agenda no Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Harold Borko e a definição fundacional da Ciência da Informação

O artigo de Harold Borko, publicado em janeiro de 1968 na revista *American Documentation* sob o título *Information science: what is it?*, constitui um dos textos fundacionais mais citados pela área da CI na tentativa de delimitar o campo então nascente da

Ciência da Informação. Escrito no contexto imediato da mudança de nome do *American Documentation Institute* para *American Society for Information Science* (Borko, 1968), Borko sintetiza, nele, a partir de três definições anteriores de Robert S. Taylor (1918–2009)[13], uma formulação que se tornaria canônica:

> [...] a Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processá-la para acessibilidade e usabilidade ótimas, ocupando-se do corpo de conhecimento relativo à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Trata-se, desta maneira, de uma ciência interdisciplinar, derivada de e relacionada a campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia e a administração, dotada de um componente de ciência pura e de um componente de ciência aplicada que desenvolve serviços e produtos (Borko, 1968, p. 3)[14].

A definição é relevante para o argumento deste texto, num primeiro momento, porque todos os processos que Borko (1968)

---

[13] Cientista da informação, bibliotecário e professor norte-americano, considerado um dos pioneiros na transição da biblioteconomia tradicional para a era da ciência da informação.

[14] No original: [...] *Information science is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of proc-essing information for optimum accessibility and usability. It is concerned with that body of knowledge relating to the origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information. This includes the investigation of information representations in both natural and artificial systems, the use of codes for efficient message transmission, and the study of information-processing devices and techniques such as computers and their programming systems. It is an interdisciplinary science derived from and related to such fields as mathematics, logic, linguistics, psychology, computer technology, operations research, the graphic arts, communications, library science, management, and other similar fields. It has both a pure science component, which inquires into the subject without regard to its application, and an applied science component, which develops services and products.*

elenca como constitutivos do objeto da Ciência da Informação (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, utilização) são processos que se desenrolam no tempo e que, portanto, admitem investigação histórica, visto que sempre ocorreram em alguma medida, antes mesmo da existência da CI, ainda que o próprio Borko não tematize explicitamente a dimensão temporal em sua exposição.

Em um segundo momento porque o autor justifica a necessidade da Ciência da Informação por um diagnóstico de descompasso histórico: o crescimento acelerado da Ciência e da Tecnologia, a rápida obsolescência do conhecimento técnico, a multiplicação de periódicos científicos, o aumento da especialização e a redução do intervalo entre pesquisa e aplicação, que geraram uma inadequação das instituições tradicionais de acumulação e transmissão do conhecimento, os livros, escolas, bibliotecas, periódicos, conferências, perante as novas demandas comunicacionais da sociedade contemporânea (Borko, 1968).

O diagnóstico é, ele próprio, um argumento histórico, uma vez que Borko não descreve a Ciência da Informação como resposta a um problema atemporal, mas como resposta a uma configuração específica de forças que se intensificaram em um momento determinado, o que sugere, retrospectivamente, que a autocompreensão do campo desde sua fundação já supunha, sem a nomear como tal, uma consciência da historicidade de seu próprio objeto. No entanto, a informação enquanto fenômeno, maior e mais amplo que as suas formas de registro e transmissão, é provável que exista desde que o ser humano adquiriu consciência.

Vale notar ainda que Borko descreve a pesquisa em Ciência da Informação, a partir do levantamento de 1966 da *National Science Foundation*, como organizada em nove categorias (necessidades e usos da informação, criação e cópia de documentos, análise de linguagem, tradução, indexação e classificação, sistemas de recuperação, análise e avaliação,

reconhecimento de padrões e sistemas adaptativos) (Borko, 1968). Com tal classificação reconhece, tanto no pesquisador teórico quanto no profissional aplicado, papéis complementares e inseparáveis dentro da disciplina, dado que "a teoria e a prática estão inexoravelmente relacionadas, cada uma se alimenta do trabalho da outra" (Borko, 1968, p. 4).

Harold Borko encerra o artigo com um sumário que recapitula a definição da disciplina e distingue-a da Documentação, entendida como um de seus componentes aplicados voltado ao registro documental, e reconhece a Ciência da Informação como disciplina emergente reconhecida em número crescente (à época) de universidades, ainda demasiado jovem para admitir currículo único (Borko, 1968).

Com a afirmação, se a própria Ciência da Informação, em um de seus textos tidos como fundacionais, se define como disciplina em formação, a investigação da trajetória histórica dos fenômenos que ela toma por objeto acaba sendo inscrita em sua própria autodefinição como ciência ainda em processo de consolidação disciplinar, o que ainda é válido, supõe-se, mesmo passando quase 60 anos de sua formulação.

2.2 Rafael Capurro e os paradigmas epistemológicos da Ciência da Informação

Se Borko (1968) oferece a definição fundacional do objeto da Ciência da Informação, Rafael Capurro oferece, em *Epistemologia e Ciência da Informação*, uma conferência proferida no *V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, em Belo Horizonte, em 2003, o instrumental epistemológico necessário para compreender como esse objeto foi sucessivamente reconceituado ao longo da segunda metade do século XX. Antes de expor os três paradigmas centrais de sua disciplina, Capurro situa brevemente as correntes epistemológicas do século XX que influenciaram, de modo mais amplo, a reflexão sobre a Ciência da Informação: a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer (1900–2002),

herdeira de Friedrich Schleiermacher (1768–1834), Wilhelm Dilthey (1833–1911), Edmund Husserl (1859–1938) e Martin Heidegger (1889–1976); o Racionalismo Crítico de Karl Popper (1902–1994) e sua tese de que todo conhecimento científico possui caráter conjectural; a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (1929–2026) e Karl-Otto Apel (1922–2017); a Cibernética de Norbert Wiener (1894–1964) e a Cibernética de Segunda Ordem de Heinz von Foerster (1911–2002), Humberto Maturana (1928–2021) e Francisco Varela (1946–2001); a Teoria de Sistemas de Niklas Luhmann (1927–1998); a Semiótica de Charles Sanders Peirce (1839–1914), retomada por Søren Brier (1951–); e o Pensamento Tardio de Ludwig Wittgenstein (1889–1951), além das contribuições de Michel Foucault (1926–1984) e Gianni Vattimo (1936–2023) (Capurro, 2003).

Capurro parte da constatação de que a Ciência da Informação possui duas raízes, uma biblioteconômica e documentária, que remonta às origens obscuras da própria sociedade humana entendida como rede de relações baseada na linguagem, nos termos de Hannah Arendt, evocada pelo autor, uma "teia de relações humanas"; e outra tecnológica, ligada ao impacto da computação sobre os processos de produção, coleta, organização, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação científica registrada em documentos (Capurro, 2003). É a partir dessa segunda raiz que o paradigma físico se torna predominante entre 1945 e 1960, conforme a periodização de Julian Warner (?–) que Capurro retoma e problematiza, notando que antes de 1945 já existia, no campo da Biblioteconomia, o que hoje se reconhece como paradigma social, o que indica que a sucessão dos paradigmas não é linear, tendo envolvido permanências e retornos (Capurro, 2003).

O paradigma físico, relacionado à Teoria da Informação de Claude Shannon (1916–2001) e Warren Weaver (1894–1978) e à Cibernética de Norbert Wiener, postula que há um objeto físico, uma mensagem, ou mais precisamente um sinal, que um emissor transmite a um receptor sob condições ideais de ausência de

ruído, e que a informação corresponde ao número de seleções possíveis nessa codificação, não exatamente no conteúdo semântico habitualmente associado ao termo em linguagem comum (Capurro, 2003). Os experimentos de Cranfield, realizados em 1957 para medir os resultados de sistemas computadorizados de recuperação da informação, marcam a aplicação do paradigma ao campo da Recuperação da Informação, compreendido atualmente como uma das áreas da Ciência da Informação, com os valores de *recall* e *precision* controlados em condições análogas às de um laboratório de física (Capurro, 2003).

Capurro observa ainda que Michael Buckland (1941–) propôs, nesse mesmo horizonte, a noção de *informação-como-coisa* (*information-as-thing*), compreendendo por informação qualquer objeto, documento, livro ou artefato, ao qual se atribua valor informativo, uma noção que, embora aparentemente física, revela-se, mediante análise, um predicado de segunda ordem dependente de um processo interpretativo socialmente demarcado (Capurro, 2003).

O paradigma cognitivo, por sua vez, apoia-se na ontologia de Karl Popper e em sua distinção entre três mundos, o físico, o da consciência e o do conteúdo intelectual objetivado em livros e documentos, retomada por Bertram Claude Brookes (1910–1991) sob a noção de informação objetiva, e desenvolvida por Nicholas Belkin (1942–) mediante a teoria dos estados cognitivos anômalos, segundo a qual a busca de informação nasce da percepção, pelo sujeito, de uma insuficiência em sua estrutura de conhecimento prévio face a um problema determinado (Capurro, 2003). Peter Ingwersen (1947–) e Pertti Vakkari (1948–) ocupariam, nessa reconstrução, uma posição intermediária entre o paradigma mentalista e o paradigma social, ao tentarem reintegrar dinamicamente a figura do usuário à teoria da recuperação da informação (Capurro, 2003).

O paradigma social, por fim, nasce da crítica que Bernd Frohmann (1946–) dirige ao paradigma cognitivo, acusado de relegar os processos sociais de produção, distribuição,

intercâmbio e consumo de informação a um nível numênico e de ignorar a constituição social das necessidades dos usuários e dos esquemas de produção e transmissão de conhecimento (Frohmann, 1995; Capurro, 2003). Apoiando-se em Wittgenstein e em Heidegger, Capurro sustenta que o conhecimento se funda em um pré-conhecimento prático tácito, e não em uma relação entre um sujeito cognoscente encapsulado e um mundo exterior, o que aproxima a hermenêutica do Construtivismo, da Semiótica e da Cibernética de Segunda Ordem (Capurro, 2003, p. 7-8).

Birger Hjørland (1947–), com sua proposta de Análise de Domínio, e Niklas Luhmann, com sua distinção entre mensagem, seleção e compreensão como momentos constitutivos da comunicação, fornecem, segundo Capurro (2003), o instrumental necessário para conceber a informação como seleção de sentido relativa a uma pré-compreensão compartilhada por um grupo social determinado.

Capurro conclui a exposição dos paradigmas indicando suas consequências práticas para a concepção e a avaliação de sistemas de informação, retomando de Thomas Froehlich (?–[?]) a proposta de três hermenêuticas complementares, a dos usuários, a da coleção documental e a do sistema intermediário, como condição para qualquer avaliação adequada de relevância informacional (Capurro, 2003).

Cumpre destacar que é importante para este texto reter a ressalva metodológica de Rafael Capurro segundo a qual os três paradigmas não configuram um processo histórico estritamente linear, já que muitas teorias se entrecruzam com distintas intensidades em diversos períodos, no contexto do uso que esta argumentação fará dos paradigmas como dispositivo classificatório (Capurro, 2003).

2.3 A história, a historiografia, a historicidade e os historiadores da informação

A obra *Apologie de l´histoire ou Métier d´historien* (*Apologia da História, ou o Ofício de Historiador),* de 1949, de Marc Bloch (1886–1944)[15], constitui um dos documentos fundacionais mais expressivos da reflexão epistemológica sobre o fazer histórico no século XX, estando situada ao mesmo tempo como um manifesto da *Escola dos Annales* e como ajuste de contas com uma tradição historiográfica que o autor considerava esgotada em seus próprios pressupostos (Bloch, 2002). Cumpre empregar o autor para que se possa compreender o que é a História (disciplina) e a forma de se fazer historiografia, isto é, a escrita da história e as bases da História como disciplina.

O ponto de partida da argumentação do intelectual reside na recusa deliberada de conceber a História como "ciência do passado", formulação que, para o autor, incorre em um equívoco categorial, na medida em que o passado, tomado isoladamente e enquanto objeto autônomo, não pode constituir-se em matéria inteligível para qualquer empreendimento científico. Em seu lugar, propõe uma redefinição, designando que a História seria a "ciência dos homens no tempo", um deslocamento que implica dois movimentos. Primeiro, a substituição do objeto abstrato pelo humano concreto, apreendido na pluralidade que caracteriza a diversidade social; segundo, a incorporação da temporalidade como duração viva, como plasma no interior do qual os fenômenos sociais adquirem sentido e conexão (Bloch, 2002).

Segundo Bloch (2002), a formulação do objeto acompanha-se de uma crítica sistemática ao positivismo historiográfico de finais do Oitocentos, cujos expoentes, dentre os quais Charles-Victor Langlois (1863–1929) e Charles Seignobos (1854–1942), Bloch

[15] A obra é póstuma, visto que Bloch foi morto em 1944, tendo sido publicada por Lucien Febvre. A edição consultada neste texto é de 2002, com tradução de André Telles, prefácio de Jacques Le Goff e apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. Saiu pela Jorge Zahar Editores.

acusa de reduzir a disciplina a um exercício de observação passiva, centrado em grandes nomes e acontecimentos isolados, desprovido de qualquer ambição explicativa. Contra essa "história historizante", o autor erige a noção de história-problema, concepção em que os documentos, afastados da ideia de que falam por si mesmos, configuram-se como vestígios que somente respondem quando interrogados a partir de hipóteses e perguntas orientadas por uma racionalidade metódica.

Tal deslocamento implica também a superação do que Bloch (2002) denomina "imperialismo dos documentos", relativizando a autoridade dos testemunhos narrativos intencionais, potencialmente carregados de vieses próprios de sua época de produção, em favor de indícios involuntários, oriundos de campos como a Arqueologia, a Linguística e a Economia. Desde então, a História vem se desdobrando em uma miríade de campos, conforme o objeto ou recorte de análise.

No que tange à História da Informação, o desenvolvimento é recente. Em 2026 foi lançado o *Routledge Handbook of Information History*, assinado conjuntamente pelos pesquisadores Alistair Black, Bonnie Mak, Laura Skouvig e Toni Weller como uma obra que busca situar historiograficamente o campo que a coletânea pretende consolidar. Os autores e organizadores da obra destacam o pioneirismo e o caráter inovador de *The Routledge Handbook of Information History* com base em alguns aspectos, dentre os quais apontam que o volume é a primeira coleção em grande escala a utilizar explicitamente o termo "História da Informação" (*Information History*) como o seu foco titular, situando de forma definitiva a "informação" dentro da historiografia desse campo.

Também informam que, embora a expressão "história da informação" já estivesse em circulação na academia desde pelo menos meados da década de 1980, o livro é, de longe, a maior coleção de estudos (reunindo 37 capítulos no total) a adotar o termo diretamente no título. Assim, a publicação também é apresentada como um esforço que serve tanto como um endosso da História da Informação como um subcampo legítimo,

autônomo e em crescimento dentro da disciplina histórica, quanto como uma plataforma para impulsionar e promover a área e os estudos da história da informação ainda mais.

Por fim, explicitam que o pioneirismo também se manifesta no design intencionalmente inclusivo e amplo do projeto. Os organizadores reuniram um grupo internacional de mais de 40 colaboradores de todas as facetas da academia, incluindo pesquisadores em início de carreira e nomes consagrados (com uma maioria de mulheres), o que lhes possibilitou cobrir práticas de informação desde a Antiguidade até o mundo contemporâneo, atravessando fronteiras geográficas na Europa, África, Ásia e Américas.

Os organizadores partem da premissa de que as práticas informacionais, a coleta, a organização e o compartilhamento de informação, bem como as atividades de busca e recuperação, acompanham a experiência humana há milênios, valendo-se de tecnologias tão distintas quanto o pergaminho e o processamento de linguagem natural (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026).

Black, Mak, Skouvig e Weller (2026) explicitam logo nas primeiras páginas duas assunções que guiam toda a coletânea. A primeira estabelece que as práticas de informação decorrem do compartilhamento do conhecimento, o qual residiria exclusivamente na mente dos indivíduos e, uma vez comunicado, assumiria forma informacional; a segunda estabelece que o compartilhamento exige representação externa, da fala à codificação digital (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 4).

É esse o critério que fundamenta a advertência mais incisiva do capítulo introdutório da obra, reunida sob o subtítulo *The Danger of Information History as the History of Everything*. Reconhecendo, com William Aspray (2015, p. 1) (*apud* Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 5), que a história da informação comporta tantas definições quanto a própria noção de informação (problema reconhecível aos cientistas da informação), os organizadores recusam-se a endossar uma perspectiva segundo a qual a informação poderia ser tudo ou qualquer coisa, por

considerarem tal posição *a-histórica* e pouco esclarecedora (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 5). Para ilustrar o risco de diluição conceitual, os autores recorrem a um estudo de Carol Colatrella (2015) sobre a presença de práticas informacionais na obra de Charles Dickens (1812–1870), no qual o romance *Little Dorrit* (1857) é interpretado como um sistema de informação, na medida em que descreveria como indivíduos e instituições estavam

> *"[...] subject to corruption in familial, romantic, and social relations; philanthropy; investment practices; medical care; legal disputes; and government bureaucracy"* (Colatrella, 2015, p. 349, *apud* Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 5)[16].

Os organizadores observam, não sem certa ironia metodológica, que a maioria dos historiadores tenderia a interpretar tais atributos do romance realista simplesmente como evidência de fonte primária, não como objeto próprio de uma história da informação (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026). O argumento culmina na retomada de uma formulação da pesquisadora Sheila Ritchie, cunhada a propósito de mensagens transmitidas por odor e por visão, segundo a qual se poderia supor, levando a lógica da onipresença informacional ao extremo, que "anything contains information and information may relate to anything" (Ritchie, 1982, p. 96, *apud* Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 6), o que ditaria, nas palavras dos próprios organizadores, de forma absurda, que a história da informação equivaleria à história de tudo. A conclusão metodológica é direta, segundo eles. Um campo histórico somente pode funcionar de modo eficaz se dispuser de fronteiras reconhecíveis, sob pena de comprometer sua coerência e sua legitimidade disciplinares (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026).

[16] Tradução: "[...] sujeitos à corrupção em relações familiares, amorosas e sociais; filantropia; práticas de investimento; assistência médica; disputas jurídicas; e burocracia governamental".

A cautela delimitadora não impede, todavia, que os organizadores de *Routledge Handbook of Information History* reconheçam o valor do deslocamento historiográfico recente em direção ao estudo do cotidiano e do lugar-comum, movimento ao qual a história da informação não deveria permanecer alheia (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026). Diante desse equilíbrio, a opção editorial adotada na obra privilegia investigações empiricamente circunstanciadas, da informação no Império Romano ao papel dos pombos-correio nos assuntos militares, da política da comunicação na cidade da Primeira Modernidade ao lugar das mulheres na indústria de software do final do século XX, em detrimento de panoramas sobre a história da informação, ainda que estes também estejam contemplados em número reduzido de capítulos (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026).

Uma contribuição da parte introdutória da obra e que muito interessa a este texto reside no mapeamento das origens múltiplas e não coordenadas do campo. Os organizadores demonstram que, embora diversas tradições de pesquisa tenham se dedicado ao estudo da informação ao longo do século XX, nenhuma delas se propôs, isoladamente, a constituir uma história da informação enquanto domínio autônomo. Situam essa formação em pelo menos três matrizes disciplinares concorrentes: a Teoria da Administração e a Sociologia Organizacional, voltadas ao estudo da burocratização das primeiras grandes empresas capitalistas a partir da segunda metade do século XIX; os Estudos de Comunicação e de Mídia, que se intensificaram à medida que a noção de sociedade da informação se consolidava tanto no vocabulário acadêmico quanto no popular; e, por fim, o **conjunto das Ciências da Informação, dentre as quais a Arquivologia, a Museologia, a Biblioteconomia, teria fornecido as fundações mais profundas do campo, na medida em que toda disciplina ou profissão que reivindica tal estatuto necessita, para legitimar-se, de uma história própria (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026).**

No que concerne à segunda dessas matrizes, os organizadores destacam a obra de Asa Briggs e Peter Burke, cuja

história social dos meios de comunicação situa seu objeto no âmbito de *"the communication of information […] by means of speech, writing, print, radio, TV and most recently the internet"* (Briggs, Burke, 2020, p. 1, *apud* Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 17)[17], reconhecendo nessa formulação um desdobramento do programa de pesquisa já esboçado por Marshall McLuhan (1911–1980) em 1964, quando este investiu na expressão "era da informação" para descrever fenômenos tão diversos quanto a automação computacional, a televisão, o telefone e as próprias rotas de transporte e comércio, compreendidas como rodovias informacionais (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 17). **Ainda assim, os organizadores apresentam que tais tradições, por mais que tenham demonstrado envolvimento consistente com o estudo da informação, não se propuseram deliberadamente a erigir uma História da Informação como campo distinto, tarefa que caberia, em última instância, aos historiadores atuando com as Ciências da Informação e da Computação.**

Black, Mak, Skouvig e Weller (2026) também problematizam aquilo que denominam de retórica da ruptura, isto é, a tendência historiográfica de atribuir a determinados eventos ou tecnologias o estatuto de marco fundacional, nesse caso, na história da informação. Os autores revisitam os episódios canonicamente associados a essa narrativa: a contribuição de Claude Shannon, amplamente reconhecido como o formulador da Teoria da Informação, que em 1948 popularizou o termo *bit*[18] como unidade fundamental de mensuração quantitativa da informação, sem considerar sua qualidade ou seu valor semântico; e a visão do sociólogo japonês Yoneji Masuda (1905–1995) que, em 1981, antevia a chegada de uma "computopia", na qual as tecnologias digitais produziriam níveis sem precedentes de autorrealização

[17] Traduzido como: a comunicação de informações [...] por meio da fala, da escrita, da imprensa, do rádio, da TV e, mais recentemente, da internet.

[18] Cunhado por John Wilder Tukey (1915–2000), estatístico estadunidense.

individual, harmonia social e interdependência global, em uma civilização pós-material e pós-poluição (Masuda, 1981, *apud* Black, Mak, Skouvig e Weller, 2026).

Sem negar a relevância histórica de marcos, os organizadores advertem que a continuidade não deveria ser negligenciada em favor da fratura, pois elementos centrais da própria modernidade, sobretudo a confiança na eficácia de sistemas sofisticados de informação anteriores à digitalização, teriam sobrevivido à suposta condição pós-moderna (Black, Mak, Skouvig e Weller, 2026). A argumentação é retomada de maneira ainda mais incisiva na seção dedicada à genealogia da sobrecarga informacional, na qual os autores demonstram que a angústia diante do excesso documental não constitui fenômeno exclusivamente contemporâneo.

Apoiando-se sobretudo nos trabalhos de Ann Blair, os organizadores recuperam uma sucessão de testemunhos que dão conta de apresentar a recorrência histórica desse problema. Já em 1545, Conrad Gessner (1516–1565) lamentava aquilo que descreveu como a "confusing and harmful abundance of books" (Blair, 2003, p. 11, *apud* Black, Mak, Skouvig e Weller, 2026, p. 14), queixa retomada, um século e meio depois, por Adrien Baillet (1649–1706) que, em 1685, temia pelo futuro da civilização caso não se desenvolvesse um método para identificar as obras mais úteis em meio à "multitude of books which grows every day in a prodigious fashion" (Blair, 2010, p. 59, *apud* Black, Mak, Skouvig e Weller, 2026, p. 14).

Os organizadores lembram ainda que, no ano seguinte, John Locke (1632–1704) teria concebido um novo método de indexação destinado a facilitar a busca e a recuperação de anotações, ao passo que Gottfried Leibniz (1646–1716), já em 1693, declarava dificuldade em manter organizados os próprios registros (Black, Mak, Skouvig, Weller, 2026). No século XIX, por sua vez, o teórico político e sociólogo britânico Leonard T. Hobhouse (1864–1929) queixava-se, em 1896, do que chamou de "deluge of specialism" e da "mass of accumulated fact" (Hobhouse, 1896, p. vii, *apud* Black,

Mak, Skouvig, Weller, 2026, p. 14), que, em sua avaliação, afetavam negativamente a vida científica e social de seu tempo. A conclusão dos organizadores é inequívoca quanto às implicações dessa genealogia: tais observações assinalaram uma longa história de embate humano com desafios relacionados à informação, cuja persistência demonstraria que esses desafios não podem ser associados de maneira exclusiva às tecnologias digitais (Black, Mak, Skouvig, Weller, 2026).

Quadro 2: Síntese, por capítulo, da obra *Routledge Handbook of Information History*[19]

Nº	Autor	Nome do capítulo	Parte da obra	O que aborda	Referência ABNT (Autor(es), ano)	Dimensão do tratamento da informação (Borko, 1968)
2	Andrew Riggsby	*Information in the Roman Empire*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	O capítulo mapeia a paisagem informacional do Império Romano, entre a ascensão do primeiro imperador (c. 30 a.C.) e a aceitação oficial do cristianismo (313 d.C.), como combinação de práticas "primitivas" e surpreendentemente modernas. A partir de fontes epigráficas, papirológicas e literárias, tabuletas de Vindolanda, Arquivo Heroninos, *Codex Hermogenianus*, tratados de agrimensura, o autor examina contextos de uso da informação (direito, economia, saber prático, identidade pessoal, orientação espacial) para argumentar que os sistemas informacionais romanos raramente ultrapassavam a fragmentação, permanecendo dependentes da memória e da autoridade de indivíduos específicos. Riggsby sustenta leitura "minimalista" da sofisticação tecnológica romana, reconhecendo exceções como a distribuição de grãos e a centuriação de terras.	RIGGSBY, 2026	Utilização

[19] O primeiro capítulo, que apresenta os conceitos da obra e explica adicionalmente outros elementos, e o capítulo sintético final, não são apresentados no Quadro 2.

3	Brigitte Miriam Bedos-Rezak	*Information and Its Forms: Documentary Practices in the Medieval West (Mid-Ninth to Mid-Thirteenth Centuries)*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	Apoiando-se na semiótica de Charles Sanders Peirce, a autora analisa cartas e diplomas medievais, doações às abadias de Cluny e Jumièges, acordo com Saint-Denis, cartulários catalães, para demonstrar que a validação documental no Ocidente medieval, entre os séculos IX e XIII, dependia de marcas físicas indiciais (sinais gráficos, assinaturas, selos, impressões) que ligavam corporalmente os signatários ao ato de produção do documento. A pesquisa histórico-material e diplomática sustenta a transição de práticas hápticas e corporais para uma autoridade progressivamente transferida ao selo de cera, síntese que a autora resume na afirmação de que "os documentos eram as coisas que aconteciam". Articula, assim, história material, paleografia e teoria dos signos.	BEDOS-REZAK, 2026	Transformação
4	Lucrezia Milillo; Sabine Hyland	*The Andean Khipus: An Information System Made of String*	*Parte II — Visualising, Describing, Expressin*	Combinando etnografia, arqueologia, linguística e ciência do patrimônio, as autoras examinam os *khipus*, sistema tridimensional de cordas anudadas, torcidas e coloridas, como tecnologia informacional que sustentou a administração do Império Inca, do censo populacional à tributação laboral, ao ritual e, possivelmente, ao registro narrativo. A partir de *khipus* arqueológicos dos períodos Wari e Inca e de *khipus* etnográficos preservados em comunidades	MILILLO; HYLAND, 2026	Armazenamento

				andinas contemporâneas, o capítulo revisa avanços na decifração do sistema numérico dos khipus e reconhece pontos em aberto quanto à codificação de informação qualitativa. Discute-se o conceito de "pluralismo gráfico" para descrever a coexistência colonial entre *khipus* e escrita alfabética espanhola, além dos "*khipu boards*" missionários do século XVI.		
5	Natália da Silva Perez	*Racialised Language in Colonial Newspaper Advertisements During the Eighteenth and Nineteenth Centuries*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	A autora compara cinco anúncios de jornais coloniais, publicados em inglês/francês, holandês, dinamarquês, português e francês, entre os séculos XVIII e XIX, sobre pessoas escravizadas fugitivas, para demonstrar como redes informacionais coloniais interligadas contribuíram para a consolidação de discursos racializantes de longa duração. A análise sociolinguística da trajetória do termo "negro" apresenta como a linguagem impressa fundia, em categoria descritiva única, o estatuto jurídico-social da escravização e a aparência física da pessoa anunciada, enquanto os colonizadores europeus permaneciam discursivamente "neutros" em termos raciais, sentenciando que a tecnologia do jornal foi central para a disseminação de categorias raciais no espaço atlântico.	PEREZ, 2026	Transmissão

6	Melissa Adler	*"There Must be Something Vicious in the Data": Thomas Jefferson's Techniques of Racialisation in the Production of Data, Facts, and Information*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	Por meio de leitura atenta do vocabulário ("dado", "informação", "fato" e "evidência"), a autora examina como Thomas Jefferson organizou a informação em torno de um sujeito universalizado, o homem branco proprietário, em documentos que vão da Declaração de Independência ao catálogo de livros classificado e, sobretudo, às *Notes on the State of Virginia*, incluindo o censo que realizou e a comparação racial entre indígenas, negros e brancos na *Query 14*. Apoiando-se em Daniel Rosenberg, para quem "fatos são ontológicos, evidência é epistemológica, dado é retórico", e em Patrick Wolfe, demonstra como a abstração estatística e as técnicas documentais jeffersonianas fundiram ideologia liberal e ciência classificatória, conferindo à raça força epistêmica pós-iluminista.	ADLER, 2026	Organização
7	Maria Simonsen	*Encyclopaedias as Cultural Carriers of Information: A Scandinavian Perspective*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	A autora examina a história das enciclopédias escandinavas, indo do *Salmonsens Store Illustrerede Konversationsleksikon* dinamarquês (1893) e do *Nordisk Familjebok* sueco (1876) às enciclopédias de clube do livro dos anos 1970 e às versões digitais contemporâneas, como *Store Norske Leksikon* e *Lex.dk*, como ponto de partida para investigar a cultura informacional nórdica moderna. Argumenta que o gênero enciclopédico sempre teve funções culturais que extrapolam a compilação de	SIMONSEN, 2026	Organização

				conhecimento, funcionando como símbolo de valores nacionais e instrumento de prestígio educacional, e que, a despeito de prognósticos de obsolescência, reinventou-se continuamente, inclusive no ambiente digital, preservando sua autoridade como referência de conhecimento consolidado ao longo de mais de um século.		
8	Charles van den Heuvel	*Paul Otlet's Experiments with Knowledge Organisation and Explorations of a Future Semantic Web*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	Contestando leituras teleológicas que apontam Paul Otlet como precursor esquecido da *World Wide Web*, o autor examina documentos primários do arquivo do *Mundaneum*, os "esquemas fundamentais", a Classificação Decimal Universal e a *Répertoire Bibliographique Universel*, que cresceu de cerca de 400 mil para 11 milhões de fichas entre 1895 e a Primeira Guerra Mundial, para relativizar a centralidade da metáfora arbórea na obra classificatória de Otlet. Propõe, em seu lugar, que o conceito de Otlet de "documento-instrumento", fundado na multidimensionalidade da notação, oferece possibilidades de leitura mais produtiva tanto para compreender os experimentos de Otlet quanto para iluminar processos de reestruturação em curso na Web Semântica contemporânea.	HEUVEL, 2026	Organização

9	Bethany Usher	*Information as Instruction: A Short History of Attack Journalism*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	A autora traça genealogia do "*attack journalism*", a vilificação midiática de indivíduos, justificada ou não, desde os *newsbooks* puritanos da Guerra Civil inglesa, que criminalizaram retoricamente Carlos I, passando pelas cartas de Junius (1769–1772) contra a monarquia georgiana, até a cobertura sensacionalista de Thomas Paine no fim do século XVIII. Fundamentando-se em fontes de arquivo jornalístico e dialogando com a teoria da esfera pública de Jürgen Habermas e com o conceito de "aniquilação simbólica" de Gaye Tuchman, demonstra que essa tradição representacional serviu tanto a propósitos democratizantes, corroendo privilégios políticos hereditários, quanto a mecanismos de controle e marginalização de vozes dissidentes ao longo dos séculos.	USHER, 2026	Transmissão
10	Brendan Luyt	*The Fault Lines of Knowledge: An Examination of the History of Wikipedia's "Neutral Point of*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	Analisando versões arquivadas da política "*Neutral Point of View*" da Wikipédia entre 2001 e 2022, o autor apresenta como um princípio originalmente concebido como estilo de escrita neutro, não como "ponto de vista", evoluiu, por meio de conceitos como "peso indevido" e "pseudociência/teorias marginais", para um sistema que autoriza a exclusão hierárquica de visões minoritárias. A partir de debates registrados entre editores, incluindo Jimmy Wales e Larry Sanger, o capítulo	LUYT, 2026	Organização

		View" (NPOV) Information Policy and Its Implications for a Polarised World		insere a Wikipédia em linhagem mais abrangente de projetos enciclopédicos universalistas, de Diderot a Otlet e ao Memex de Vannevar Bush, dá voz a tensões que ecoam a polarização epistemológica contemporânea das plataformas colaborativas de conhecimento.		
11	Edward Higgs	*Facial AIs and Information Systems in Historical Context*	Parte II — *Visualising, Describing, Expressing*	O autor situa tecnologias contemporâneas de reconhecimento e inferência facial, como a alegada "*Facial Personality Analytics*" da empresa Faception e estudos que afirmam detectar orientação sexual a partir de imagens, na longa tradição histórica da fisionomia, que remonta à *Physiognomonica* atribuída a Aristóteles e alcança os cientistas raciais do século XIX. Argumenta que a análise histórica é indispensável ao debate sobre inteligência artificial facial, pois pesquisas atuais frequentemente reproduzem, sem reconhecê-los, discursos pseudocientíficos pretéritos, e que a familiaridade histórica com tais discursos predispõe o público a aceitar decisões algorítmicas como senso comum, reproduzindo vieses já observados em práticas policiais analógicas do século XIX.	HIGGS, 2026	Interpretação

12	Rebecca Robinson	*"Those Who Help His Sight and Hearing Are Many": Information and the State in Early China*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	Comparando o Mozi, que defende o pacifismo e o "amor universal", e o *Livro de Lorde Shang*, que preconiza expansão agressiva e legalismo estrito, a autora demonstra que, apesar de divergências radicais sobre a forma de governo, ambos os textos do período dos Reinos Combatentes convergem na exigência de que o soberano detenha acesso irrestrito e atualizado à informação sobre a população. Complementando a leitura filológica com evidências arqueológico-documentais do período Qin/Han, conclui que essa informação, ainda que fundamental ao exercício do poder estatal chinês antigo, permanecia "dêitica", vinculada a indivíduos, lugares e momentos específicos, distinguindo-se da abstração estatística característica dos Estados modernos.	ROBINSON, 2026	Coleta
13	Irene O'Daly	*Creativity in Classification: Phrasing and Presenting the Aristotelian*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	A autora investiga a permanência de uma frase mnemônica de Isidoro de Sevilha, construída em torno da figura de "Augustinus", que resume em doze palavras as dez categorias aristotélicas. Por meio da análise paleográfica e codicológica de manuscritos dos séculos IX a XII, entre eles o *vademecum* do abade Grimald, de St. Gallen, e dois manuscritos de Göttweig, demonstra como essa fórmula, reconfigurada em diagramas, listas e formatos quase tabulares, funcionou como	O'DALY, 2026	Organização

		Categories in the Middle Ages		instrumento completo de gestão medieval da informação, viabilizando o armazenamento e a recuperação, e também a extrapolação criativa e o "jogo pedagógico" com as categorias lógicas herdadas da Antiguidade clássica.		
14	Gabor Szommer	*Trading Factories as Information Factories: Aspects of Information Management in the Dutch East India Company's Japanese Factory, 1609-1623*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	Com base em documentação arquivística do *Nationaal Archief* de Haia, correspondência mercantil, atas dos *Heren Zeventien*, listas de preços e livros-razão, o autor reconstitui o fluxo de informação entre a feitoria japonesa da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) em Hirado (1609–1623) e a administração central em Amsterdã e Batávia. Contrariando avaliações historiográficas que consideram irrelevante essa década inicial de comércio pouco lucrativo, argumenta que a feitoria funcionou como decisivo "portão de informação", mesmo escassa e obtida de modo *ad hoc*, a informação ali reunida constituiu a base sobre a qual o comércio japonês da *Vereenigde Oostindische Compagnie* (VOC) viria a prosperar nas décadas seguintes.	SZOMMER, 2026	Transmissão

15	Toni Weller	*The Female Body as an Object of Information: Britain during the Late Victorian and Edwardian Period*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	A autora examina como, na Grã-Bretanha vitoriana tardia e eduardiana, o corpo feminino se converteu em objeto sistemático de coleta informacional, a partir das fichas antropométricas não publicadas do *Newnham College* de Cambridge (1898–1900) e do estudo estatístico de Eleanor Sidgwick sobre a saúde de estudantes universitárias. Contrapondo-se à leitura feminista convencional que reduz essa coleta a instrumento de controle masculino, demonstra que as próprias mulheres participaram da produção e do uso dessas informações corporais, negociando por meio delas sua posição em contexto social em transformação, ainda que o corpo feminino permanecesse associado à fragilidade, à histeria e às preocupações eugênicas da época.	WELLER, 2026	Coleta
16	Alistair Black	*Information, Topography, and War: Information Management in Britain's Inter-Servi*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	A partir de fontes primárias dos *National Archives* britânicos e de memórias institucionais, o autor reconstrói a atuação do *Inter-Service Topographical Departmen*t (ISTD), sediado em Oxford, cuja criação respondeu às deficiências de inteligência topográfica reveladas nas campanhas da Noruega e de Dunquerque, em 1940. Examinando a produção dos *Naval Intelligence Handbooks*, trinta e um títulos, mais de cinco mil mapas e seis mil fotografias, e a preparação informacional do Dia D, dimensiona como o trabalho de gestão de informação nos	BLACK, 2026	Geração

		ce Topographical Departme nt (ISTD) in the Second World War		"bastidores", tradicionalmente menos visível na historiografia militar que operações de combate, foi decisivo para o desfecho de campanhas aliadas da Segunda Guerra Mundial.		
17	Henry Irving	*The Wartime Social Survey as Information History*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	O autor analisa o *Wartime Social Survey*, criado em 1940 pelo Ministério da Informação britânico para funcionar como "barômetro do moral" civil, demonstrando como um escândalo político, o episódio conhecido como "*Cooper's Snoopers*", redirecionou sua atuação para outras áreas de governo, entre elas o racionamento alimentar e a reciclagem de sucata. A partir de relatórios de arquivo que documentam a amostragem por cotas, os questionários padronizados e a tabulação mecânica por cartões perfurados, sustenta que a informação produzida pelo *Survey* jamais foi objetiva, refletindo antes os pressupostos de pesquisadores, patrocinadores institucionais e entrevistados envolvidos na sua elaboração cotidiana.	IRVING, 2026	Coleta

18	Rosanna Farbøl; Casper Sylvest	*Sensitive Information: Knowing and Preparing for Nuclear War during the Cold War*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	Tomando a Dinamarca como estudo de caso de pequeno Estado-membro fundador da OTAN, os autores examinam como as autoridades de defesa civil dinamarquesas, por meio de panfletos como *Hvis krigen kommer* (1962) e sua atualização de distribuição restrita nos anos 1980, tiveram de equilibrar duas dimensões da "sensibilidade" da informação sobre guerra nuclear, sua natureza estratégica e reservada, de um lado, e a necessidade de dosagem cuidadosa de sua comunicação pública, de outro, a fim de evitar pânico sem comprometer a preparação civil. A comparação com pesquisas de opinião e experiências britânica e estadunidense clarifica também tensões relacionadas ao retorno do medo nuclear após 2022.	FARBØL; SYLVEST, 2026	Transmissão
19	Antony Bryant	*"Men Are Engineers, Women Are Computers": Women and the Information Technology*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	O autor examina a demarcação rígida de gênero na computação britânica entre o final dos anos 1940 e o início dos 1960, período em que homens ocupavam a categoria de "engenheiros" e mulheres eram relegadas à função subalterna de "computadores", para em seguida mostrar como a crise do software da década de 1960 abriu, paradoxalmente, janela de oportunidade para pioneiras como Dina St Johnston e, sobretudo, Stephanie "Steve" Shirley, fundadora da *Freelance Programmers Limited*, empresa majoritariamente feminina operada a partir de	BRYANT, 2026	Transformação

		Interregnum		residências particulares, cujo modelo de trabalho remoto antecipou, décadas antes, arranjos hoje associados à flexibilização contemporânea do trabalho técnico.		
20	Elizabeth Shepherd	*Central and Local: A History of Archives in Twentieth-Century England*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	A autora analisa a profissionalização arquivística inglesa do século XX como processo duplo, sendo de um lado, a consolidação institucional nacional (o *Public Record Office*, a doutrina de Hilary Jenkinson e o *National Register of Archives*) sob predomínio masculino; de outro, o trabalho, frequentemente marginalizado, de mulheres historiadoras amadoras e profissionais, como Joan Wake e Ethel Stokes, que garantiram a preservação de arquivos locais e comunitários apesar das barreiras institucionais enfrentadas. Conclui ela que o legado explica por que os arquivos vieram a ser popularmente compreendidos como "trabalho de mulheres", ainda que o primeiro cargo feminino de *Keeper of Public Records* só tenha sido criado em 1992.	SHEPHERD, 2026	Armazenamento

21	Karen Attar	*Representing Information in the Western World: Classification, Cataloguing, and the Library Context since Industrialisation*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	A autora examina como a explosão informacional de meados do século XIX tornou necessária a reorganização física do acesso ao livro nas bibliotecas ocidentais, comparando os principais sistemas de classificação (Classificação Decimal de Dewey, Classificação da Biblioteca do Congresso, Classificação de Ranganathan e de Bliss) e episódios da história da catalogação, entre eles a disputa em torno de Antonio Panizzi no *British Museum*. O argumento sustenta que fatores extralógicos, financiamento, poder institucional e, no caso de Panizzi, preconceito quanto à sua origem italiana, moldaram quais sistemas classificatórios prevaleceram nas bibliotecas ocidentais desde a industrialização.	ATTAR, 2026	Organização
22	William Aspray	*The History of Computing: The Development of an Information History Field*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	Em ensaio historiográfico reflexivo, o autor, um dos pioneiros da própria disciplina, mapeia a formação da história da computação como subcampo emergente da história da informação, ainda carente de terminologia consensual, distinguindo linhas de pesquisa como a institucionalização acadêmica do campo desde os anos 1970, a biografia de figuras fundadoras e a assimetria historiográfica entre hardware e software. Sem se apoiar em corpus documental único, o capítulo funciona como balanço crítico da maturidade disciplinar do campo	ASPRAY, 2026	Interpretação

				e de seu viés predominantemente anglófono, apontando lacunas de pesquisa a serem preenchidas por futuras gerações de historiadores da computação.		
23	Hallam Stevens; Manoj Harjani	*Smart Cities and Informatic Governance: The Management of Information and People in Postcolonial Singapore*	Parte III — *Managing, Ordering, Classifying*	Os autores cunham o conceito de "saneamento informático" para descrever como a governança de Singapura, do período colonial britânico à iniciativa contemporânea "*Smart Nation*", com destaque para a identidade digital nacional e o sistema de rastreamento de contatos *TraceTogether* durante a pandemia de covid-19, buscou sistematicamente ordenar e "limpar" fluxos informacionais tal como a administração colonial ordenava espaços físicos urbanos. Demonstram que as iniciativas digitais mais recentes se enxertam em estruturas institucionais de longa duração com raízes coloniais, revelando, daí, continuidades entre governança colonial e gestão digital contemporânea da população.	STEVENS; HARJANI, 2026	Organização
24	Filippo de Vivo	*The Politics of Communication in the Early Modern City:*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	Rejeitando tanto o modelo habermasiano da esfera pública quanto a dicotomia eurocêntrica entre "despotismo oriental" e "liberdades ocidentais", o autor compara Istambul e Veneza na Primeira Modernidade para argumentar que a verdadeira transformação da comunicação política do período residiu no aumento da competição por informação	VIVO, 2026	Transmissão

		Istanbul and Venice		entre diferentes grupos sociais. A partir de *avvisi* venezianos, correspondência diplomática, relatos de *dragomans* e rumores urbanos, propõe história comparada multipolar da comunicação política que atravessa registros manuscrito, oral, cerimonial e impresso, expondo dinâmicas informacionais comuns a impérios frequentemente tratados como radicalmente distintos entre si.		
25	Jasmine Kilburn-Toppin	*Recipes, Gold, and Information Exchange: Workshop Cultures in the Early Modern Metropolis*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	A partir do manuscrito pouco conhecido de Thomas Aunsham, artesão e funcionário da Casa da Moeda londrina do início do século XVI, contendo receitas metalúrgicas de ensaio e refino de metais preciosos, e de sua posterior apropriação, sem crédito, por um manuscrito de 1604 apresentado à *Goldsmiths' Company*, a autora recupera o papel historiograficamente negligenciado dos artesãos ourives na comunicação de conhecimento sobre o mundo natural na Europa moderna inicial. Demonstra como o registro de saber de oficina funcionava simultaneamente como estratégia de prestígio social e como moeda de disputa por cargos institucionais na comunidade artesanal.	KILBURN-TOPPIN, 2026	Transmissão

26	Jessica Ratcliff	*Colonial Political Economies of Information: The East India Company and the Growth of Science in Britain*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	A autora relaciona a expansão colonial britânica a uma "grande divergência de dados", paralela à conhecida "grande divergência" econômica, demonstrando como o monopólio comercial da Companhia Britânica das Índias Orientais sobre o acesso à Ásia permitiu a acumulação de conjunto sem precedentes de recursos de conhecimento, biblioteca, museu e coleções de história natural em *Leadenhall Street*, posteriormente redistribuído, após a perda das funções de governo da Companhia em 1858, entre instituições como o *British Museum* e o *Kew Gardens.* Argumenta que essa transferência institucional alimentou diretamente a "segunda revolução científica" britânica, consolidando ordem informacional de origem colonial que viria a se tornar internacional.	RATCLIFF, 2026	Coleta
27	Cristina Soriano	*In-Between Writing and Orality: The Circulation of Information in the Black*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	A autora demonstra, a partir da conspiração de Gual e España em *La Guaira* (1797) e da circulação da *Gaceta de Madrid* entre a população negra de Cuba, que a ausência de alfabetização e de imprensas próprias entre comunidades negras e mestiças do Caribe espanhol não as impediu de acessar notícias nem de participar de redes informacionais durante a Era das Revoluções Atlânticas. Jornais oficiais, panfletos, cartas e, sobretudo, a comunicação oral e o rumor formavam	SORIANO, 2026	Transmissão

		Spanish Caribbean during the Age of Revolutions, 1789-1808		encruzilhada midiática que escapava ao controle colonial, transformando essas populações em produtoras e disseminadoras ativas de notícias políticas em um contexto de vigilância e repressão.		
28	Eve Rosenhaft	*Information and Mobility: Migrants and Romas as Historical Cases*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	A autora articula duas formas de mobilidade (a migração propriamente dita e a mobilidade "peripatética" de grupos como os Roma, que constroem sua existência social em deslocamentos regulares sem buscar fixação permanente) para examinar como a informação viabiliza tanto a inserção de migrantes modernos em redes comerciais de agenciamento quanto, no caso romani, estratégias de resistência a regimes estatais de vigilância. Apoiando-se no conceito de legibilidade estatal de James C. Scott, interpreta a oralidade e a evasão de registros escritos como formas efetivas de resistência informacional à governança moderna, contrapondo casos históricos distintos sob um mesmo quadro analítico da mobilidade.	ROSENHAFT, 2026	Utilização

29	Laura Skouvig	*Emotions as Commodities: Street Ballads and the Commercialisation of Information*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	A autora examina as baladas de rua dinamarquesas (*skillingsviser*) publicadas em torno das duas Batalhas de Copenhague (1801 e 1807) para demonstrar que a informação já constituía mercadoria comercial muito antes da sociedade da informação digital. Ainda que essas baladas não reproduzissem os eventos com exatidão factual, argumenta, à luz da teoria dos gêneros discursivos, que sua função como "ação comunicativa" residia precisamente na fusão entre informação factual e informação emocional, estratégia de navegação subjetiva por uma paisagem informacional patrioticamente carregada, apresentando a comercialização popular de conteúdo noticioso séculos antes da consolidação da imprensa de massa contemporânea.	SKOUVIG, 2026	Transmissão
30	James W. Cortada	*How Information Changed Between the Late Nineteenth Century and World War II*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	Em ensaio de síntese histórica que conecta economia, sociologia e história da tecnologia, o autor sustenta que o crescimento massivo da informação a partir da Segunda Revolução Industrial resultou de conjunto de forças interdependentes, compreendidas metaforicamente como "ecossistema informacional", cuja atuação conjunta continuaria a moldar o papel contemporâneo da informação. Dialogando com a noção de "informação como coisa" de Michael	CORTADA, 2026	Geração

				Buckland e com a ideia de Paul Dover sobre a necessidade de novas taxonomias diante da abundância informacional moderna, assume explicitamente perspectiva "positivista" da informação, fazendo um relato de longa duração sobre as transformações econômicas e tecnológicas do período.		
31	Valentina Glajar; Corina L. Petrescu	*Factual Fictions and Fictionalised Facts in the Reports of the Romanian Secret Police*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	A partir dos arquivos da *Securitate* romena, os autores distinguem dois processos de manipulação documental: as "legendas", cenários fictícios construídos por oficiais recrutadores a partir de informações comprometedoras reais sobre candidatos a informantes, e os "fatos ficcionalizados", relatos embelezados que fontes não recrutadas, mas profissionalmente obrigadas a informar, produziam em benefício próprio ou do Estado. Os casos do escritor Claus Stephani (codinome MOGA MIRCEA) e do diretor teatral Franz Auerbach ilustram, com apoio em teoria foucaultiana da vigilância documental, como a polícia política transformava informação em narrativa útil ao regime, borrando a fronteira entre registro factual e construção ficcional.	GLAJAR; PETRESCU, 2026	Transformação

32	Markus Friedrich	*Families as Communities of Information. Or: The Importance of Knowing Your Relatives*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	Partindo da autobiografia de Frederick Douglass, na qual a privação sistemática de informação familiar surge como instrumento de desumanização dos escravizados, o autor propõe compreender as famílias como "comunidades de informação", que existem de modo significante apenas quando dados relevantes sobre seus membros, dentre os quais nomes, datas, vínculos biográficos, estão disponíveis e compartilhados. Examinando genealogias nobres e burguesas da Europa moderna, distingue epistemologia abstrata do parentesco, estudada pela antropologia clássica, de epistemologia empírica voltada à identificação concreta de indivíduos, e discute usos extremos dessa lógica, como a genealogia racial nazista, em argumentação que apresenta a ambivalência ética da sistematização genealógica.	FRIEDRICH, 2026	Organização
33	Frank A. Blazich Jr.	*Feathers and Formats: Information, Technology, and Homing*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	O autor traça história de mais de dois milênios do uso militar de pombos-correio como tecnologia de transmissão informacional, desde seu emprego pré-moderno até a mobilização maciça na Primeira Guerra Mundial, quando a França chegou a manter trinta mil aves, e o programa da CIA que equipou pombos com câmeras fotográficas miniaturizadas ao final da década de 1970. Baseando-se em arquivos militares de vários países, sustenta que os	BLAZICH JR., 2026	Transmissão

		Pigeons in War		pombos adaptaram-se sucessivamente a formatos informacionais em mudança e argumenta que sua imunidade a ataques cibernéticos pode reabilitar sua utilidade militar em conflitos contemporâneos marcados pela guerra eletrônica.		
34	Gabriele Balbi; Gianluigi Negro; Maria Rikitianskaia; Carlos A. Scolari; Dominique Trudel	*Information and Communication Theories: A Global History of the (Con)fusion*	Parte IV — *Circulating, Networking, Controlling*	Os autores propõem "desamericanizar" a história das teorias da informação e da comunicação, demonstrando, por meio de quatro estudos de caso regionais, China, América Latina, França e União Soviética/Rússia, que uma história global e unificada dessas teorias é praticamente impossível de ser narrada, devendo-se falar antes de histórias plurais. Ainda que todas as tradições examinadas dialoguem, em algum grau, com a herança de Claude Shannon e Norbert Wiener, evidenciam processos distintos de "domesticação" regional dessas teorias, incluindo apropriações políticas específicas, como o uso da teoria da informação pelo Partido Comunista Chinês para se distanciar do maoísmo em determinado momento histórico.	BALBI *et al.*, 2026	Interpretação
35	Zoe LeBlanc	*Decolonisation and Information in Postcoloni*	Parte IV — Circulating, Networking,	A autora demonstra como o Egito de Nasser, entre a *Revolução dos Oficiais Livres* (1952) e a *Guerra dos Seis Dias* (1967), transformou o rádio, sobretudo a *Voice of the Arabs*, e a imprensa impressa em instrumentos de libertação política pan-árabe e pan-africana, fazendo do Cairo polo de	LEBLANC, 2026	Transmissão

		al Egypt, 1952-1967	Controlling	descolonização que serviu de modelo a outros movimentos anticoloniais, da Conferência de Bandung ao Movimento dos Não-Alinhados. Argumenta que essa infraestrutura informacional, ao mesmo tempo em que unificava a mensagem anticolonial, também centralizou o controle estatal sobre a informação, produzindo tensões que a autora relaciona às causas estruturais da Primavera Árabe de 2011.		
36	Archie L. Dick	*Dynamics of the Human Element in South Africa's Information History*	Parte IV — Circulating, Networking, Controlling	Inspirando-se no conceito de "potência do elemento humano" de Toni Weller, o autor expõe três "vidas informacionais" sul-africanas (o escravizado e curandeiro colonial Johannes Smiesing, autor de caderno de receitas médicas em tâmil; o impressor da ANC e ativista patrimonial Patric Mellet; e o denunciante contemporâneo Athol Williams, que expôs a corrupção da consultoria *Bain & Company*) para revelar dinâmicas humanas de determinação, identidade e integridade que atravessam a longa história sul-africana de luta pelo acesso à informação, da escravidão colonial ao *apartheid* e à democracia pós-1994, com isso, sublinhando a agência individual nos processos informacionais.	DICK, 2026	Utilização

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

O Quadro 2, deliberadamente, acrescenta, para além da categorização proposta pelos autores na apresentação das partes do livro (Parte II, *Visualising, Describing, Expressing*; Parte III, *Managing, Ordering, Classifying*; e Parte IV, *Circulating, Networking, Controlling*), uma tentativa de correspondência com o Borko (1968) postula como sendo características da CI, tomadas aqui como propriedades da informação.

Com isso, expõe, por contraste, a distância que separa a lógica classificatória da Ciência da Informação quando pensou seu objeto daquela que organiza internamente a obra editada por Weller, Black, Mak e Skouvig, situada mais na História. Comparativamente, as duas classificações, a dos autores originais, e esta proposta aqui mais próxima à CI, apresentam dois projetos disciplinares distintos que, embora compartilhem o vocabulário da informação como objeto comum, constroem esse objeto a partir de pressupostos epistemológicos diferentes, um de inspiração processual e sistêmica, herdeiro da Documentação e da Cibernética de meados do século XX (a CI); outro de inspiração historiográfica e hermenêutica, atento à contingência das práticas e à materialidade dos suportes através dos quais sociedades específicas, em momentos específicos, produziram, disputaram e controlaram aquilo que reconheciam como informação.

Quando Borko, em *Information Science: What Is It*? (1968), propõe compreender a Ciência da Informação como o corpo de conhecimento científico e tecnológico voltado à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação, ele o faz a partir da perspectiva de legitimar um campo emergente naquele momento por meio da descrição de um ciclo de vida único e generalizável, aplicável, em princípio, a qualquer informação, em qualquer contexto histórico ou cultural. A opção por uma sequência de nove operações, mesmo quando essas operações não ocorrem estritamente em série na prática documental, é um reflexo da matriz epistemológica sob a qual a Ciência da Informação se consolidou como disciplina acadêmica nos Estados

Unidos do pós-guerra, e no qual o autor esteve presente, para onde também confluem a tradição bibliotecária e documentalista, a Teoria da Comunicação de Shannon e Weaver, a Cibernética de Norbert Wiener e a pesquisa operacional então em voga nas Ciências da Administração. Com isso, quando "lê" a informação como um objeto que "flui" através de estágios funcionalmente equivalentes, Borko oferece à CI nascente um vocabulário técnico compartilhável entre bibliotecários, documentalistas, engenheiros e administradores, mas o faz suprimindo, ou ao menos relegando a segundo plano, por exemplo, a pergunta sobre quem controla cada estágio desse ciclo, em benefício de quem e sob quais relações de poder.

A obra organizada por Weller, Black, Mak e Skouvig (2026) recusa, já em seu capítulo introdutório, a tentação de tratar a informação como categoria universal e trans-histórica. Os organizadores advertem explicitamente contra a diluição do objeto em uma "história de tudo", e resolvem o problema da delimitação do campo por meio de uma arquitetura em três partes temáticas que ordena os capítulos segundo modos historicamente situados de lidar com a informação: visualizar, descrever e expressar; gerenciar, ordenar e classificar; circular, articular em rede e controlar. Nota-se que as três tríades verbais não descrevem estágios sucessivos de um único objeto informacional ao longo de seu ciclo de vida, podendo ser tomadas como registros de prática, representacional, administrativo, relacional, que coexistem e se sobrepõem em qualquer situação histórica concreta de produção informacional, ainda que a obra os separe editorialmente para fins de organização do volume. Os termos, ainda que difiram em relação ao que Borko (1968) propõe para pensar a CI e que aqui são tomados como propriedades da informação bastante relacionados com os termos que designam os capítulos da obra de Weller, Black, Mak e Skouvig (2026) (mais sobre isso será explorado à frente).

A Parte II reúne capítulos voltados à constituição semiótica e material da informação (indo dos k*hipus* andinos aos selos

medievais, das enciclopédias escandinavas à inteligência artificial facial), isto é, ao modo como algo se torna representável, legível, dotado de forma comunicável. A Parte III concentra-se nas tecnologias e instituições de ordenamento (arquivos, bibliotecas, classificações bibliográficas, sistemas de governança estatal), isto é, no aparato administrativo que submete a informação a esquemas de classificação e retenção. A Parte IV, por fim, volta-se à circulação da informação entre agentes, redes e territórios, e explicitamente à sua dimensão de controle (jornais coloniais, pombos-correio, rádios pan-arabistas, políticas editoriais da Wikipédia), incorporando ao título da própria parte uma palavra, *controlling*, que sinaliza uma atenção ante as relações de poder inscritas na circulação informacional o que não aparece em Borko (1968), uma vez que o olhar a estas questões acerca das relações entre informação e poder parece ser mais recente em termos sociais.

Apesar dessa diferença de projeto, é possível, e foi o exercício realizado no quadro-síntese anterior, estabelecer correspondências, pelo menos parciais, entre as duas classificações, na medida em que ambas, afinal, versam sobre operações que sociedades humanas realizam *com* e *sobre* informação. A Parte II do *Handbook* dialoga mais estreitamente com a dimensão que Borko (1968) chama de interpretação, e secundariamente com geração e transformação, na medida em que reúne capítulos preocupados com a constituição de sentido a partir de suportes materiais e formas representacionais. A Parte III corresponde, com relativa proximidade, às dimensões de organização, armazenamento, recuperação e, em determinados capítulos, coleta, uma vez que trata precisamente dos dispositivos institucionais, arquivos, catálogos, esquemas classificatórios, que Harold Borko também isola como etapas do processamento informacional. A Parte IV, por sua vez, aproxima-se das dimensões de transmissão e utilização, ainda que, como já indicado, extrapole o vocabulário de Borko, nomeando explicitamente o controle como preocupação organizadora.

As correspondências acima, contudo, são aproximativas, não devendo obscurecer três disjunções estruturais entre os dois esquemas classificatórios. Em primeiro lugar, o modelo de Borko (1968) é sequencial mesmo quando não se declara estritamente linear, em que origem precede coleta, que precede organização, que precede armazenamento, e assim sucessivamente, num percurso que pressupõe, ainda que implicitamente, um sujeito processador único, uma instituição, um sistema, um indivíduo, conduzindo a informação de estágio a estágio. A arquitetura do *Handbook*, ao contrário, não presume sequência entre os atos de "visualizar", "gerenciar" e "circular", posto que trata-se de três registros de prática que operam simultaneamente e que, em muitos capítulos do próprio volume, se atravessam sem hierarquia temporal. O capítulo sobre os *khipus* andinos, por exemplo, discute tanto a codificação material da informação (afim à Parte II) quanto seu uso administrativo tributário (afim à Parte III), sem que uma dimensão preceda logicamente a outra.

Em segundo lugar, e como já sugerido, Borko (1968) não isola uma dimensão de controle. A utilização, última etapa de seu esquema, refere-se ao emprego finalístico da informação por um usuário, não ao eventual exercício de poder sobre sua circulação, sua ocultação ou sua manipulação, ausência sintomática de um modelo formulado antes que a virada crítica e pós-colonial atravessasse as Humanidades e as Ciências Sociais, e que capítulos como os dedicados à *Securitate* romena, à governança informática de Singapura ou às fontes racializantes de Jefferson e da imprensa colonial tornariam, décadas depois, inescapável nomear, como de fato o fazem no *Handbook*.

Em terceiro lugar, os dois esquemas divergem quanto ao próprio estatuto do termo "informação": Harold Borko o toma como dado relativamente estável, cujas etapas de processamento podem ser descritas sem maior indagação sobre as condições históricas de sua emergência como categoria (compreensão que, na atualidade, é diferente); a obra editada por Weller, Black, Mak e Skouvig (2026), ao contrário (e o posfácio de Mak é explícito

nesse ponto), recusa-se a tratar "informação" como objeto dado de antemão, propondo investigar antes as condições sob as quais algo passa a ser reconhecido como informativo em um contexto histórico específico. Onde Borko pergunta o que se faz com a informação, a obra historiográfica do *Handbook* pergunta o que, em cada época e lugar, foi feito para que algo se tornasse informação, em que se coloca uma inversão que desloca o centro de gravidade do processamento técnico (o que tende a ser, ainda hoje, elemento de grande atenção à CI e áreas próximas para a construção histórica e discursiva da própria categoria).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e teórico-conceitual, fundamentada em revisão narrativa de literatura e em análise comparativa e interpretativa de um corpus documental delimitado. O corpus documental que fundamenta a discussão é composto por fontes de natureza distinta, oriundas de textos das áreas da História e Ciência da Informação, em especial.

No que concerne à área da História, foi realizada uma busca para delimitação conceitual por todos os subcampos ou domínios de investigação que possam se relacionar com a ideia de informação (e seus processos, dinâmicas, consequências, agências e agentes), a saber: História do Livro; História da Cultura Material; História das Mídias; História da Informática; História das Ideias; História Intelectual; História do Pensamento; História da Filosofia; História dos Conceitos; História Visual; História das Técnicas e da Tecnologia; História da Educação; História da Ciência; História do Conhecimento; História da Leitura; História das Bibliotecas; História dos Museus; História dos Arquivos; História das Universidades; História da Ciência da Informação e História da Comunicação.

As buscas foram orientadas pelas consultas por textos no Google Acadêmico, realizadas entre junho e agosto de 2026. Foram selecionados para esta argumentação aqueles textos que,

comparativamente aos demais resultados encontrados, apresentassem maior quantidade de citações identificadas pelo Google Scholar, assim como diálogo com o objeto em questão neste texto.

O artigo de Harold Borko (1968) e o texto de Rafael Capurro (2003) constituem, por fim, as referências epistemológicas mobilizadas para a análise comparativa, e fornecem o instrumental conceitual, a definição fundacional de Ciência da Informação, no primeiro caso, e a tríade paradigmática físico-cognitivo-social, no segundo, a partir do qual os resultados da pesquisa bibliográfica são documentados. Também são a base a partir da qual se interroga a obra de Weller, Black, Mak e Skouvig (2026).

O procedimento consistiu, em primeiro lugar, na leitura dos resumos dos documentos, com identificação dos conceitos centrais, dos argumentos principais, das referências teóricas mobilizadas e dos resultados neles apresentados. Em segundo lugar, procedeu-se ao mapeamento da estrutura argumentativa no que concerne à estrutura paradigmática nele esboçada, e à identificação dos argumentos centrais de Borko e dos paradigmas discutidos por Capurro em contraposição com a literatura analisada.

Construiu-se uma matriz comparativa entre, de um lado, a totalidade dos resultados e do referencial e, de outro, os fundamentos epistemológicos de Harold Borko e Rafael Capurro, com o objetivo de identificar convergências, divergências, continuidades, deslocamentos conceituais, lacunas e possibilidades de síntese.

A elaboração dos Quadros 2 e 3 obedeceu a protocolo específico. Para o Quadro 2, cada um dos capítulos do *Routledge Handbook of Information History* (Weller, Black, Mak, Skouvig, 2026) foi lido em sua integralidade e associado a uma única dimensão do ciclo processual proposto por Borko (1968) (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, utilização), segundo o critério da

operação informacional que constitui o argumento central de cada capítulo, nos casos em que mais de uma dimensão concorria com peso comparável, como no capítulo sobre os *khipus* andinos (Milillo; Hyland, 2026), já referido na seção de Introdução.

Para o Quadro 3, cada vertente historiográfica setorial foi associada a um dos três paradigmas capurrianos segundo o critério da afinidade estrutural entre o objeto que a vertente constrói para si, sendo o artefato material, o conteúdo cognitivo ou a rede relacional e institucional, e a dimensão do fenômeno informacional predominante em cada paradigma, tal como Capurro (2003) o formula; a classificação, como já adverte a abertura da seção 4.4, não pressupõe que cada vertente se esgote no paradigma que lhe é atribuído.

Registra-se o emprego de ferramentas de inteligência artificial generativa em etapas da elaboração deste manuscrito. A ferramenta *Claude*, no modelo *Sonnet 5*, desenvolvida pela *Anthropic*, foi utilizada como recurso de apoio à revisão textual do trabalho, atuando no polimento de trechos redigidos pelo autor, na averiguação da coesão e da progressão argumentativa entre seções e na sugestão de ajustes de redação em passagens pontuais. Circunscreve-se o uso de IA à dimensão formal da escrita, de modo que a arquitetura teórica, as escolhas analíticas, a seleção e a interpretação das referências bibliográficas, bem como as conclusões apresentadas, permanecem de autoria e responsabilidade exclusivas do pesquisador.

De modo complementar, a ferramenta *Google Gemini* foi mobilizada como suporte instrumental nas etapas preparatórias da pesquisa, mais especificamente na elaboração de fichamentos das leituras que fundamentam o referencial teórico do texto e na geração de quadros destinados à sistematização e à apresentação de dados. Também nesse caso, o recurso à inteligência artificial cumpriu função auxiliar e circunscrita a tarefas de organização e sistematização da informação, sem substituir o processo de leitura crítica, de análise interpretativa ou de síntese teórica realizado

pelo autor, ao qual se atribui a responsabilidade integral pelo conteúdo científico do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exposição dos resultados organiza-se em consonância com os seis objetivos específicos enunciados na Introdução. O Quadro 1 sintetiza a correspondência entre objetivos e resultados, e pode ser consultado como roteiro de leitura para o que se segue.

4.1 O panorama internacional da História da Informação e da *Information History*

Como visto na seção de introdução deste trabalho, a relação entre a História e a Informação, e, mais importante, a informação na sequência do tempo, ainda não se consolidou como um problema epistemológico no âmbito da Ciência da Informação brasileira, embora esteja implicitamente presente em diferentes segmentos de sua produção historiográfica. No contexto internacional, existe o que tem sido denominado *Information History* (História da Informação), especialmente na área da História, cuja formação remonta aproximadamente às últimas duas décadas e que reúne pesquisadores como Weller, Cortada e Black.

A história do conceito de informação é muito mais antiga do que a Era Digital, a Sociedade da Informação, ou qualquer outra definição recente que se dê para o momento atual. O termo possui raízes latinas ligadas a ideias filosóficas gregas sobre forma e conhecimento, servindo tanto para descrever como as coisas tomam forma quanto para descrever como as mentes conhecem o mundo, de modo que a informação pertenceu, muito antes de pertencer à engenharia, à metafísica, à epistemologia e à educação (Paul, 2013; Capurro, 2009; Capurro, 2019).

Conforme aponta Rafael Capurro (2003; 2019) os pensadores medievais mantiveram vivos esses sentidos, sobretudo na filosofia escolástica de inspiração aristotélica, na qual "informação" e "informar" eram empregados em contextos ontológicos, epistemológicos e pedagógicos, incluindo a noção escolástica de *informatio materiae* (a formação da matéria), sentido objetivo que se enfraqueceu nas línguas modernas em favor do sentido de informar, instruir ou comunicar. Com o autor entende-se que os usos modernos de "informação", associados a dados, mídia e redes, constituem apenas uma fase tardia de uma genealogia mais longa e descontínua, na qual o próprio modelo de Claude Shannon do século XX se insere dentro de uma história muito mais antiga da filosofia ocidental (Sylvia IV, 2021; Capurro, 2009).

De forma mais moderna, consolidou-se ainda a distinção entre informação como algo aprendido, processado e armazenado, e notícia como sua transmissão a um público mais amplo, distinção que explica por que a História da Informação aborda ideias e também sua circulação, como conhecimento privado, relatórios oficiais, inteligência de mercado, rumor e notícia pública encontram-se relacionados, mas não são idênticos (Greengrass, Rentet, Gal, 2016).

Por fim, o século XX reanimou a noção de informação por meio das teorias técnicas de comunicação. Nesse contexto, Capurro (2009) argumenta que a teoria moderna da informação reviveu algo como uma noção objetiva de informação, mas em uma nova estrutura ligada a sistemas de transmissão de mensagens, e não à filosofia clássica, o que explica por que o termo hoje se estende por domínios tão distintos quanto sinais em redes, texto em arquivos, habilidade em trabalho humano (dar forma), código em software e conhecimento incorporado a ferramentas e organizações (Capurro, 2009; Fouquet, 2024). Conceitualmente, portanto, a literatura permite apresentar que a história da informação é a história de uma ideia em transformação, primeiro sobre forma e conhecer, depois sobre dizer e transmitir, e finalmente sobre comunicação,

armazenamento e organização mensuráveis em sistemas técnicos e sociais (Capurro, 2009; Sylvia IV, 2021), onde a conexão com a CI fica mais explícita.

Sugerira história da informação em grandes estágios de longa duração conforme os modos de armazenamento e compartilhamento, nos faz retroceder longamente no tempo: da cultura oral, que cobriu todo o período não escrito da história humana, quando a informação vivia principalmente na fala, na memória, na performance e no ritual; à cultura manuscrita, que tornou possível preservar informação fora da mente em signos duráveis, do surgimento da escrita até a invenção da imprensa (Alikberov, 2018), estágio também evidente em relatos que enfatizam a longa história da preservação da informação por meio da leitura e da escrita, primeiro em forma de manuscrito (Hasanah, Suharto, 2023); à cultura impressa, que ampliou enormemente a velocidade, o volume e a estabilidade da cópia, com Alikberov (2018) dividindo a cultura escrita em período manuscrito e período impresso, este último estendendo-se da prensa até o computador (Alikberov, 2018), enquanto Gilchrist (2018) trata a prensa de Gutenberg, em meados do século XV, como uma das grandes revoluções da comunicação humana; e à cultura eletrônica ou digital, iniciada na segunda metade do século XX, marcada por mudanças profundas nas tecnologias de computação e comunicação (Alikberov, 2018), que Gilchrist (2018) situa por volta de 1945, com o *Electronic Numerical Integrator and Computer (ENIAC)*[20], descrevendo a era do computador como uma nova revolução comunicacional possível à humanidade.

Uma síntese alternativa, também de Gilchrist (2018), nomeia quatro grandes revoluções na comunicação, sendo a linguagem falada, a escrita, a impressão e o computador, destacando o ritmo desigual entre elas, em que se tem cerca de quatro mil anos entre a escrita e a impressão, e cerca de quinhentos anos entre a

[20] Foi o primeiro computador eletrônico digital de grande escala e de uso geral do mundo.

impressão e o computador. O padrão que atravessa os estágios é a mudança na forma de preservação e disseminação da informação, que passa da memória e da fala ao manuscrito, deste à impressão e, então, à mídia digital (Hasanah, Suharto, 2023). Ainda que a cronologia funcione como recurso à argumentação, é importante notar que esse mapa de longa duração não implica substituição plena de um estágio pelo anterior, dado que comunicação oral, escrita manual, impressão e sistemas digitais continuam a coexistir (Alikberov, 2018; Gilchrist, 2018).

A literatura da História da Informação sustenta que, antes da computação moderna, a história da informação é mais bem compreendida por meio de práticas. Estados antigos já enfrentavam problemas de escala reconhecíveis hoje, dentre os quais, por exemplo, como contar pessoas, rastrear bens, armazenar registros e coordenar ações a distância. É o caso, por exemplo, dos impérios mesopotâmicos, nos quais regras padronizadas, escrita e contabilidade em tábuas de argila ajudavam a administrar circulação e população, e Roma, onde métodos ampliados de escrita e manejo de registros sustentaram a governança de um vasto território (Kaplan, Di Lenardo, 2017), de modo que arquivos, contas e rotinas burocráticas constituíram tecnologias informacionais tão relevantes quanto os próprios sistemas de escrita e já aparecem muito cedo na história humana.

A informação também circulava por redes físicas, posto que para compreender os mundos informacionais do passado, os historiadores enfatizam a necessidade de estudar estradas, vias fluviais, rotas costeiras e oceânicas, além de sistemas postais, bancários, de crédito e, mais tarde, telegráficos, responsáveis por transportar relatórios, preços, ordens, cartas e notícias de um lugar a outro (Eliot, 2010), constatação que pesquisas sobre ecossistemas midiáticos do século XIX confirmam ao demonstrar que a informação se espalhava por estruturas interligadas, como as ferrovias, linhas telegráficas, centros urbanos, e por redes de imprensa transnacionais e multilíngues (During *et al.*, 2023; Salmi *et al.*, 2020; Keck, Oiva, Fyfe, 2022; Paasikivi *et al.*, 2022).

No nível da prática cotidiana, desenvolveram-se formas de selecionar, condensar, armazenar e recuperar informação, das quais a tomada de notas é exemplo. Suas funções básicas podem ser entendidas como selecionar, resumir, armazenar e organizar material da leitura, da escuta, da observação e do pensamento. As notas aparecem em muitos contextos letrados, mas os eruditos do Renascimento e do início da modernidade as levaram muito mais longe, segundo Blair (2010), dado que o papel e a abundância de livros tornaram possíveis grandes coleções de notas rearranjáveis cujos métodos ajudaram a moldar ideais posteriores de organização e recuperabilidade da informação.

Nesta mesma linha, e de modo mais amplo, a história da busca e da indexação remonta à difusão da impressão e a práticas anteriores de localização, ao passo que sistemas de classificação foram longamente moldados por esquemas filosóficos e por garantia literária (Hawkley, 2009; Bromberg, 2018). Diferentes tipos de instituições também transformaram objetos e registros em informação ordenada, o que amplia a noção de documento em áreas como, especialmente, a Museologia. No caso da Museologia, por exemplo, coleções de museus podem ser estudadas como parte da história da informação porque dependem de ideias de arquivo e de índice (Kaniari, Giannakopoulos, 2013), bem como são entendidas como objetos comunicativos e informativos.

As enciclopédias, por seu turno, podem servir de indícios aos historiadores da informação sobre como eruditos lidaram com a sobrecarga informacional dos séculos XVII e XVIII, sendo também elementos indiciários de formas de arranjo, resumo e divisão do trabalho na produção do conhecimento (Pethers, 2024). No início do período moderno, a expansão das burocracias estatais e eclesiásticas, somada a um mercado crescente de impressos, ampliou os meios pelos quais ideias, instruções e notícias eram comunicadas e recebidas (Leoni, 2022; Burke, 2016), o que levou a historiografia recente do livro, por exemplo, a se ampliar em direção a uma história mais ampla da informação, da comunicação e da mídia, ligando as mudanças às transformações

maiores na vida pública e privada, na identidade nacional e nas conexões globais (Magaña, 2021).

Nos séculos XIX e XX, as práticas tornaram-se ainda mais formalizadas, quando se vê que jornais formaram grandes redes de reimpressão nas quais editores copiavam, encurtavam e recirculavam material, permitindo rastrear a circulação da informação pela imprensa de modo comparável ao rastreamento do compartilhamento digital hoje segundo Odlyzko (2015). Até mesmo ferramentas de escritório se relacionam com a própria concepção de informação (Burke, 2016), basta lembrar da pasta de manila com abas e o arquivo vertical, que ajudaram a definir uma visão moderna de informação como algo impessoal, discreto e de fácil extração (Robertson, 2019).

Também, os documentalistas do período entreguerras e organizações internacionais vincularam o trabalho informacional a projetos de classificação, preservação e ordem global, ainda que frequentemente de modo hierárquico e desigual (Eijking, 2024); e estudos sobre competências no manejo informacional pré-digital mostram que eruditos medievais e outros atores históricos já aprendiam, ensinavam e compartilhavam habilidades práticas de manejo da informação (Whitworth, 2024; Blair, 2010).

No que concerne aos períodos mais recentes da História, o que os problemas que a literatura da História da Informação têm se debruçado correspondem às acelerações ligadas à velocidade, ao volume e ao alcance do manejo informacional. No final do século XIX, uma mudança veio da combinação de dispositivos de comunicação, máquinas e equipamentos, sistemas estatísticos e ferramentas de classificação, descritos por McCoy como uma "primeira revolução informacional" americana nas décadas de 1870 e 1880, quando o telégrafo, a máquina de escrever e o telefone tornaram possível transmitir e registrar dados textuais em quantidades e velocidades muito maiores, ao mesmo tempo em que sistemas de catalogação, como a Classificação Decimal de

Dewey[21] e os métodos de Charles Cutter (1837–1903)[22], ajudaram a codificar e recuperar corpos crescentes de informação de modo mais confiável, expandindo a capacidade de organizações e Estados de monitorar populações, administrar registros e coordenar ações a distância (McCoy, 2015).

O mesmo período assistiu à ascensão do processamento mecânico de dados, por meio dos cartões perfurados, por exemplo, que usados pela primeira vez no censo americano de 1890, espalharam-se para os negócios e o governo, pois tornaram mais prático o registro e o cálculo em larga escala, tendo Ceruzzi (2009) demonstrado que os cartões foram usados por seguradoras, concessionárias, empresas e governos para manter registros cada vez em maior detalhe sobre clientes, funcionários e cidadãos. Já no final do século XX, a computação e o armazenamento digital criaram uma nova ruptura no relacionamento humano com a informação.

Wang (2007) argumenta que a Tecnologia da Informação elevou a aquisição, o armazenamento e o manejo da informação a um nível sem precedentes, remodelando vida social e a atividade humana, sinal confirmado pela própria história dos meios de armazenamento, escopo no que se tem a fita magnética nas décadas de 1960 e 1970, disquetes nas décadas de 1980 e 1990, CD-ROMs na década de 1990, DVDs na década de 2000, e então dispositivos USB, armazenamento em nuvem, etc. (Kaluzhynska *et al.*, 2024), sendo também processos que acabaram por alterar as expectativas de acesso à informação, deslocando-as de mídias físicas locais para formas portáteis, em rede e frequentemente remotas (Kaluzhynska *et al*., 2024).

[21] Sistema numérico usado em bibliotecas para organizar livros e documentos por assunto. Criado por Melvil Dewey (1851–1931) em 1876, divide todo o conhecimento humano em dez grandes classes principais.

[22] Criou um sistema de códigos alfanuméricos para autores (tabelas de Cutter-Sanborn) usado para ordenação de livros nas estantes.

4.1.1 A Ciência da Informação na História da Informação

Existe um conjunto de estudos relacionados à literatura da Ciência da Informação que aborda a História da Ciência da Informação enquanto campo científico, notando que esta formou-se tardiamente, a partir de esforços práticos de manejo de corpos crescentes de documentos, catálogos e registros na sociedade moderna, situando-se em sequência mais longa que inclui a História da Biblioteconomia e a História da Documentação, e relacionando sua ascensão a mudanças sociais e tecnológicas mais amplas do final do século XIX ao longo do século XX (Azevedo, 2009; Siqueira, 2010). A Ciência da Informação, percebe-se, não aborda a história da informação em função paralela ao que é feito na História, com a História da Informação. Esta é uma distinção necessária.

No contexto da Documentação, Paul Otlet e Henri La Fontaine, atuando no início do século XX, tentaram tornar todo o registro do conhecimento humano mais acessível, expandindo a ideia de "documento" para além dos textos impressos e ajudando a definir um domínio mais amplo para o trabalho informacional posterior (Araújo, 2020; Ortega, 2009). A identidade do campo tornou-se mais clara ao longo do século XX, em que uma reconstrução divide seu desenvolvimento em períodos em torno da década de 1890, do início do século XX, dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial e dos posteriores "anos dourados", enquanto outra descreve seu início em 1948 e seu desenvolvimento posterior em torno do esforço de ligar informação e conhecimento, sugerindo, em conjunto, que a Ciência da Informação foi moldada por vários começos sobrepostos, e não por um único momento fundador (Alvares, Araujo-Junior, 2010; Barreto, 2002).

Muitos cientistas da informação tratam o período pós-guerra como o principal ponto do desenvolvimento histórico, no qual a Conferência Internacional de Informação Científica de 1958 é compreendida como marco da transição da documentação para a

ciência da informação, ano em que também foi fundado o *Institute of Information Scientists* no Reino Unido e, no fim dos anos 1960, o já referido *American Documentation Institute* tornou-se a *American Society for Information Science*. O momento histórico é o período em que o campo também adotou ferramentas teóricas da Teoria da Comunicação de Shannon e Weaver, da Cibernética de Wiener e do pensamento sistêmico de Vannevar Bush (1890–1974), ajudando a definir os "sistemas de informação" como objeto central de sua pesquisa (Araújo, 2020).

Essa pode ser uma explicação razoável para o fato de a Ciência da Informação ser frequentemente entendida como tendo fronteiras incertas, situando-se ora entre sistemas técnicos e uso humano, ora entre classificação e comunicação, também entre práticas documentárias mais antigas e práticas computacionais mais novas, dado que, segundo Ortega (2009), revisitar a Documentação ajuda a contestar a alegação comum de que a Ciência da Informação carece de centro estável simplesmente por ser técnica ou por atravessar muitas fronteiras, na medida em que seu caráter misto é histórico.

Pode-se visar que a Biblioteconomia focou em coleções, leitores e instituições; a Documentação enfatizou o controle e a circulação de registros; a Ciência da Informação estendeu o quadro em direção à recuperação, aos sistemas e aos usos da informação na ciência e na sociedade, áreas todas moldadas pelas mesmas grandes formações socioculturais e revoluções tecnológicas, razão pela qual suas histórias são mais bem lidas em conjunto do que como especialidades sem conexão entre si (Siqueira, 2010).

À medida que as tecnologias digitais se espalharam, disciplinas vizinhas também mudaram a forma de contar suas próprias histórias. Na História da Computação, por exemplo, os estudiosos primeiro se concentraram em máquinas e software, depois na "Era da Informação" mais ampla, e depois nas instituições que moldaram a computação, como militares, agências científicas e empresas como a IBM, se distanciando de

histórias técnicas entendidas como estreitas em direção a histórias de sistemas de informação, organizações e uso social (Toland *et al.*, 2013).

Por fim, conforme a leitura parece predominante nos estudos de História da Informação, quer sejam eles oriundos da História (e suas diferentes vertentes), quer sejam da própria CI, a História da Ciência da Informação é melhor vista como a história de uma família de disciplinas que cresceu a partir do registro documental, da bibliografia e das bibliotecas, expandindo-se sob as pressões da documentação em massa, da ciência, da burocracia e da computação, tornando-se mais autoconsciente após a Segunda Guerra Mundial, mas mantendo raízes mais antigas na Documentação e na Biblioteconomia como centrais para a compreensão da informação como objeto de estudo hoje (Azevedo, 2009; Araújo, 2020; Barreto, 2002).

4.1.2 A historiografia e os métodos atuais da História da Informação

Um dos eixos metodológicos fundantes que os organizadores do *Handbook* são explícitos, diz respeito à necessidade de resguardar a historicidade da informação frente às tentações do presentismo e do anacronismo. Argumentam os autores Weller, Black, Mak e Skouvig (2026) que toda investigação sobre práticas informacionais pretéritas deve compreender a informação nos termos em que era significada pelas sociedades que a produziram, e não pelas categorias com que a contemporaneidade a reconstrói retrospectivamente.

Nesse sentido, advertem contra analogias enganosas como a que classifica o telégrafo elétrico oitocentista como "*Internet* vitoriana", comparação que obscurece o fato de que aquele dispositivo constituía um serviço de elite, restrito a poucos, enquanto a *Web* configura tecnologia de escala massiva. Também, em sendo a História da Informação um subcampo conectado à História propriamente dita, seu método não pode prescindir do

mesmo tratamento sistemático das fontes que qualquer vertente historiográfica séria demanda, o que implica situar o objeto informacional em contextos diversos, de gênero, classe, escravidão, colonialismo, controle, relações de poder, atentando sempre para a maneira como o *milieu* distorce ou constrói os significados em jogo.

Decorre dessa base epistemológica uma distinção operativa que os autores fazem entre modos "conscientes" (*witting*) e "inconscientes" (*unwitting*) de se escrever a história da informação. Observam eles que a maior parcela dessa historiografia é produzida de forma inconsciente, por historiadores gerais que não se reconhecem primariamente como historiadores da informação, como ocorre, por exemplo, nos estudos sobre a burocracia de Filipe II da Espanha (1527–1598), em que práticas informacionais aparecem como pano de fundo e não como objeto declarado.

Cabe, assim, ao historiador da informação consciente de seu campo, realizar uma leitura forense das narrativas convencionais, exercitando a capacidade de ler "entre as linhas" e "contra a corrente" documental para dali extrair evidências sobre práticas de organização, transmissão e manejo de dados que os próprios textos-fonte não tematizam explicitamente. O postulado da vigilância argumentativa deve considerar uma preferência terminológica deliberada que os autores recomendam, por meio da qual optam pelo termo "práticas de informação" em detrimento de "processos de informação", uma vez que este último carrega conotações estritamente tecnológicas e lineares (no que se pode dizer que relacionados à CI em seus aspectos fundantes), ao passo que aquela primeira expressão ressalta a agência humana subjacente aos atos de criar, organizar, falsificar e comunicar dados (Weller, Black, Mak e Skouvig, 2026) que, quando apreendidos por outros agentes, se tornam informação.

Cabe assinalar, ainda, que este texto emprega, como instrumento analítico, o vocabulário processual de Borko (1968), ainda que subscreva a crítica que os organizadores do *Handbook* dirigem ao termo "processos", por suas conotações tecnológicas e

lineares, em favor de "práticas", que evidenciaria melhor a ação humana (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026). Entende-se que a crítica dissolve-se quando se distinguem dois níveis de uso, um em que o vocabulário borkoniano funciona, aqui, como grade de segunda ordem, um instrumento *etic*, externo à consciência dos agentes históricos, que permite nomear e comparar operações informacionais através de contextos distintos, ao passo que a preferência por "práticas", na literatura anglófona, tende a funcionar no nível da própria narrativa histórica, como categoria *emic* destinada a descrever, sem tecnicismo anacrônico, o que os agentes efetivamente faziam. Este texto mantém, assim, os "processos" de Borko situados em 1968 como ferramenta para o Quadro 2, e reconhece que a narrativa histórica de cada prática informacional específica, tal como o *Handbook* a constrói capítulo a capítulo, deve ser lida sob o vocabulário da agência, e não do processamento técnico, estando, portanto, em planos distintos e complementares.

A ênfase na agência humana, todavia, convive com uma preocupação de ordem quase oposta, que decorre da necessidade de conter a expansão do campo a ponto de este se tornar uma "história de tudo". Alertam os organizadores do *Handbook* para o risco de que a busca por significados informacionais em qualquer manifestação humana (gestos, cheiros, fetiches, formas arquitetônicas, por exemplo) dissolva as fronteiras disciplinares e comprometa a legitimidade do campo enquanto área de conhecimento coerente. Por isso, defendem que a História da Informação deve manter-se ancorada primordialmente nas práticas de informação e na agência humana que as constitui, evitando a extração indiscriminada de sentido informacional a partir de qualquer forma social ou tecnológica cotidiana.

Ao mesmo tempo, contudo, reconhecem a fecundidade de um diálogo com a "Nova História"[23] e, particularmente, com a

[23] Segundo Matos (2010), "História Nova" ou "Nova História" é uma concepção desenvolvida a partir de 1978 por membros do grupo dos *Annales*, entre eles Guy Bourdé (1942–1982) e Hervé Martin (1940–), para designar uma proposta

abordagem da história vista de baixo (*history from below*[24]), que, por reconhecer que todas as camadas sociais praticam ou interagem com a informação, a exemplo das redes informais de fofoca no cotidiano, permite resgatar trajetórias de grupos historicamente marginalizados ou silenciados, operando no registro da micro-história e no exame texturizado do cotidiano de sujeitos comuns (Weller, Black, Mak e Skouvig, 2026).

Weller, Black, Mak e Skouvig, (2026) por fim, assentam duas premissas teóricas que sustentam o edifício conceitual do campo, a saber: primeiramente, a de que a informação se origina do processo de comunicação e transmissão de um conhecimento (um algo que um alguém conhece) que, residindo originalmente na mente, assume forma informacional ao ser externalizado; em segundo lugar, a de que tal transmissão pressupõe formas físicas de representação externa (das tabuletas de argila aos dados digitais) e as práticas materiais que lhes são correlatas. É a partir dessas premissas que se propõe, ainda, uma distinção teórica entre a "História da Informação" (*Information History*), voltada ao

historiográfica vinculada à renovação dos modos de pensar e produzir o conhecimento histórico. Suas bases teóricas remontam à própria fundação da revista Annales, cujo projeto buscava promover uma "nova espécie de História", ampliando os objetos, problemas e métodos da pesquisa histórica. Nesse sentido, os historiadores associados à Nova História são compreendidos como herdeiros da tradição intelectual desenvolvida pela Escola dos Annales. Em oposição a uma historiografia centrada predominantemente nos acontecimentos políticos e nos grandes personagens, a Nova História passou a privilegiar diferentes dimensões da experiência humana, colocando o homem e as sociedades no centro da análise histórica, em uma ampliação dos objetos de estudo esteve acompanhada pela incorporação de conceitos, métodos e problemas provenientes de outras áreas do conhecimento, tendo contribuído para uma concepção mais abrangente da História e para a diversificação das formas de compreender as sociedades ao longo do tempo.

[24] Pirola (2020) explica que "História vista de baixo" é uma concepção originalmente atribuída ao historiador Georges Lefebvre (1874–1959), embora tenha adquirido maior notoriedade como proposta historiográfica a partir do artigo "*History from Below*", publicado por Edward Palmer Thompson (1924–1993) em 1966. A perspectiva desloca o foco da narrativa histórica tradicional, frequentemente centrada nas elites, nas instituições e nos grandes acontecimentos, para as experiências, práticas e formas de ação de grupos e sujeitos que ocupavam posições menos privilegiadas na sociedade.

estudo das atividades práticas de manejo do conhecimento comunicado ao longo do tempo, e a "História do Conceito de Informação" (*History of Information*), dedicada à investigação puramente conceitual das mutações linguísticas e das sucessivas definições atribuídas ao termo "informação" (como Rafael Capurro faz em sua tese de doutorado, em 1978).

No que se refere à literatura mais ampla analisada nesta pesquisa, as evidências parecem apontar para o fato de que a historiografia atual trata a História da Informação como campo misto, ora sobrepondo-se à história das bibliotecas, à história da mídia, e à história da comunicação, dado que todas essas áreas estudam como a informação se move, é controlada e é recebida, razão pela qual os historiadores frequentemente resistem a traçar linhas nítidas ao redor dela como disciplina plenamente separada, notando Hegyi (2016) que esta parece se concentrar em como a informação afetou eventos históricos e em como reconstruir mudanças no conhecimento coletivo, permanecendo entrelaçada a outras especialidades históricas como administração e redes de comunicação.

Boonstra, Breure e Doorn (2006) afirmam que diferentes estágios da informação histórica criam diferentes tipos de problemas, sendo útil organizar a pesquisa pelo "ciclo de vida" da informação, perguntando como ela foi criada, registrada, transmitida, armazenada, recuperada, reutilizada ou perdida em cada estágio ou em face de cada problema de pesquisa formulado, de forma a direcionar a atenção de invenções isoladas para a cadeia de manejo da informação ao longo do tempo (Boonstra, Breure, Doorn, 2006).

Trabalhos recentes também questionam a ideia de que os dados sejam simplesmente "dados". Göderle, Rehbein e Gerstmeier (2026) apontam para trabalhos em História da Ciência que mostram que mesmo o *"big data"* moderno depende de perguntas, escolhas e estruturas prévias, conectando tal leitura à erudição histórica sobre a própria informação, em que se destaca o trabalho de longa duração de Manfred Thaller (1950–) sobre

"*Historical Information Science*" (1993), que teorizou explicitamente as estruturas informacionais dentro das fontes históricas e ajudou a construir uma tradição metodológica mais autoconsciente para historiadores que trabalham com informação.

Nesse bojo, as perguntas colocadas enquanto problema historiográfico relativo à informação devem, preferencialmente, ser algo da seguinte ordem, segundo os autores: o que contava como informação em determinada sociedade ou grupo, como ela era estruturada e circulava, e que efeitos teve sobre conhecimento e ação. Tem-se aí uma combinação de diferentes vertentes de historiografia e de profissionais, dentre os quais os historiadores da história conceitual, da crítica de fontes, história da mídia, história institucional e, crescentemente, métodos digitais (Hegyi, 2016; Boonstra, Breure, Doorn, 2006; Göderle, Rehbein e Gerstmeier, 2026).

4.2 A historicidade da informação como problema da Ciência da Informação

Nem Borko, em 1968, nem Capurro, em 2003, tematizam explicitamente a investigação histórica da informação como problema de pesquisa da Ciência da Informação. Borko elenca a origem, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação, a transmissão, a transformação e a utilização da informação como processos constitutivos do objeto da disciplina (Borko, 1968, p. 3), mas não indica, entre as nove categorias de projetos de pesquisa que cataloga a partir do relatório da *National Science Foundation* de 1966, necessidades de informação, cópia de informação, tradução de informação, análise de informação, avaliação da informação,etc., bem como nenhuma categoria voltada à investigação histórica desses próprios processos (Borko, 1968, p. 4). Capurro, por sua vez, embora reconstrua com precisão a sucessão e a coexistência dos paradigmas físico, cognitivo e social ao longo do século XX, fá-lo como historiador da

epistemologia da disciplina. Pode-se argumentar que a categoria/elemento de análise "história da informação" como objeto esteja implícito em ambas as postulações, mas convém explicitá-la, para além da investigação histórica de seus objetos empíricos (bibliotecas, arquivos, museus, sistemas de comunicação e informação), já que reconhecidamente a Ciência da Informação tem como objeto mais do que as instituições que se relacionam com a informação.

Se a Ciência da Informação se define, desde sua fundação, por processos, sendo estes espaço-temporais, ou seja, algo é criado, coletado, organizado, armazenado, recuperado, transformado, usado; e se sua própria epistemologia se compreende, segundo Capurro, como sucessão paradigmática não linear e sujeita a permanências e retornos (Capurro, 2003, p. 2); então a ausência de uma agenda explícita de investigação histórica dos objetos empíricos da disciplina poderia se constituir em uma lacuna interna à própria autodefinição do campo. É essa lacuna que o *corpus* documental internacional reunido na seção anterior e a literatura de Toni Weller, James Cortada, Alistair Black, James Gleick e demais autores procuram preencher, ainda que operando, em grande medida, a partir da disciplina História, e não da Ciência da Informação.

O que significa, então, investigar historicamente a informação a partir da própria Ciência da Informação, para além do que a História tem feito? A resposta que este texto defende é que significa investigar a historicidade dos próprios processos que Borko (1968) elenca como constitutivos do objeto da disciplina, estendendo a noção para além de quando e como a informação foi produzida, armazenada ou recuperada em um período determinado, para como as próprias categorias mediante as quais reconhecemos algo como "informação", como "recuperação" ou como "uso" se transformaram ao longo do tempo, e como essa transformação se relaciona com as mudanças paradigmáticas que Capurro (2003) identifica na epistemologia da disciplina.

Aí está a diferença qualitativa em relação a uma história da informação realizada exclusivamente pela disciplina da História (em geral), posto que, enquanto esta tende a tratar a informação como fonte para reconstituir outros objetos, uma História da Informação construída também a partir dos problemas epistemológicos da Ciência da Informação, que entende a informação como conformante ou condicionante das relações entre pessoas e pessoas, pessoas e objetos, pessoas e instituições, pessoas e processos, por fim, pessoas e sua realidade social, cultural e histórica, toma a própria historicidade das categorias informacionais e tudo o que dela decorre como objeto de investigação.

4.3 Borko revisitado a partir da historicidade implícita na definição fundacional da CI

A definição Harold Borko para a Ciência da Informação, tomada aqui como exemplo, visto que é apresentada em larga medida como apresentação do campo como um todo, comportaria, parece correto dizer, uma dimensão adicional: investigação da história da informação. Esta seção examina essa provocação, distinguindo com cuidado o que é dado documental, a definição de Borko, tal como ele a formulou, do que é proposição desenvolvida neste texto, construída a partir da leitura de Borko (1968) à luz de Capurro (2003) e do *corpus* historiográfico reunido.

É preciso registrar que Borko não afirma, em nenhum momento de seu texto, que a Ciência da Informação deva investigar a história da informação; essa é uma leitura possível, mas não uma tese do autor. O que Borko afirma é que a Ciência da Informação investiga "as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação" (Borko, 1968, p. 3), uma formulação suficientemente ampla para admitir, sem contradição, uma leitura diacrônica desses fluxos e

comportamentos, mas que não a exige nem a menciona. A justificativa que Borko (1968) oferece para a necessidade da disciplina, principalmente o descompasso entre o crescimento do conhecimento científico e a capacidade das instituições tradicionais de processá-lo é, ela mesma, um argumento sobre a mudança de algo ao longo do tempo, e nesse sentido pressupõe uma sensibilidade histórica sem tematizá-la como objeto de pesquisa.

A proposição que este texto formula, a partir dessa leitura, é a de que a investigação da historicidade dos processos informacionais constitui uma extensão legítima da definição borkoniana de Ciência da Informação, na medida em que amplia, sem contradizê-la, a pergunta original sobre "as propriedades e o comportamento da informação" para incluir a pergunta sobre como essas propriedades e esse comportamento se constituíram e se transformaram historicamente. Para isso, encontra-se apoio indireto na literatura reunida sobre a história da própria Ciência da Informação: Carlos Alberto Ávila Araújo divide a disciplina em três grandes períodos, um fundacional, na década de 1960; também o de ampliação das problemáticas, entre as décadas de 1970 e 1990; e, por fim, o período de perspectivas contemporâneas, nos últimos vinte anos, associando o nascimento da área a cinco fenômenos que incluem o surgimento da Bibliografia e da Documentação e sua relação com a Biblioteconomia e o incremento tecnológico (Araújo, 2017).

Em texto posterior, o mesmo autor detalha a periodização conectando a evolução histórica conjunta da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Museologia e da Ciência da Informação a partir do Renascimento, descrevendo dimensões históricas específicas da constituição da Ciência da Informação, dentre as quais a passagem da Bibliografia à Documentação de Otlet e La Fontaine, a separação institucional da Biblioteconomia especializada, a atuação dos primeiros cientistas da informação no pós-guerra, o incremento tecnológico do *Memex* de Vannevar Bush

e da Recuperação da Informação de Calvin Mooers (1919–1994), e a adoção do paradigma físico shannoniano (Araújo, 2014).

Gustavo Henrique Freire converge com o diagnóstico quando entende as bases da disciplina como sendo no processo histórico em que a atividade científica foi apoiada pela invenção da imprensa, remontando às raízes do campo desde a utopia planetária de Otlet e La Fontaine até sua institucionalização com as primeiras associações científicas (Freire, 2006). Também Jéssica Câmara Siqueira estabelece que a história da Ciência da Informação está intrinsecamente ligada às formações socioculturais e às revoluções tecnológicas ao longo da história, tomando como base a engenharia de comunicação, as teorias cibernéticas, os sistemas de transmissão de sinais, a biblioteconomia especializada e a documentação (Siqueira, 2010)

.

4.4 Os paradigmas capurrianos e a dimensão histórica em aproximação às vertentes historiográficas

O núcleo argumentativo deste texto também é integrado pela proposta de utilizar os três paradigmas epistemológicos de Rafael Capurro para descrever a evolução interna da Ciência da Informação, empregando-os, para além disso, como instrumento para mapear as ênfases e as tensões entre as diferentes vertentes historiográficas oriundas do campo da História que, de modo disperso, já investigam dimensões informacionais de seus respectivos objetos. Ninguém, até onde indica o *corpus* reunido, aplicou os paradigmas capurrianos como matriz classificatória do campo historiográfico da informação em sua dimensão total, como aqui se faz. A classificação que se testa aqui, contudo, não é mecânica, ou seja, não tenta "encaixar" cada subcampo historiográfico em uma única "caixa" paradigmática, dado que muitas dessas historiografias atravessam os três paradigmas simultaneamente; trata-se de identificar em torno de qual polo

cada vertente gravita preferencialmente, ainda que não exclusivamente.

Cabe explicitar, antes de prosseguir, por que se opta pelos paradigmas capurrianos, e não pela arquitetura classificatória que o próprio *Routledge Handbook of Information History* já oferece para organizar seus capítulos, a saber, os registros de *Visualising, Describing, Expressing; Managing, Ordering, Classifying; e Circulating, Networking, Controlling* (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026). Ambos os esquemas são, em princípio, aptos a cumprir a função classificatória aqui perseguida, e a seção 2.3 deste documento já explicita, aliás, três disjunções estruturais entre eles. A escolha pelos paradigmas capurrianos resulta do objetivo geral deste texto, que não é organizar a historiografia da informação em termos que lhe sejam internos, tarefa já cumprida com proficiência pelos organizadores do *Handbook*, mas aproximar epistemologicamente esse campo à Ciência da Informação. Os paradigmas capurrianos são, eles mesmos, a autocompreensão epistemológica que a Ciência da Informação já construiu sobre si própria ao longo de sua história (Capurro, 2003), o que os torna instrumento endógeno, e não exógeno, à disciplina que esta argumentação em tela busca aproximar da História.

Adotar a tríade do *Handbook* produziria uma classificação inteligível para a historiografia, mas cega ao vocabulário com que a própria Ciência da Informação já lê sua trajetória interna; adotar os paradigmas capurrianos, ao contrário, é o que permite que a mesma ótica de leitura utilizada para narrar a evolução paradigmática da disciplina sirva também para organizar o modo como ela se relaciona com historiografias que lhe são externas, produzindo uma ponte terminológica entre os esquemas.

Impõe-se, portanto, retomar cada uma dessas vertentes da História e argumentar por que sua ancoragem em um dos três pólos capurrianos é decorrência de afinidade estrutural entre o objeto que cada historiografia setorial constrói e a dimensão do fenômeno informacional que Capurro (2003) identificou como predominante em cada um dos paradigmas epistemológicos da

Ciência da Informação, se o físico, herdeiro da teoria matemática da comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver e da noção de "informação-como-coisa" formulada por Michael Buckland; o cognitivo, representado por Bertram Brookes, Nicholas Belkin, Pertti Vakkari e Peter Ingwersen, para quem a informação se define como conteúdo apropriado por sujeitos cognoscentes; e o social, cuja origem remonta à epistemologia social de Jesse Shera (1903–1982) e que hoje se articula nas formulações de Bernd Frohmann, Birger Hjørland, Rafael Capurro e Søren Brier em torno da informação como fenômeno intersubjetivo e relacional.

Importa, também, reconhecer explicitamente a operação teórica que a aplicação proposta realiza sobre o próprio conceito de paradigma em Capurro (2003). Em sua formulação original, os três paradigmas descrevem uma sucessão histórica não linear na epistemologia interna da Ciência da Informação, o físico predominando entre 1945 e 1960, o cognitivo nas décadas seguintes, o social na contemporaneidade, sucessão que comporta permanências e retornos, mas que continua a ser, fundamentalmente, uma categoria periodizadora, isto é, referida a um eixo temporal. Aqui, quando emprega-se essa mesma categoria como grade classificatória, capaz de alocar, de uma só vez e sem referência a período específico, vertentes historiográficas inteiras a um polo predominante, este texto desloca "paradigma" de seu sentido originalmente tendido à periodização para um sentido tipológico-estrutural, que pode ser compreendido em termos das perguntas que se propõe a responder.

Tem-se, assim, que não se pergunta mais "quando" certo paradigma prevaleceu, mas "que tipo" de relação com a informação organiza estruturalmente certo domínio de investigação, independentemente da época em que cada estudo particular dentro dele se situe. Este processo talvez seja o que sustenta a contribuição mais original deste texto, mas não é gratuito nem isento de risco, uma vez que a mesma advertência que Capurro (2003, p. 2) dirige contra a linearização temporal dos

paradigmas vale, *mutatis mutandis,* contra sua linearização tipológica, isto é, contra o risco de reduzir uma vertente historiográfica inteira, internamente heterogênea, a um único polo predominante.

Assume-se esse risco de modo deliberado, exatamente pela razão que o próprio texto já enuncia, quando diz que trata-se de identificar o polo em torno do qual cada vertente gravita preferencialmente, não de esgotá-la nele, distinção que deve ser mantida presente por qualquer leitura do Quadro 3 que dela se sirva.

Reconhece-se, de saída, a complexidade explícita que cada uma das áreas convocadas nesta aproximação entre os paradigmas capurrianos e as vertentes historiográficas comporta, complexidade que decorre tanto da heterogeneidade interna de cada campo quanto das múltiplas filiações teóricas que atravessam suas fronteiras conceituais. Seria possível, nesse sentido, apresentar um número maior de referências para cada uma das vertentes aqui tratadas, dada a extensão e a diversidade da produção bibliográfica acumulada em cada domínio do saber. Toda delimitação teórica implica, no entanto, um recorte necessário, de modo que o conjunto de referências mobilizado para cada vertente não almeja esgotar a literatura especializada disponível sobre o campo, tampouco substituir a amplitude do debate nele consolidado; pretende-se, antes, compor um apanhado representativo capaz de situar o leitor quanto ao que cada vertente historiográfica abrange, oferecendo densidade suficiente à aproximação proposta sem a pretensão de totalizá-la.

4.4.1 O paradigma físico: informação como objeto, artefato, materialidade

No polo do paradigma físico, no qual a informação é considerada objeto, artefato, materialidade, à maneira da noção de *information-as-thing* de Michael Buckland que Rafael Capurro

retoma, situam-se, no campo da História, as seguintes disciplinas que a ela se submetem: História do Livro, esta sendo tratada também pela Ciência da Informação; a História da Cultura Material; a História das Mídias, tratada também pela Comunicação; e a História da Informática, tratada no âmbito da Tecnologia.

A História do Livro é descrita, a partir de Robert Darnton, como circuito de comunicações que integra a produção, a distribuição e a leitura em uma "história total", desviando o foco do livro em si para as pessoas que o produziram, distribuíram e leram, ao enfrentar três questões centrais: como os livros surgem, como chegam aos leitores e o que os leitores fazem deles (Darnton, 2008). André Belo complementa a abrangência indicando que a história do livro engloba mais do que o estudo dos procedimentos técnicos de escrita e reprodução, incluindo a comunicação e todos os processos sociais, culturais e literários envolvidos pelos textos, tendo se desenvolvido nas últimas décadas em universidades europeias, norte-americanas e, mais recentemente, latino-americanas (Belo, 2013).

André Jun Nishizawa, autor que é oriundo da CI, descreve a história do livro como marcada pela evolução simultânea de aspectos técnicos, morfológicos e materiais relacionados ao objeto, cultura, mercado e hábitos de leitura, culminando no surgimento do e-book, e detalha como a transição do artesanato pré-Gutenberg para a produção digital reduziu custos e tempo de distribuição, e como a mudança morfológica do rolo para o códice, no formato de folhas sequenciais cobertas por capa, facilitou a preservação e a leitura não linear em formato que perdura até hoje (Nishizawa, 2014), afirmando textualmente que a Ciência da Informação, por precisar tratar do registro da informação bem como de sua recuperação, é uma das áreas adequadas para tratar da questão do livro, cabendo a bibliotecários catalogar, organizar e conservar os livros no espaço da biblioteca (Nishizawa, 2014, p. 14).

O historiador Frédéric Barbier, por fim, reconstitui com densidade material a trajetória histórica do livro e da cultura escrita do Ocidente desde a Antiguidade até a era digital, atravessando quatro grandes fases postas para a disciplina. Barbier começa situando o colecionismo dos séculos XVII e XVIII, a erudição biográfica sobre impressores do século XVIII, o foco na descrição técnica do livro material e, a partir de 1958, com Lucien Febvre (1878–1956) e Henri-Jean Martin (1924–2007), sua compreensão como meio de comunicação interligado às esferas econômica, cultural, política e social (Barbier, 2016). O autor percorre a origem da escrita em pictogramas e ideogramas, o alfabeto fenício adaptado pelos gregos, o livro em rolo da Antiguidade e a revolução do *codex* entre os séculos I e V, que introduziu a paginação e favoreceu a leitura silenciosa ; descreve o monacato carolíngio e a abertura urbana e universitária dos séculos XI a XV, com o sistema de *pecia* e a substituição do pergaminho pelo papel (Barbier, 2016).

Além disso, detalha a invenção de Gutenberg por volta de 1450, a disseminação europeia da tipografia e a atuação de editores humanistas como Alde Manuce (1449–1515) e Robert Estienne (1503–1559); reconstrói a livraria de Antigo Regime, marcada pela Reforma protestante, pelo absolutismo francês e pela transgressão iluminista simbolizada pela *Encyclopédie* de Denis Diderot (1713–1784) e Jean Le Rond d'Alembert (1717–1783). Barbier (2016) descreve a segunda revolução do livro, entre os séculos XVIII e XIX, com a consolidação do direito autoral, a industrialização da produção de papel e das prensas mecânicas e o surgimento do romance de folhetim; e conclui sua narrativa com a terceira revolução do livro, nos séculos XX e XXI, marcada pela desmaterialização digital, pela sociedade em rede, pelo livro eletrônico e pela concentração editorial em conglomerados transnacionais (Barbier, 2016).

A relação com o conceito de informação é, portanto, direta na História do Livro, pois o livro é esse artefato paradigmático de externalização e fixação da informação humana, e sua história é a

história das sucessivas soluções técnicas encontradas para resolver o problema, físico antes de cognitivo, de como armazenar signos de modo duradouro e recuperável.

A História da Cultura Material é definida pelo historiador Ulpiano Meneses como o segmento do meio físico socialmente apropriado pelo homem mediante intervenção, modelagem e atribuição de forma a elementos físicos segundo propósitos e normas culturais, considerando o estudo da cultura material fundamental para a compreensão de uma sociedade e equiparando a Arqueologia à História da Cultura Material, disciplina que se baseia preponderantemente em informações derivadas de restos materiais para estudar sistemas socioculturais (Meneses, 1983). Marcelo Rede envolve, nessa mesma vertente, duas questões para os historiadores. A primeira é o papel dos segmentos do universo físico culturalmente apropriado na trajetória dos agrupamentos humanos e segunda, a inserção da cultura material no processo historiográfico de produção do conhecimento, considerando as variações e as formas cambiantes de interação entre as sociedades e sua cultura material como o mais importante e característico para o historiador (Rede, 1996). O autor insiste que os objetos

> "perpassam contextos culturais diversos e sucessivos, sofrendo reinserções que alteram sua biografia e fazem deles uma rica fonte de informação sobre a dinâmica da sociedade" (Rede, 1996, p. 276).

Formulação que usa-se aqui como gancho, visto que parece a este autor de modo particularmente explícito, a dimensão informacional latente nessa historiografia aparentemente alheia à Ciência da Informação.

Tania Andrade Lima é outra autora que complementa o que se busca defender aqui ao apresentar a Cultura Material como a dimensão concreta das relações sociais, com história tão longa quanto o próprio gênero humano, explicando que a Arqueologia,

ao trabalhar com espaço, tempo e forma, tem na cultura material sua fonte primária para acessar o passado da humanidade, e mostrando que os estudos de Cultura Material se estabeleceram como campo mais amplo, emergente e transdisciplinar, que transcende a própria Arqueologia (Lima, 2011) e tem nos objetos que carregam sentido e informação nos coletivos em que foram produzidos, a sua base.

O argumento que legitima a alocação da História da Cultura Material na seara paradigmática física reside no modo como a historiografia da cultura material teoriza essa materialidade como portadora informacional autônoma, independente de qualquer registro textual que a acompanhe. Trata-se, portanto, do caso mais radical de informação-como-coisa entre as vertentes examinadas, uma vez que a Arqueologia, disciplina irmã desse campo, deriva sua evidência quase exclusivamente da materialidade dos vestígios (Lima, 2011).

A História das Mídias reivindica lugar no paradigma físico porque seu objeto de investigação é o sistema técnico de meios (impresso, rádio, televisão, telégrafo…) que torna materialmente possível a circulação de mensagens em determinado tempo e lugar (Barbosa, 2007). Nesse sentido, é sistematizada por Marialva Barbosa, que explica que a história da comunicação emerge quando a narrativa de eventos do passado, ela mesma uma forma de comunicação, foca nos sistemas de comunicação existentes em determinado tempo e lugar. A autora descreve a pesquisa sobre a relação entre meios de comunicação e história como distribuída em cinco grandes eixos de análise e contrastando as abordagens da Comunicação e da História em relação ao passado. Para a análise aqui empreendida, importam dois desses eixos, o primeiro, a busca fontes no passado para trazê-lo ao presente, o segundo, que usa os meios de comunicação (da informação) como ferramentas para compreender contextos passados mais amplos (Barbosa, 2007).

Ana Roberta Vieira de Alcântara reflete sobre as transformações da comunicação ao longo da história e sua relação

com contextos socioeconômicos, examinando o surgimento de grandes monopólios nas indústrias de informação e comunicação a partir do século XIX, utilizando o marco da invenção de Gutenberg como ponto inicial na História da Comunicação para o que viria a ser a comunicação de massa, consolidada entre os séculos XIX e XX (Alcântara, 2019). Asa Briggs e Peter Burke, em obra de fôlego, por fim, analisam a história social e cultural dos meios de comunicação no mundo ocidental moderno, rejeitando o determinismo tecnológico e argumentando que a mídia deve ser entendida como sistema interdependente e em constante mudança no qual mídias antigas e novas coexistem, interagem e competem entre si (Briggs; Burke, 2006).

Estes autores caracterizam a imprensa de Gutenberg como uma "Longa Revolução" que levou pelo menos três séculos para consolidar práticas de leitura, atuando como catalisador de mudanças sociais ao mesmo tempo em que desestabilizava verdades estabelecidas (Briggs; Burke, 2006); testam o conceito de Jürgen Habermas de esfera pública por meio do modelo do "aprendiz de feiticeiro", no qual elites políticas e religiosas utilizam a (*informação transmitida por meio da*[25]) mídia para inflamar o debate público e acabam perdendo o controle do fogo que ajudaram a acender (Briggs; Burke, 2006). Briggs e Burke (2006) descrevem a transição do vapor à eletricidade no século XIX e os debates sobre patentes, regulação estatal e concorrência comercial que dela resultaram; analisam a "tríade sagrada" da mídia (informação, educação e entretenimento) e a ascensão do jornalismo de massa como "quarto poder"; também descrevendo a convergência digital contemporânea, impulsionada pelo microprocessador, pelos satélites, pela TV a cabo e pela criação da internet, como fase marcada por uma "cultura de alegação e afirmação" em detrimento da verificação de (*informação que reporta*[26]*)* fatos (Briggs; Burke, 2006).

[25] Inferência minha.
[26] Inferência minha.

Os mesmos autores reconstroem ainda a evolução semântica do termo *informação*, o que é importante para este texto, com a evocação de "formar a mente", no latim original, passando pela "inteligência" dos séculos XVII e XVIII, pela distinção entre informação "útil" e "trivial" do século XIX, até os "fatos ou números" do Estado burocrático moderno (Briggs; Burke, 2006). Na argumentação presente na obra também desconstroem a ideia de que a sobrecarga informacional (geradora daquilo que hoje é chamada de ansiedade informacional) seja exclusividade da *internet*, explicitando que a Europa pós-Gutenberg já enfrentava excesso de impressos e preocupações modernas com recuperação, seleção e catalogação já no século XVI (Briggs; Burke, 2006). Ainda, analisam a tradução contemporânea da ideia informação em "dados" e sua influência sobre as Ciências Biológicas e sobre as teorias da Sociedade da Informação de Daniel Bell (1919–2011) e Fritz Machlup (1902–1983) (Briggs; Burke, 2006).

A diferença que Barbosa (2007) estabelece entre a abordagem da Comunicação, que busca fontes no passado para trazê-lo ao presente através dos meios, e a abordagem da própria História, que usa os meios como instrumento de compreensão de contextos mais amplos, encorpa o seguinte argumento: em ambos os casos, o meio funciona como artefato mediador da transmissão da informação cuja materialidade técnica, e não seu conteúdo semântico, constitui o objeto historiográfico central.

Entre as quatro vertentes do paradigma físico, a História da Informática é a que mais diretamente herda, em sua própria genealogia conceitual, o modelo shannoniano de informação como grandeza tecnicamente processável. O campo é reconstruído por Marco Valério Miorim Villaça e Reginaldo Steinbach, que oferecem relato dos principais eventos da História da Computação até os primeiros computadores eletrônicos à válvula, detalhando invenções como a régua de cálculo, as calculadoras mecânicas do século XVII e as máquinas de Charles Babbage (1791–1871) (Villaça; Steinbach, 2014).

Também é estudado por Gildo Guimarães, que descreve a evolução da informática como longa cadeia acelerada no século XX, com foco nas noções de automação e realimentação, explicando que os computadores foram inicialmente projetados para cálculos matemáticos, mas expandiram sua função para ordenar informações diversas (Guimarães, 1997). William Aspray e colaboradores oferecem levantamento da tecnologia de computação anterior ao computador moderno, encerrado em 1945, traçando a continuidade entre máquinas de lógica, maquinário de cartão perfurado e dispositivos analógicos (Aspray *et al.,* 1990); e, por fim, Evandro Manara Miletto, Alex Dias Gonsales e Fabio Yoshimitsu Okuyama, também se debruçam sobre o tema, situando a origem do termo "informática" no francês *informatique*, criado em 1962 por Philippe Dreyfus (1925–2018) a partir da união das palavras *informação (information)* e *automática (automatique)* (Miletto; Gonsales; Okuyama, 2014).

A relação com o conceito de informação é, aqui, quase tautológica, posto que a História da Informática é a história da construção do dispositivo físico capaz de instanciar, em *hardware*, o próprio modelo físico-matemático da informação que Shannon formulara em 1948, o que torna essa vertente o caso-limite da materialidade informacional entre todas as historiografias examinadas.

4.4.2 O paradigma cognitivo: informação como conteúdo, representação, conhecimento apropriado

No polo do paradigma cognitivo proposto por Rafael Capurro, no qual a informação é conteúdo cognitivo, representação, conhecimento apropriado por sujeitos, à maneira do "terceiro mundo" popperiano que Bertram Brookes subjetiva em sua noção de informação objetiva (Capurro, 2003, p. 6), encontra-se paralelo no contexto da História com as áreas da História das Ideias, a História Intelectual, a História do

Pensamento, a História da Filosofia, a História dos Conceitos, a História Visual, a História das Técnicas e da Tecnologia, a História da Educação, a História da Ciência, as histórias científicas disciplinares, a História do Conhecimento e a História da Leitura, todas tratadas predominantemente pela disciplina histórica.

As doze vertentes reunidas sob este polo compartilham a característica de tomarem como objeto não o artefato que veicula a informação, nem a rede social que a faz circular, mas o conteúdo intelectual em si, as ideias, conceitos, teorias, imagens, saberes disciplinares, enquanto construção cognitiva historicamente situada e passível de reinterpretação.

A História das Ideias é definida por José D'Assunção Barros como um dos domínios mais da História Cultural, examinando o pensamento sistematizado de indivíduos específicos e relacionando-se com a História Política e com a História Social (Barros, 2005). Tiago Rego Ramalho explica que o campo visa aprofundar características, elementos e particularidades de seu método, distinguindo-se da História da Filosofia, promovendo interdisciplinaridade e desenvolvendo-se de uma abordagem inicialmente desenraizada do contexto social para uma disposta a recuperá-lo, na articulação entre estudo das ideias e condições históricas de possibilidade (Ramalho, 2017).

Quentin Skinner, em texto traduzido por Marcus Vinícius Barbosa, estuda um cânone de textos clássicos sobre moral, política e religião, investigando "ideias universais" de suposta relevância perene e definindo abordagem tradicional focada em "ideias-unidade" (Skinner, 2017). Leonardo Marcondes Alves, por sua vez, apresenta a História das Ideias como campo dedicado a compreender como conceitos, ideias e formas de interpretar o mundo se transformam ao longo do tempo, partindo da constatação de que palavras aparentemente universais, como "liberdade", "direitos", "felicidade", assumem significados distintos conforme o contexto histórico, exemplificado pela Declaração de Independência americana (Alves, 2013).

O autor reconstrói a formação histórica da própria disciplina, cujas origens remontam à Filosofia, à Teologia e à Filologia, incorporando depois Antropologia, Sociologia e Psicologia, e destaca as tradições de Nietzsche e Foucault, cuja genealogia enfatiza sistemas discursivos e relações entre saber e poder (Alves, 2013); situa a sistematização do campo entre os séculos XVII e XVIII, com Johann Jakob Brucker (1696–1770) e Giambattista Vico (1668–1744), e sua consolidação institucional no século XX, com Arthur Lovejoy (1873–1962) e a *Begriffsgeschichte* de Reinhart Koselleck (1923–2006) (Alves, 2013). O autor também descreve as revisões do campo a partir da segunda metade do século XX, com Thomas Kuhn (1922–1996) questionando o desenvolvimento científico linear e a Escola de Cambridge enfatizando contextos linguísticos e políticos (Alves, 2013); e conclui destacando a expansão contemporânea do campo por meio das humanidades digitais e sua institucionalização limitada, porém crescente, no Brasil (Alves, 2013).

A relação com o conceito de informação nesse âmbito situa-se, assim, no nível da própria definição de informação como conteúdo cognitivo que se reconfigura a cada recontextualização interpretativa. Se a História das Ideias privilegia o pensamento sistemático, a História Intelectual amplia o objeto cognitivo para os processos de produção, circulação e recepção de ideias e discursos, científicos, políticos, pedagógicos, artísticos, sem por isso migrar para o paradigma social, na medida em que seu enfoque permanece centrado na análise interna do conteúdo pensado, ainda que contextualizado (Vieira, 2008).

A informação, nessa vertente, pode ser entendida como conteúdo discursivo cuja inteligibilidade depende de sua reconstrução cognitiva no interior de um contexto de produção de sentido, o que a mantém ancorada no polo cognitivo capurriano. A História Intelectual, segundo Carlos Eduardo Vieira, investiga os processos de produção, circulação e recepção de ideias e discursos científicos, políticos, pedagógicos ou artísticos, diferenciando-se do método internalista da história das ideias

tradicional e rearticulando ideias aos seus contextos de produção e recepção (Vieira, 2008).

Carlos Altamirano define perspectiva e programa de trabalho para o campo, reconhecendo que é praticado de várias maneiras e carece de linguagem teórica obrigatória, formulando alternativa para a história intelectual latino-americana que integra Sociologia dos Intelectuais, História Política e Crítica Literária (Altamirano, 2007). Vanderlei Sebastião Souza considera a História Intelectual domínio historiográfico vasto e recente, que transita na fronteira com a História das Ideias, a própria história dos intelectuais, a História Cultural e a Filosofia da Linguagem, retomando a classificação de Robert Darnton, que distingue a História Intelectual, estudo do pensamento informal e dos climas de opinião, da História das Ideias, da História Cultural, e apresentando as versões internacionais associadas por Helenice Rodrigues da Silva (1947–2013) à *Intellectual History* norte-americana e à *Histoire Intellectuelle* francesa (Souza, 2008).

As Histórias do Pensamento e da Filosofia são representadas por Marilena Chauí, que descreve a disciplina a partir da história da filosofia helenística e imperial, abrangendo ceticismo, epicurismo e estoicismo, e caracteriza suas escolas pelo racionalismo ético e pela busca da vida feliz (Chauí, 2002). José Maurício de Carvalho considera a História da Filosofia uma disciplina filosófica e historiográfica que não deve reduzir-se a ciência para manter sua relevância, descrevendo-a como "herança espiritual da humanidade" alimentada pela ciência histórica, mas com vínculo inseparável a um projeto de pretensões mais elevadas (Carvalho, 2001). A História do Pensamento, em particular, é descrita por Castanheira (2022) a partir dos desenvolvimentos teóricos e metodológicos no projeto intelectual de Foucault denominado "História do Pensamento", mostrando como ele estabelece uma determinação recíproca entre experiência e pensamento.

No caso da História do Pensamento, esta busca investigar as estruturas cognitivas, categorias, esquemas de inteligibilidade,

operações lógicas, que tornaram possível certo modo de pensar em determinada época, com o que se aproxima do núcleo duro do paradigma cognitivo capurriano, para o qual a informação é conteúdo já processado por uma estrutura interpretativa do sujeito cognoscente. A informação, aqui, confunde-se quase inteiramente com o próprio processo cognitivo que a constitui enquanto tal, o que torna esta vertente talvez a mais radicalmente cognitiva de toda a tipologia proposta. Para a História da Filosofia, relação com o conceito de informação é alcançada a partir do fato de que a filosofia produz, ao longo de sua história, aquilo que o paradigma cognitivo da CI toma como objeto por excelência, ou seja, estruturas conceituais que organizam e dão sentido à experiência, funcionando como metainformação sobre os próprios critérios de validade da experiência do conhecimento.

A História dos Conceitos é apresentada por Marcelo Gantus Jasmin como a *Begriffsgeschichte*, forma particular de história reflexiva desenvolvida a partir da Filologia, da História da Filosofia e da Hermenêutica, com foco no uso da linguagem específica em situações determinadas, justificada pela insuficiência da História do Espírito e da História das Ideias nas décadas de 1950 e 1960 (Jasmin, 2005). Compreende-se que o objeto de estudo deste campo é exatamente a unidade mínima de conteúdo informacional-cognitivo, o conceito, e as transformações semânticas que esse conteúdo sofre ao longo do tempo.

Joaquín Abellán e colaboradores descrevem-na como disciplina desenvolvida primariamente na Filosofia, focada na análise dos conceitos da História da Filosofia, apresentando-se como método especial de crítica de fontes que investiga o uso de termos sociais ou políticos, evitando a transferência irrefletida de conceitos atuais para a análise do passado (Abellán *et al.*, 1991). Henri Carrières, por sua vez, define aquilo que chama de História Conceitual como metodologia alemã focada no estudo histórico de conceitos políticos e sociais, comparando-a ao contextualismo linguístico e notando que seu programa inclui fontes documentais diversas, jornais, revistas, diários, discursos parlamentares,

dicionários e enciclopédias (Carrières, 2005). João Paulo Pimenta dedica-se aos problemas teóricos, metodológicos e historiográficos da história dos conceitos sistematizada por Koselleck, potencializando a abordagem semântica histórico-comparativa e correlacionando a *Begriffsgeschichte* com uma História da Teoria orientada por problemas e informada por estruturas sociais (Pimenta, 2015).

A História Visual se relaciona ao paradigma cognitivo, e não ao físico, porque seu objeto não é o suporte imagético enquanto artefato material, este pode estar mais atrelado à História das Mídias, sendo a dimensão visual da sociedade enquanto conteúdo a ser decodificado e interpretado. Meneses (2003) é explícito ao definir o campo como conjunto de recursos operacionais aplicável a qualquer tipo de documento, por exemplo. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior situa a "virada visual" como novo paradigma para historiadores, explicando suas origens na *pictorial turn* norte-americana, na *iconic turn* alemã e na *théorie de l'image* francesa, quando também enfatiza sua base interdisciplinar em pesquisas sobre o olhar, tecnologias visuais e imagens (Júnior, 2019a; 2019b).

Ana Maria Mauad define a expressão como tendo sentido apenas quando produzida a partir de documentos com a finalidade de examinar a dimensão visual da sociedade, situando a História Visual como campo da História Social (Mauad, 2016). A relação com o conceito de informação nesta vertente situa-se, assim, no reconhecimento de que a imagem constitui um regime informacional próprio, cognitivamente processado por convenções de leitura visual historicamente variáveis.

A alocação da História das Técnicas e da Tecnologia no paradigma cognitivo, e não no físico, exige argumentação mais cuidadosa, uma vez que seu objeto imediato, a máquina, o instrumento, o artefato técnico, poderia sugerir proximidade com a materialidade que caracteriza a história do livro ou da informática. A diferença reside no fato de que a História das Técnicas, tal como a delimita Souza (2025), não é a crônica dos

artefatos, sendo que esta investiga o *logos* da técnica, isto é, o conhecimento aplicado, as regras e os saberes práticos que tornam possível a produção de determinado artefato em determinado contexto (Sousa; Oliveira, 2011). Nessa vertente, compreende-se que o que interessa, numa lógica interna da CI, ao historiador da técnica é a informação-conhecimento incorporada no gesto técnico.

A História das Técnicas e da Tecnologia é apresentada por Antônio Cláudio Gómez Sousa e José Carlos de Oliveira como disciplina pouco difundida no âmbito universitário, frequentemente absorvida pela História das Ciências, definindo tecnologia como o estudo da técnica ou o conjunto de técnicas de que uma sociedade dispõe em determinada fase histórica (Sousa; Oliveira, 2011). Paul Robert Josephson considera a História da Ciência e da Tecnologia do século XX como constructos humanos, sistemas extensos de instituições políticas, de engenharia, econômicas e sociais que refletem um *ethos* industrial e militar (Josephson, 2016).

Rafael Dalyson Souza explica que a História das Técnicas busca especificidade em relação à História das Ciências, inserindo-se no contexto da História Global, e descreve que o termo "tecnologia" historicamente designava um discurso sobre a técnica, passando a designar ciência aplicada com a ascensão da indústria no século XX (Souza, 2025). Paulo Leonardo Ponte Marques e colaboradores definem tecnologia como técnica, artefato ou alternativa desenvolvida para facilitar a realização de trabalho, relacionando cada período histórico ao seu desenvolvimento técnico e citando a escrita como uma das primeiras tecnologias, posto que permitiu o registro de ideias e a continuidade da informação (Marques *et al.*, 2016). Moema de Rezende Vergara, por fim, descreve a "história social da ciência e tecnologia" como abordagem que enxerga a ciência como instituição social, relacionando o desenvolvimento científico e tecnológico à Revolução Industrial (Vergara, 2002).

A História da Ciência é a próxima a ser apresentada. Situa-se predominantemente no paradigma cognitivo porque, mesmo em sua vertente externalista, que reconhece o condicionamento social, político e econômico do desenvolvimento científico (Schwartzman, 1976), seu objeto último permanece sendo a construção, validação e transformação de teorias, conceitos e modelos explicativos, isto é, conteúdo cognitivo especializado que ganha forma por meio de práticas de geração e consumo de informação.

A História da Ciência é reconstruída por Ana Maria Alfonso-Goldfarb, para quem: o campo constitui espaço original de reflexão, consolidado pela assimilação de elementos da História, da Antropologia, da Filosofia e das Ciências Humanas e Exatas (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 9, 87-88); descreve a ruptura com a "história-pedigree" de progresso linear, que abriu espaço para investigar magia, alquimia, etnociências, ciência colonial e o papel do gênero na ciência (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 11-12, 71-72, 86); detalha as aplicações práticas do campo na Educação, no planejamento científico, em museus e na divulgação da ciência (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 88-89); e define o historiador da ciência como uma espécie de "polímata renascentista", capaz de articular humanidades, ciências e línguas (Alfonso-Goldfarb, 1994, p. 90).

Antonio Augusto Passos Videira explica que a história da atividade em ciência enfrenta um problema de identidade decorrente de polêmicas sobre sua definição e seu objetivo, descrevendo a busca por compreendê-la mediante análise crítica de sua própria produção bibliográfica, a História da Historiografia da Ciência, e apresentando as perspectivas internalista e externalista sobre seu desenvolvimento (Videira, 2007).

Já José Maria Filardo Bassalo descreve a história da ciência como tão antiga quanto a própria ciência, citando Eudemo de Rodes e Menon entre os filósofos gregos que já abordavam a História da Geometria e da Astronomia, e distingue as perspectivas internalista e externalista sobre a evolução científica

(Bassalo, 1992). Simon Schwartzman situa a História da Ciência em termos amplos como área que permite compreender melhor uma época e avaliar a influência da atividade científica sobre outros aspectos da sociedade, contrastando-a com uma concepção mais restrita centrada apenas na evolução das ideias (Schwartzman, 1976).

Argumenta-se que a relação da História da Ciência com a informação manifesta-se, assim, no fato de que a ciência é, por definição, a atividade humana mais sistematicamente voltada à produção de conteúdo informacional (validado), e sua história é a história das transformações desse conteúdo e dos critérios que o legitimam.

A História do Conhecimento é sistematizada por Peter Burke, que acompanha, em seu primeiro volume de uma obra extensa sobre o tema, a evolução das formas de distribuição e disseminação do conhecimento entre Gutenberg e Diderot, o controle exercido pela Igreja e pelo Estado e a organização de centros de conhecimento (Burke, 2003). Peter Burke, no segundo volume, apresenta o estudo de como diferentes grupos adquirem, processam, difundem e utilizam informações/conhecimento, abrangendo processos de quantificação, secularização, profissionalização, especialização, democratização, globalização e tecnologização (Burke, 2012). É também Burke que, em obra posterior, explica o que distingue o campo da História do Conhecimento da História da Ciência, da História Intelectual, da Sociologia do Conhecimento e da História Cultural, discutindo conceitos como "ordem do conhecimento" e "sociedade do conhecimento" e contando a história da transformação de informação relativamente bruta em conhecimento por meio de classificação, verificação e disseminação (Burke, 2016). Sven Dupré e Geert Somsen argumentam que a História do Conhecimento possui ambição maior do que ser expansão da História da Ciência, forçando a questionar fronteiras, hierarquias e a constituição mútua de diferentes tipos de conhecimento,

incluindo o papel do fracasso e da ignorância na produção de conhecimento (Dupré; Somsen, 2019).

Philipp Sarasin considera a História do Conhecimento potencialmente mais abrangente do que um campo isolado, comparando-a a conceitos amplos como História Política, Social ou Cultural, e definindo conhecimento de forma ampla, incluindo sistemas de crenças e não apenas racionalidade (Sarasin, 2020). Charles Van Doren, por fim, entende a própria história da humanidade como fundamentalmente a história do progresso do conhecimento humano, distinguindo-a de uma cronologia de descobertas e definindo-a como narrativa geral do novo conhecimento significativo acrescentado à memória coletiva, incluindo os episódios em que o conhecimento sofreu mais alterações do que crescimento (Van Doren, 2012).

Relaciona-se o conceito de informação com a História do Conhecimento, como sendo de ordem direta, na medida em que a História do Conhecimento pode ser lida como a genealogia de longa duração da própria noção de informação enquanto bem cognitivo cuja gestão, distribuição e legitimação variam social, cultural e historicamente.

A História da Educação ancora-se no paradigma cognitivo porque seu objeto, a instituição escolar e as práticas pedagógicas, existe, em última instância, para viabilizar a transmissão intergeracional de conteúdo cognitivo-informacional organizado e produzido no âmbito da cultura humana, o que a aproxima estruturalmente da própria definição de informação como conhecimento apropriado por sujeitos.

O campo é representado por Dermeval Saviani, que articula o conceito de instituição em seus desdobramentos para a História, a Historiografia e as práticas educativas, discutindo a origem da escola como fenômeno de continuidade na descontinuidade ligado à divisão dos homens em classes (Saviani, 2008). Décio Gatti Júnior estabelece a função do historiador da educação simultaneamente à do professor, ressaltando a importância da

disciplina na reconstituição da genealogia das ideias e ações educativas (Gatti Júnior, 2008).

José Claudinei Lombardi e Maria Isabel Moura Nascimento, por sua vez, entendem a história da educação a partir dos conceitos marxistas de História e Educação, como recorte da História que estuda fontes e políticas educacionais (Lombardi; Nascimento, 2005). Por fim, se tem José Claudinei Lombardi, que considera a História da Educação estudo da educação a partir dos métodos e teorias da Ciência da História, dividindo a discussão em significado do termo história neste contexto, historiografia da educação e fontes de pesquisa (Lombardi, 2003).

A História da Leitura é representada por Clériston de Oliveira e colaboradores, que relacionam práticas de leitura silenciosa, em voz alta, extensiva, intensiva, mística e autoritária a uma perspectiva histórica, apoiando-se em Roger Chartier (1945–), Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman (1945–) e Alberto Manguel (1948–) (Oliveira *et al*., 2013). João Luís Lisboa associa a História da Leitura à História do Livro, envolvendo o apuramento das condições de existência das editoras e considerando-a como busca pela reconstituição de práticas e representações relacionadas ao ato de ler, aproximando-a da Antropologia Histórica (Lisboa, 1989). Kátia de Carvalho é uma autora que descreve a leitura como técnica, prática social, forma de gestualidade e atividade voluntária conforme Roland Barthes (1915–1980) e Antoine Compagnon (1950–), detalhando como o aprendizado da leitura atravessou séculos de práticas e representações distintas (Carvalho, 2006);

Neste âmbito, Roger Chartier apresenta a história da cultura escrita do Ocidente conectando mudanças na forma física dos livros às práticas de escrita e leitura, incluindo o impacto das tecnologias digitais e o surgimento do livro eletrônico (Chartier, 2020). Tania Bessone inclui estudos sobre formas de impressão antigas e análises de bibliotecas, abordando a História do Livro e da Leitura como campo multidisciplinar que incorpora Sociologia, História Literária, epistemologia das ciências e Filosofia (Bessone,

2009). Por fim, Carlota Boto aborda as múltiplas modalidades de leitura na França entre 1880 e 1980, analisando discursos religiosos, de bibliotecários e escolares em torno da leitura (Boto, 1996).

A História da Leitura completa o conjunto de vertentes cognitivas pois aqui, defende-se, o foco, que na história do livro recai sobre o suporte material, se desloca, numa perspectiva informacional, para o ato interpretativo pelo qual o sujeito leitor atribui sentido ao texto. A relação com o conceito de informação reside neste mesmo ponto, sendo que a leitura (em suas mais variadas formas) é o ato cognitivo por excelência pelo qual a informação registrada em suporte físico se converte em conhecimento apropriado por um sujeito, constituindo o elo entre o paradigma físico do livro e o paradigma cognitivo do sentido construído.

4.4.3 O paradigma social: informação tida como fenômeno relacional, circulante em redes

No polo do paradigma social, no qual a informação é fenômeno relacional, circulante em redes sociais e institucionais, à maneira da crítica de Bernd Frohmann ao isolacionismo cognitivista e da análise de domínio de Birger Hjørland (Capurro, 2003, p. 7-8), situam-se a História das Bibliotecas, a História dos Museus, a História dos Arquivos, e a história da própria Ciência da Informação, todas tratadas pela Ciência da Informação, além da História da Comunicação, tratada com maior ênfase pela área acadêmico-científica das Ciências da Comunicação.

Justifica-se, antes de prosseguir, por que essas quatro vertentes, que também lidam com objetos materiais, edifícios, acervos, coleções catalogadas, não se alocam ao paradigma físico, ao contrário do que ocorreu com a História do Livro, a História da Cultura Material, a História das Mídias e a História da Informática na subseção 4.4.1. A distinção que estabelece reside no

que cada conjunto de vertentes parece tomar como objeto de maior carga para análise. Nas vertentes do polo físico, a materialidade do artefato é ela própria o objeto de investigação, o livro enquanto suporte, o objeto arqueológico enquanto vestígio, o dispositivo técnico enquanto mecanismo, e a instituição que o abriga, quando aparece, é circunstância acessória à análise.

Nas vertentes aqui reunidas sob o polo social, ao contrário, a historiografia toma como objeto o regime institucional que regula o acesso a esse acervo, as regras de admissão, exclusão, classificação e franquia que somente uma comunidade situada em relações de poder pode instituir e transformar, o que Raphaële Mouren nomeia, a propósito das bibliotecas, como historiografia inseparável da história das sociedades que a criaram (Mouren, 2021), e o que a própria trajetória dos arquivos, de complexo sistema de informação a construções sociais moldadas por relações de poder e tensões coletivas (Araújo, 2014), apresenta de modo direto.

Um mesmo objeto material (um livro, um documento, um artefato musealizado) pode, portanto, ser lido tanto pelo polo físico quanto pelo polo social, a depender de a pergunta de pesquisa recair sobre sua constituição material ou sobre o regime institucional que determina quem a ele acessa e sob quais condições. Assim, a alocação aqui proposta responde a esta segunda pergunta, e não à primeira, para as quatro vertentes reunidas nesta subseção, da mesma forma que o faz para a História da Ciência da Informação e para a História da Comunicação, examinadas em sequência.

A História das Bibliotecas é apresentada por Raphaële Mouren como disciplina recente parcialmente ligada à História do Livro, transdisciplinar por abranger História Institucional, História das Coleções e *História dos Usos*, inseparável da história das sociedades que a criaram (Mouren, 2021). Gabrielle Francinne Tanus explica que a História das Bibliotecas reconstitui a trajetória dessas instituições desde a Antiguidade até a Idade Média, mostrando que a origem da Biblioteconomia está vinculada à

passagem de uma cultura oral para a escrita (Tanus, 2018). Geraldo José Amadeu Coelho Dias acompanha a evolução das bibliotecas desde a descoberta da escrita nas civilizações pré-clássicas, situando na Mesopotâmia as primeiras evidências de arquivos, escolas de escribas e bibliotecas, com destaque para o catálogo sumério e a Biblioteca de Assurbanípal (c. 685 a.C.–631 a.C.), precedentes das célebres bibliotecas clássicas de Alexandria, Atenas, Pérgamo e Roma (Dias, 1996).

Débora Dias, por fim, traça, com particular riqueza, as metamorfoses da biblioteca ocidental e a ascensão do intelectual moderno. A autora analisa a secularização do conhecimento do final da Idade Média à Modernidade e a consolidação da "República das Letras" entre 1550 e 1750 (Dias, 2019); descreve o ideal enciclopédico do Iluminismo e a transformação da biblioteca em representação material da estrutura do saber (Dias, 2019); analisa a Biblioteca Warburg e sua organização segundo a "lei da boa vizinhança", pela qual a biblioteca tornava-se representação física do percurso intelectual do pesquisador (Dias, 2019); relaciona a transformação das bibliotecas ao nascimento do intelectual moderno no contexto do caso Dreyfus[27] (Dias, 2019); e recupera a segunda fase da República das Letras, entre 1850 e 1950, marcada pela expansão universitária e pela institucionalização da pesquisa (Dias, 2019).

[27] Episódios político e judicial controverso ocorrido na França no último quartel do século XIX, que acabou despertando intensas disputas entre grupos políticos concorrentes e mobilizando amplamente a opinião pública francesa. Segundo De Vares (2014), teve início quando o capitão do Exército francês Alfred Dreyfus (1859–1935) foi acusado de alta traição, sob a alegação de ter fornecido informações militares à Alemanha. Condenado à prisão perpétua e enviado para a Ilha do Diabo, Dreyfus passou a ser o centro de uma controvérsia que se ampliaria à medida que novas evidências colocavam em dúvida a condenação. Posteriormente, sua inocência foi demonstrada, mas setores do Exército inicialmente se recusaram a reconhecer os erros cometidos e a revisar o processo. Para além de sua dimensão judicial, o caso tornou-se o pano de fundo de um intenso embate político e social na França, envolvendo projetos e concepções distintas sobre a República, o papel das instituições militares, a justiça e os direitos individuais.

A História dos Arquivos é representada em texto por Thiago Henrique Bragato Barros, que situa o surgimento da Arquivística a partir da Revolução Francesa e da criação dos Arquivos Nacionais no século XVIII, discutindo o percurso conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição (Barros, 2010). Márcia Eckert Miranda explica que os arquivos evoluíram de setores estratégicos, propriedade do monarca, para patrimônio nacional acessível aos cidadãos a partir do final do século XVIII, descrevendo as metamorfoses sociais que influenciaram a atuação dos profissionais da área (Miranda, 2011).

Luís Reis, por fim, reconstrói a evolução do arquivo desde as civilizações pré-clássicas do Médio Oriente, há cerca de seis milênios, descrevendo os arquivos de Elba, Lagash, Maari, Nínive e Ugarit como "complexo sistema de informação, e não […] mero depósito passivo" (Reis, 2006, não paginado); situa o primeiro arquivo grego atribuído a Éfialtes (?–?), por volta de 460 a.C., e a maturidade organizacional romana do *Tabularium* e da rede provincial de *Tabularius* (o arquivo oficial do Estado na Roma Antiga, espécie de repositório de documentos do governo); descreve a fragmentação medieval e a centralização do Estado Moderno, com o Arquivo de Simancas de 1540 como exemplo paradigmático (Reis, 2006); analisa a ruptura contemporânea da Revolução Francesa e a Lei de 7 Messidor, que consagrou o acesso público aos *Archives Nationales*; situa a autonomização da Arquivística com o princípio de proveniência, formalizado em 1841, e o Manual dos Arquivistas Holandeses de 1898; e descreve a dupla consolidação institucional e epistemológica do século XX, culminando na afirmação da Arquivística como Ciência da Informação nas décadas de 1980 e 1990 (Reis, 2006).

A relação com o conceito de informação tomado pela Ciência da Informação no que concerne aos arquivos e bibliotecas é explícita, e aqui toma-se esse como manifestação do paradigma social, que concebe a informação como fenômeno inseparável dos regimes institucionais que a produzem, classificam e franqueiam ou restringem o acesso, sendo o arquivo e a biblioteca as

instituições nas quais essa dimensão de poder relacional se manifesta de modo mais explícito.

A História dos Museus é apresentada por Larissa Dutra e colaboradores, que descrevem a trajetória dos museus desde suas origens como acumuladores de artefatos singulares até sua transição para sistemas especializados de informação, relacionando essa mudança de paradigma às necessidades informacionais da Sociedade da Informação e à Nova Museologia (Dutra *et al.*, 2022). Ana Cláudia Fonseca Brefe traça a evolução do museu como lugar conceitual que se transforma da Renascença ao século XIX, discutindo a relação entre a ideia de tempo e a instituição museal, e detalha a fundação do museu público na França como resultado de decretos revolucionários que nacionalizaram bens confiscados (Brefe, 1998). Cristina Bruno descreve a primeira tentativa de teoria das coleções de museu, feita por Samuel Quiccheberg (1529–1567) em Munique em 1565, seguida por Johann Daniel Major (1634–1693), Kaspar Friedrich Jencquel (Neickelius) (1774–1840), Diderot e Étienne La Font de Saint-Yenne (1688–1771) mencionando que sociedades humanas colecionam objetos desde a pré-história e que templos, gabinetes e museus enciclopédicos contribuíram para a ideia contemporânea de museu (Bruno, 1996).

Lucas George Wendt, por fim, investiga a formação histórica dos museus modernos a partir do colecionismo europeu entre a Idade Média e a Modernidade, propondo distinção entre "proto-museus", gabinetes de curiosidades e *studioli*, extensões do universo privado guiadas pela acumulação simbólica, e "pára-museus" coleções principescas, *menageries* e jardins botânicos, espaços intermediários articulados ao poder político e à ciência e troca de informação emergente, defendendo que a transição desses espaços para a instituição museológica pública, consolidada entre os séculos XVIII e XIX, foi marcada por deslocamentos graduais do privado ao semipúblico e da acumulação simbólica à preservação institucional (Wendt, 2026).

A História dos Museus cabe ao paradigma social a partir do momento em que a própria historiografia do campo registra a passagem de uma lógica de acumulação privada e conservação técnica para uma lógica de mediação pública, movimento que a Primeira Revolução dos Museus, entre 1880 e 1920, já anunciava ao inverter a hierarquia entre conservação e democratização do acesso, abrindo espaço para a compreensão do museu como canal ativo de comunicação (Cury, 2009; Araújo, 2014). A relação com o conceito de informação, nesse escopo, é explícita pelo fato de que o museu contemporâneo disponibiliza objetos pelo seu potencial infocomunicacional como mediação simbólica entre acervo e comunidade, constituindo-se em dispositivo relacional de produção de sentido coletivo.

A História das Universidades situa-se no paradigma social porque a própria historiografia do campo compreende a instituição universitária como espaço de mediação entre o saber e as relações de poder político e eclesiástico que a produziram e a sustentaram. O campo é apresentado por Terezinha Oliveira, que analisa a universidade medieval como espaço de construção e preservação dos saberes, tratando-a como patrimônio histórico em que memória e poder político se entrelaçam (Oliveira, 2007). Ernâni Lampert explica que a universidade constitui criação original da Idade Média, surgida do interesse da Igreja e do Estado, detalhando as primeiras universidades, como as de Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, nascidas no final do século XII (Lampert, 1997). Fabiene Castelo Branco Diógenes e Murilo Bastos da Cunha analisam as origens das universidades e de suas bibliotecas da Idade Média à Modernidade, explicando que, a partir do século XIX, o Estado assumiu a educação, conferindo liberdade científica e pedagógica às universidades (Diógenes; Cunha, 2017).

Silvana Malavasi, Terezinha Oliveira e Viviane da Silva Batista destacam a importância social e histórica da universidade medieval sob a perspectiva da História da Educação, valorizando as raízes da universidade contemporânea (Malavasi; Oliveira;

Batista, 2023). E Iza N. Bohrer e colaboradores reconstituem a trajetória da instituição universitária desde suas origens medievais até sua configuração no Brasil; acompanhando a expansão latino-americana a partir do século XVI e a singularidade brasileira, cujo país permaneceu sem universidade formal até 1920; percorrendo também as fases da educação colonial e imperial brasileira, do predomínio jesuítico às reformas pombalinas e à chegada da Corte portuguesa em 1808; e caracterizando o século XX como "o século da universidade", marcado pela expansão institucional e pela multiplicação de modelos organizacionais (Bohrer *et al.*, 2008).

A relação com o conceito de informação no escopo da História da Universidade manifesta-se no fato de que a universidade produz conhecimento a partir do consumo de informação, o faz circular segundo estruturas corporativas, curriculares e políticas específicas, constituindo-se em rede social institucionalizada de legitimação e transmissão do saber, que antes foi conhecimento, que foi informação, que, no início, foi um dado sobre a realidade.

A História da Ciência da Informação ocupa, com pertinência autorreferencial, o paradigma social, na medida em que sua trajetória, da Bibliografia à Documentação de Otlet e La Fontaine, da separação institucional da Biblioteconomia Especializada à fundação da *American Documentation Institute* e, posteriormente, da *American Society for Information Science*, é indissociável de um processo de institucionalização profissional e associativa (Araújo, 2014; Araújo, 2017).

O campo é examinado com maior detalhe nas subseções 4.2, 4.3 e 4.4, é representada por Jéssica Câmara Siqueira, Gustavo Henrique Freire e Carlos Alberto Ávila Araújo, este último na medida em que demonstra que Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia nasceram como "ciências dos acervos" sob influência positivista, priorizando a técnica e a conservação em detrimento dos sujeitos e dos contextos de uso (Araújo, 2014), detalhando a trajetória específica de cada campo.

A doutrina arquivística de Jean Mabillon (1632–1707) e a consolidação com o Manual dos Holandeses de 1898 (Araújo, 2014); o funcionalismo de Hilary Jenkinson (1882–1961) e a avaliação documental de Theodore Schellenberg (1903–1970) (Araújo, 2014); a fase pós-custodial em que os arquivos passam a ser compreendidos "como construções sociais moldadas por relações de poder e tensões coletivas" (Araújo, 2014) são tidas como importantes para a História da Arquivologia.

A Classificação de Dewey de 1876 e o movimento da biblioteca pública (Araújo, 2014); a "*Library Science*" de Chicago, a epistemologia social de Jesse Shera e as Cinco Leis de Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892–1972) (Araújo, 2014) são os elementos evocados pelo autor para a História da Biblioteconomia. A História da Museologia, desde Quiccheberg até a Nova Museologia de Georges Henri Rivière (1897–1985) (Araújo, 2014), é traçada pelo autor. O quadro é completo com as cinco dimensões históricas da Ciência da Informação (Araújo, 2014): o surgimento da bibliografia e sua continuidade com a documentação, inseridos em um movimento em prol de uma ação pós-custodial; o espaço de uma associação própria, resultado da separação promovida pelos bibliotecários especializados, que funcionou como o embrião da primeira entidade de ciência da informação do mundo; as práticas dos primeiros cientistas da informação, que posteriormente se uniram em eventos e associações; o incremento das tecnologias de tratamento e recuperação de documentos, abrangendo desde o microfilme até o computador; o conceito científico de informação, trazido pela Teoria Matemática da Comunicação.

Ainda que possa soar uma obviedade, a relação com o conceito de informação fecha-se aqui pelo fato de que a Ciência da Informação, que nasceu sob hegemonia do paradigma físico da Teoria Matemática da Comunicação para posteriormente atravessar o paradigma cognitivo e consolidar-se, na leitura de Capurro (2003), sob paradigma social e pragmático, tem em sua própria historiografia disciplinar o testemunho mais direto de que

a informação, tal como a área a compreende hoje, é fundamentalmente fenômeno social antes de ser objeto físico ou conteúdo cognitivo isolado.

A História da Comunicação completa o quadro do paradigma social porque seu objeto declarado, os sistemas de circulação de mensagens entre atores sociais em determinado tempo e lugar, é, por definição, relacional. A História da Comunicação, por fim, é reconstruída por João Batista Perles, que situa os primeiros artefatos líticos do *Homo habilis*, há cerca de 2,5 milhões de anos, como evidência de que o uso de instrumentos externos ao corpo antecedeu qualquer intenção comunicativa; reconstitui as origens da linguagem a partir da associação entre som ou gesto e objeto determinado, apoiando-se em Juan Diaz Bordenave (1926–2012), Andy Tattersall (?–), Lucia Santaella (1944–) e Winfried Nöth (1944–); atribui à escrita a inauguração da própria História, retomando Gontijo; situa na tipografia de Gutenberg, após 1440, o marco de origem da comunicação de massa, associando-o à corrosão do monopólio eclesiástico sobre a verdade espiritual e à trajetória brasileira do Correio Braziliense e da Gazeta do Rio de Janeiro como exemplos do que se sucedeu no País; discute a disputa historiográfica entre Marconi e o padre brasileiro Roberto Landell de Moura (1861–1928) na invenção do rádio; e associa o desenvolvimento do cinema e da televisão a uma ruptura estética mais ampla, situando a primeira transmissão brasileira em 1950 (Perles, 2007).

Ana Paola da Silva Salgado Araújo complementa a vertente ao abordar o processo histórico da organização e difusão da informação desde a tipografia mecânica de Gutenberg até os tempos atuais, examinando como a invenção da imprensa e o desenvolvimento subsequente dos meios de comunicação de massa aceleraram a disseminação da informação e contribuíram para o pensamento crítico e a opinião pública (Araújo, 2010).

A relação com o conceito de informação, ainda que também possa sugerir uma obviedade, aqui, atinge sua formulação mais ampla. Isso, na medida em que a comunicação é o processo social

pelo qual a informação, já materializada em suportes físicos e já apropriada cognitivamente por sujeitos, circula e adquire relacionalidade entre atores sociais, o que faz da História da Comunicação, em certo sentido, a vertente que mais explicitamente sintetiza a passagem dos outros dois paradigmas para o social.

4.4.4 Síntese das aproximações propostas entre a literatura da CI, a informação e as diferentes vertentes historiográficas

O que essa aplicação do dispositivo capurriano às diferentes possibilidades de História atreladas contempla, portanto, é as mesmas tensões epistemológicas que organizam a autocompreensão da disciplina da Ciência da Informação entre informação como coisa, como conteúdo cognitivo e como fenômeno social relacional, atravessam, de modo latente e não nomeado, a totalidade das vertentes historiográficas setoriais examinadas nesta subseção, às quais, ainda, se poderiam somar outras (História da Literatura, Linguística Histórica, Filosofia, etc.).

Cada uma dessas vertentes, isoladamente, já constitui campo de pesquisa consolidado e institucionalizado, com métodos e comunidades próprias; nenhuma delas, contudo, reconhece explicitamente o denominador informacional comum que a análise paradigmática derivada da Ciência da Informação aqui empreendida revela. Assim, se pode aventar, a existência de metacampo articulador que, na prática, já existe, ainda que não denominado como tal. Naturalmente não se busca uma disciplina historiográfica ou de qualquer outra matriz que substitua as historiografias em sua multiplicidade de objetos, argumenta-se aqui por uma leitura transversal capaz de reconhecer e nomear o denominador comum *informação.*

Quadro 3: Síntese das conexões propostas entre a literatura das áreas da História, Ciência da Informação e demais disciplinas que têm a informação (mais ou menos explícita) como objeto

História	Onde é mais abordada	Resumo das características	Autores presentes no corpus
Paradigma físico			
História do livro	Ciência da Informaçã o	Investiga o livro como circuito de comunicação que integra produção, distribuição e leitura, articulando aspectos técnicos, morfológicos e materiais, do manuscrito e do rolo ao códice, à imprensa e ao livro eletrônico; aproxima-se da CI pelo registro, organização e recuperação da informação bibliográfica.	DARNTON, Robert (2008); BELO, André (2013); NISHIZAWA, André Jun (2014); BARBIER, Frédéric (2016).
História da cultura material	História	Estuda objetos e artefatos como segmento do meio físico culturalmente apropriado, tratando sua biografia, ressignificações e reinserções em contextos sucessivos como fonte de informação sobre a dinâmica social; base metodológica da Arqueologia.	REDE, Marcelo (1996); LIMA, Tania Andrade (2011); MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra (1983).
História das mídias	Comunica ção	Analisa sistemas de comunicação em sua dimensão histórica, a coexistência e interdependência de mídias antigas e novas, a tríade informação-educação-entretenimento e a transformação semântica do próprio termo "informação" ao longo dos séculos.	BARBOSA, Marialva (2007); ALCÂNTARA, Ana Roberta Vieira (2019); BRIGGS, Asa; BURKE, Peter (2006).

História da informática	Área da tecnologia	Reconstrói a evolução de dispositivos de cálculo e automação, da régua de cálculo e das máquinas de Babbage aos computadores eletrônicos, enfatizando as noções de automação e realimentação e a origem do termo "informática" em 1962.	VILLAÇA, Marco Valério Miorim; STEINBACH, Reginaldo (2014); GUIMARÃES, Gildo (1997); ASPRAY, William *et al*. (1990); MILETTO, Evandro Manara; GONSALES, Alex Dias; OKUYAMA, Fabio Yoshimitsu (2014).
Paradigma cognitivo			
História das ideias	História	Investiga a transformação histórica de conceitos e representações aparentemente universais (liberdade, direitos, felicidade), articulando-se à filosofia, à filologia e à antropologia; dialoga com as tradições de Lovejoy, Koselleck e a genealogia foucaultiana.	BARROS, José D'Assunção (2005); RAMALHO, Tiago Rego (2017); SKINNER, Quentin (2017); ALVES, Leonardo Marcondes (2013).
História intelectual	História	Examina os processos de produção, circulação e recepção de ideias e discursos científicos, políticos e artísticos em seus contextos, diferenciando-se do método internalista da história das ideias tradicional; dialoga com a sociologia dos intelectuais.	VIEIRA, Carlos Eduardo (2008); ALTAMIRANO, Carlos (2007); SOUZA, Vanderlei Sebastião (2008).
História do pensamento	História	Subvertente listada como polo distinto da história da filosofia; o corpus documental reunido não apresenta referências	CHAUÍ, Marilena (2002); CASTANHEIRA (2022)

		bibliográficas específicas e diferenciadas para esta subvertente, que aparece associada à história da filosofia.	
História da filosofia	História	Reconstrói escolas e correntes filosóficas ao longo do tempo, do helenismo ao neoplatonismo, tratando a disciplina filosófica e historiográfica como herança espiritual da humanidade vinculada à cultura, sem reduzir-se ao estatuto de ciência.	CHAUÍ, Marilena (2002); CARVALHO, José Maurício de (2001).
História dos conceitos	História	Investiga a *Begriffsgeschichte* alemã como método de crítica de fontes voltado ao uso histórico da linguagem política e social, evitando a transferência anacrônica de conceitos atuais ao passado; dialoga com o contextualismo linguístico de Koselleck.	JASMIN, Marcelo Gantus (2005); ABELLÁN, Joaquín *et al.* (1991); CARRIÈRES, Henri (2005); PIMENTA, João Paulo (2015).
História visual	História	Examina a dimensão visual da sociedade a partir de qualquer tipo de documento, e não apenas de fontes visuais, articulando a *pictorial turn* norte-americana, a *iconic turn* alemã e a *théorie de l'image* francesa como campo da história social.	MENESES, Ulpiano T. (2003); JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago (2019); MAUAD, Ana Maria (2016); JÚNIOR, Santiago; FERNANDES, Francisco das Chagas (2019).
História das técnicas e da tecnologia	História	Estuda técnicas e artefatos como constructos sociais de larga escala, sistemas institucionais, econômicos e militares, relacionando o desenvolvimento técnico a cada período histórico e discutindo a tecnologia como ciência aplicada e instituição social.	SOUSA, Antônio Cláudio Gómez; DE OLIVEIRA, José Carlos (2011); JOSEPHSON, Paul Robert

			(2016); SOUZA, Rafael Dalyson (2025); MARQUES, Paulo Leonardo Ponte *et al*. (2016); VERGARA, Moema de Rezende (2002).
História da educação	História e Educação	Reconstrói instituições escolares, a genealogia das ideias e práticas educativas e as políticas educacionais, empregando métodos e teorias da Ciência da História, incluindo leituras marxistas da relação entre educação e estrutura social.	SAVIANI, Dermeval (2008); GATTI JÚNIOR, Décio (2008); LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (2005); LOMBARDI, José Claudinei (2003).
História da ciência	História	Campo interdisciplinar que rompeu com a "história-pedigree" de progresso linear e cumulativo, passando a investigar magia, alquimia, etnociências e ciência colonial; debate as perspectivas internalista e externalista sobre o desenvolvimento científico.	ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria (1994); VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (2007); BASSALO, José Maria Filardo (1992); SCHWARTZMAN, Simon (1976).
Histórias disciplinare	Tratadas nas	Subvertente que aparece como conjunto de historiografias internas a cada disciplina científica específica (biologia, geologia, física etc.),	-

s (biologia, geologia, física etc.)	diferentes disciplinas	cada qual narrando a evolução de seus próprios conceitos e métodos.	
História do conhecimento	História	Investiga processos de aquisição, classificação, verificação e disseminação do conhecimento; propõe-se mais abrangente do que a história da ciência, incluindo o papel do fracasso e da ignorância na produção do saber ao longo do tempo.	BURKE, Peter (2003); BURKE, Peter (2012); DUPRÉ, Sven; SOMSEN, Geert (2019); SARASIN, Philipp (2020); BURKE, Peter (2016); VAN DOREN, Charles (2012).
História da leitura	História	Analisa práticas de leitura, silenciosa, em voz alta, extensiva, intensiva, e suas representações históricas, ligando-se à história do livro e aproximando-se de uma Antropologia Histórica das práticas culturais de leitura.	OLIVEIRA, Clériston de *et al.* (2013); LISBOA, João Luís (1989); CARVALHO, Kátia de (2006); CHARTIER, Roger (2020); BESSONE, Tania (2009); BOTO, Carlota (1996).
Paradigma social			
História das bibliotecas	Ciência da Informação	Reconstitui a trajetória institucional, das coleções e dos usos das bibliotecas desde a Antiguidade até a atualidade, tratando toda	MOUREN, Raphaële (2021); TANUS, Gabrielle Francinne (2018); DIAS,

		classificação como expressão de escolhas e concepções epistemológicas historicamente situadas.	Geraldo José Amadeu Coelho (1996); DIAS, Débora (2019).
História dos museus	Ciência da Informação	Descreve a transição dos museus de acumuladores de artefatos singulares a sistemas especializados de informação, do colecionismo renascentista dos gabinetes de curiosidades à Nova Museologia contemporânea.	DUTRA, Larissa Fernandes *et al*. (2022); BREFE, Ana Cláudia Fonseca (1998); BRUNO, Cristina (1996); WENDT, Lucas George (2026).
História dos arquivos	Ciência da Informação	Traça a passagem de depósitos passivos a complexos sistemas de informação e, mais tarde, a construções sociais pós-custodiais moldadas por relações de poder, desde a Suméria até a autonomização disciplinar do século XIX-XX.	BARROS, Thiago Henrique Bragato (2010); MIRANDA, Márcia Eckert (2011); REIS, Luis (2006).
História das universidades	História	Analisa a universidade como espaço de construção e preservação de saberes desde a Idade Média, sua expansão para a América Latina a partir do século XVI e a singularidade da trajetória institucional brasileira.	OLIVEIRA, Terezinha (2007); LAMPERT, Ernâni (1997); DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco; CUNHA, Murilo Bastos da (2017); MALAVASI, Silvana; OLIVEIRA, Terezinha; BATISTA, Viviane da Silva (2023);

			BOHRER, Iza N. *et al*. (2008).
História da Ciência da Informação	Ciência da Informação	Periodiza a constituição da CI entre a documentação de Otlet e La Fontaine, a separação da biblioteconomia especializada e os paradigmas físico, cognitivo e social, ligando-a a formações socioculturais e revoluções tecnológicas.	SIQUEIRA, Jéssica Câmara (2010); FREIRE, Gustavo Henrique (2006); ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila (2017); ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila (2014).
História da comunicação	Comunicação	Reconstrói a trajetória da comunicação humana da oralidade à internet, destacando marcos como a escrita, a imprensa de Gutenberg, o rádio e a televisão, com atenção à trajetória brasileira desde o Correio Braziliense.	PERLES, João Batista (2007); ARAÚJO, Ana Paola da Silva Salgado (2010).

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A convergência paradigmática também se deixa verificar, de modo mais imediato, no próprio corpus documental mobilizado ao longo desta subseção, no qual um conjunto de nomes e de acontecimentos historiográficos atravessa, de modo recorrente, fronteiras setoriais que a bibliografia especializada de cada vertente historiográfica trata em separado. A tipografia de Gutenberg, por exemplo, não figura apenas como marco técnico da História do Livro (Barbier, 2016; Nishizawa, 2014), mas reaparece como marco de origem da comunicação de massa na História das Mídias (Alcântara, 2019; Briggs; Burke, 2006), como baliza cronológica na reconstituição de Peter Burke da História do Conhecimento (Burke, 2003) e como marco fundacional da própria História da Comunicação (Perles, 2007; Araújo, 2010). Ou seja, um único acontecimento histórico convocado, de modo independente, pelas três vertentes ancoradas em cada um dos três polos capurrianos.

O mesmo padrão se repete com Diderot. A *Encyclopédie* é lida como episódio da história material do livro por Barbier (2016), como marco da genealogia do conhecimento por Burke (2003) e como precedente do colecionismo museológico por Bruno (1996), ao passo que a literatura internacional mais recente reunida no Quadro 2 já reconhece, por conta própria, uma linhagem que liga Diderot a Otlet e ao *Memex* de Vannevar Bush (Luyt, 2026). Com isso, se percebe que a convergência aqui apontada não é projeção deste texto sobre o corpus, mas algo que a própria historiografia especializada, em momentos e tradições distintas, sem se referir mutuamente, já deixa entrever.

Não são apenas nomes próprios que atravessam essas fronteiras; fatos historiográficos despersonalizados cumprem função equivalente. A invenção da escrita opera, no corpus reunido, como acontecimento fundador comum à História das Bibliotecas (Tanus, 2018; Dias, 1996), à História da Comunicação, que nela situa "a inauguração da própria História" (Perles, 2007), e à História das Técnicas, que a toma por uma das primeiras tecnologias (Marques *et al.*, 2016). Os sistemas de classificação

bibliográfica de Dewey e Ranganathan seguem trajetória semelhante, embora numa direção distinta, pois atravessam, dentro deste próprio artigo, tanto a subseção dedicada à História da Ciência da Informação (Araújo, 2014) quanto o panorama internacional do *Handbook* examinado na seção 2.3 (em Attar, 2026).

O movimento de recorrência, entre pessoas e entre fatos, entre vertentes que dialogam sem se citar e entre seções internas a este próprio texto, permite reformular em termos mais precisos o que o parágrafo anterior enunciou como hipótese. O metacampo articulador aqui proposto não precisa ser instituído por decreto conceitual, porque seus indícios já estão dispersos, sob nomenclaturas setoriais distintas, ao longo da literatura que este documento reuniu para outros fins.

4.5 História da Informação e Ciência da Informação: convergências, divergências e lacunas

A confrontação de Weller, Cortada, Black, historiadores da informação, e Gleick, jornalista, com a definição Borko (1968) de Ciência da Informação e os paradigmas capurrianos permite que se identifiquem convergências, divergências e lacunas interessantes de problematizar para a proposição conceitual buscada por este texto, que se enriquece, como se tentará demonstrar, quando posta em diálogo com o próprio capítulo introdutório de *Routledge Handbook of Information History*, assinado coletivamente por seus quatro organizadores, e com o posfácio de Bonnie Mak que encerra o mesmo volume.

James Gleick oferece, nesse sentido, uma síntese particularmente ambiciosa que merece registro específico neste momento. O autor argumenta que a informação sempre esteve presente no mundo, ainda que sob formas sólidas ou etéreas, e que "a História é a história da informação adquirindo consciência de si mesma" (Gleick, 2013, não paginado), com cada nova

tecnologia informacional, da escrita ao computador, transformando a natureza do pensamento humano. O autor descreve o impacto revolucionário do alfabeto como tecnologia redutiva que externalizou a memória e estruturou a experiência humana em categorias abstratas; detalha a "purificação" quantificadora de Claude Shannon em 1948, que separou a informação do significado semântico para torná-la grandeza física mensurável em *bits*; apresenta a informação como princípio vital do universo na biologia contemporânea e na física quântica; e caracteriza a transição da escassez informacional para a "enxurrada" contemporânea, na qual o ciberespaço criou uma "Biblioteca de Babel" moderna que exige constantes estratégias de busca e filtragem (Gleick, 2013).

A principal convergência entre as demais fontes reside no reconhecimento, tanto pela literatura anglófona quanto pela leitura capurriana aqui desenvolvida, de que a história da informação não pode reduzir-se à história de suportes ou tecnologias específicas, pois é essencialmente mais abrangente do que isso. Toni Weller, por exemplo, insiste que o campo se define pela ênfase no conceito de informação, e não no artefato físico que a veicula (Weller, 2010), ênfase que os próprios organizadores do *Handbook,* Black, Mak, Skouvig e Weller, viriam a converter, anos depois, em opção terminológica deliberada e coletiva, já que os editores declaram preferir o conceito de "práticas de informação" ao de "processos de informação", em específico porque este último carrega conotações tecnológicas, ao passo que aquele primeiro põe em primeiro plano a agência humana (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026), como já visto.

Tal opção lexical é consonante com a observação capurriana de que o valor informativo de qualquer objeto não é uma propriedade da coisa, mas um predicado de segunda ordem atribuído por um sujeito em um processo interpretativo social e historicamente situado (Capurro, 2003, p. 6). Assim, se permite recusar, com fundamento teórico oriundo de diferentes pontos no tempo e disciplinas, com Weller (em 2010), os editores do

Handbook (em 2026) e Capurro (em 2003) convergindo, por vias distintas, sobre o mesmo ponto, em que: uma primeira definição inadequada de História da Informação, de esta ser a história das tecnologias ou dos suportes de informação, seria uma definição que conduziria o campo a uma variante da história da técnica já consolidada (Sousa; Oliveira, 2011; Josephson, 2016; Souza, 2025) e descartaria justamente a especificidade epistemológica que a Ciência da Informação poderia agregar à investigação.

Aqui, abre-se espaço para uma complementaridade a ser explicitada, e é nesse ponto que a introdução do *Handbook* oferece a perspectiva de que os próprios organizadores distinguem, em nota, "história da informação" (*information history*), este sendo o estudo histórico das práticas informacionais, de "história da informação", no sentido de estudo conceitual da categoria (*the history of information*), este último voltado, à maneira da história dos conceitos, às mudanças na noção ou definição de "informação" ao longo do tempo (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 22). Uma História da Informação epistemologicamente consistente com preceitos da História e com as preconizações da Ciência da Informação demanda conexão entre ambas as dimensões, que nenhuma das fontes examinadas, isoladamente, parece realizar, ainda que os próprios editores, ao formularem a distinção, sinalizem já reconhecer, no plano terminológico, a necessidade dessa conexão, sem contudo operacionalizá-la por meio de um instrumento heurístico, o que aqui se faz com a adoção dos paradigmas capurrianos.

Não por acaso, a arquitetura tripartite que os organizadores conferem ao volume (Parte 2, *Visualising, Describing, Expressing*; Parte 3, *Managing, Ordering, Classifying*; Parte 4, *Circulating, Networking, Controlling)*, tonifica a mesma recusa de uma lógica estritamente sequencial, em que os editores explicitam que tais tríades verbais reúnem "modos recorrentes de lidar com a informação na vida humana" (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 6), não sendo etapas cronologicamente ordenadas de um único processo, de modo que qualquer capítulo pode, a rigor,

reivindicar mais de um desses registros simultaneamente. A opção organizativa aproxima-se, estruturalmente, mais da coexistência paradigmática proposta por Capurro do que da sucessão em estágio de autores como Alikberov (2018) e Gilchrist (2018), ainda que os editores não estabeleçam esse paralelo, o que sugere que a arquitetura do próprio *Handbook* já pressente, sem nomear, a insuficiência de esquemas puramente cronológicos para dar conta da historicidade da categoria "informação", um problema que este texto busca equacionar de modo explícito.

Cabe registrar, ainda a propósito dessa primeira divergência, que os próprios organizadores identificam o risco simétrico ao da redução tecnicista: o de diluir o objeto "informação" a ponto de convertê-lo em sinônimo de "tudo". Citando a advertência de Sheila Ritchie de que, se qualquer coisa pode conter informação e a informação pode relacionar-se a qualquer coisa, então "a história da informação pode ser a história de tudo", os editores insistem que um campo histórico "só pode funcionar eficazmente se possuir fronteiras reconhecíveis" (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 6), o que aparece em mais de um ponto da obra, inclusive. O problema de delimitação disciplinar que este texto enfrenta, como evitar, a um só tempo, a redução da História da Informação à história das técnicas e sua dissolução em uma história de tudo, encontra, portanto, eco direto nas próprias tensões que os organizadores do *Handbook* reconhecem em sua obra.

Uma segunda divergência diz respeito ao estatuto institucional do campo. Cortada e Black insistem que a História da Informação permanece conduzida majoritariamente por historiadores oriundos de tradições específicas, como a do livro, da biblioteca, do arquivo (no contexto internacional), e que apenas recentemente começou a atrair pesquisadores de outras tradições (Cortada, 2016), diagnóstico espelhado na confirmação direta na autoapresentação do próprio *Handbook,* visto que seus organizadores reivindicam a obra como "de longe a maior coletânea de estudos" a empregar o termo *information history* em seu título (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 3), descrevendo-a

explicitamente como ato simultâneo de reconhecimento e de promoção de um subcampo que consideram "legítimo" mas ainda "em crescimento".

A formulação, por si só, atesta a imaturidade institucional que Cortada e Black descrevem, na medida em que um campo plenamente consolidado dificilmente precisaria ser assim publicamente reivindicado por seus próprios organizadores. O diagnóstico, em que pese ter sido formulado para o contexto anglófono, é ainda mais acentuado no contexto brasileiro, no qual sequer existe reconhecimento do campo como tal ou agenda de pesquisa para a área, apesar de existir produção historiográfica e de historiografias setoriais, advindas tanto da História, como da Ciência da Informação, da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, que, como demonstrado na seção anterior, já produzem resultados informacionalmente importantes.

Também não é exato afirmar que a literatura examinada ignora inteiramente Capurro: os organizadores do *Handbook* incluem Rafael Capurro e Birger Hjørland, com um texto de 2003[28], entre as referências fundamentais sobre a definição de informação (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 21), e Mak, no posfácio, recorre diretamente ao filósofo para sustentar que "o principal conceito no estudo da informação não é a informação, mas a humanidade": "quando dizemos 'armazenamos, recuperamos, trocamos etc. informação', agimos como se (!) a informação fosse algo lá fora. Mas somos nós, ao contrário, que estamos lá" (Capurro *apud* Mak, 2026, p. 583-584)[29].

Nenhuma das fontes examinadas mobiliza os três paradigmas capurrianos (físico, cognitivo, social) como instrumento de organização e periodização do campo de História da Informação, ainda que Rafael Capurro seja invocado, tanto

[28] CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The Concept of Information. Annual Review of Information Science and Technology, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 343-411, 2003.

[29] No original: that the main concept in the study of information is not information, but humanity: "When we say: 'we store, retrieve, exchange etc. information' we act as if (!) information were something out there. But it is, on the contrary, we who are there."

pelos editores quanto por Mak, como autoridade sobre a pergunta filosófica "o que é informação". A própria formulação de Mak converge, sem o declarar, com o predicado de segunda ordem que Capurro atribui à informação, em que se lê que, para a autora, "o objeto primário de investigação da história da informação não é aquilo que é informativo, mas as condições em que algo pode vir a ser informativo" (Mak, 2026, p. 584)[30], de modo que a disciplina se define como "exploração humanística de como a informação se torna informação" (Mak, 2026, p. 584)[31]. Capurro (2003) e Mak (2026), assim, convergem, ainda que não explicitada por Mak (2026), mas reconstituível pela leitura cruzada, sendo isso o tipo de ponte teórica que os paradigmas capurrianos, mais situados no bojo da CI, se mobilizados como instrumento organizador, poderiam tornar explícita e produtiva para a historiografia da informação.

A partir das antepostas convergências, divergências e lacunas, este texto formula uma definição de trabalho, auxiliar, para CI, com base na História da Informação, nestes termos:

> *"a História da Informação no contexto da Ciência da Informação é a perspectiva interdisciplinar de investigação que toma por objeto os processos históricos de produção, organização, circulação, mediação, uso, preservação e transformação da informação, conforme ciclo proposto por Harold Borko, compreendida como categoria cuja própria definição, física, cognitiva ou social, nos termos de Rafael Capurro, se transforma historicamente em relação às instituições, às tecnologias e às comunidades interpretativas que a produzem e a utilizam, consonante ao que a História da Informação formula para si quando diz que investiga a maneira pela qual a informação se constitui socialmente, antes de o que já se apresenta como informativo".*

[30] No original: *The primary object of investigation in information history is not that which is informative, but the conditions in which something may come to be informative.*
[31] No original: *In other words, information history is a humanistic exploration of "how information becomes information".*

Trata-se de perspectiva, e não necessariamente de disciplina autônoma, na medida em que sua consistência depende do diálogo permanente com a História, a História da Informação e com as historiografias setoriais já consolidadas, como a do livro, do arquivo, da biblioteca, do museu, da ciência, das ideias, da educação, da comunicação, e tantas outras que tomem a informação e suas condições de possibilidade e desdobramentos como elemento mais ou menos explícito, cuja produção não pretende substituir, mas conduzir sob um eixo de leitura comum.

A perspectiva relaciona-se com a Ciência da Informação na medida em que retoma, de modo diacrônico, os mesmos processos que Harold Borko (1968) elenca como constitutivos do objeto da disciplina (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, transformação, uso), processos que, não coincidentemente, ecoam o vocabulário com que os próprios organizadores do *Handbook* descrevem as práticas de informação: "criação, coleta, organização, gestão, falsificação, sistematização ou comunicação da informação" (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 3-4), investigando como esses processos e as categorias que os explicam se transformaram ao longo do tempo, e mobiliza os paradigmas de Rafael Capurro como instrumental para reconhecer, nessa transformação, ênfases predominantemente físicas, cognitivas ou sociais em cada vertente historiográfica e em cada período.

Relaciona-se com a História na medida em que depende de seus métodos de crítica documental, de periodização e de contextualização, mas dela se distingue por tomar a historicidade da própria categoria "informação", e não apenas de seus suportes, instituições ou atores, como problema de pesquisa explícito, o que a aproxima do que Onno Boonstra, Leen Breure e Peter Doorn descrevem, para o contexto internacional, como investigação do "ciclo de vida" da informação através das etapas de sua criação, registro, transmissão, armazenamento, recuperação, reuso ou perda (Boonstra, Breure, Doorn, 2006), e do que Mak, no encerramento do volume, formula como recusa de narrativas de

causação simples em favor de uma causalidade múltipla, nos termos de que "a história busca cadeias causais e não teme, já que a vida assim as revela, encontrá-las múltiplas" (Bloch *apud* Mak, 2026, p. 584), princípio metodológico que também deveria orientar a articulação, aqui proposta, entre o ciclo borkoniano e os paradigmas capurrianos, evitando que qualquer um dos dois esquemas seja tomado como explicação suficiente e exclusiva da transformação histórica da informação.

Suas possibilidades interdisciplinares estendem-se, como demonstrado anteriormente, à Arquivologia, à Museologia, à Biblioteconomia, à Educação, à História da Ciência, à história das ideias, à história intelectual, à história dos conceitos, à história visual e à história da comunicação, entre outras, na medida em que todas essas tradições já produzem, sob nomenclaturas próprias, resultados que uma leitura paradigmática capurriana permite reorganizar sob o eixo informacional comum, na medida em que seus objetos se relacionam com o objeto informação.

Seus limites residem, primeiro, no risco de dissolução conceitual apontado pela própria Weller (2011), sendo a ausência de uma história da informação única, dada a abertura do tema a múltiplas definições contextuais (Weller, 2011), risco que, como visto, os próprios organizadores do *Handbook* reconhecem sob outra formulação, a da "história de tudo" que uma noção elástica demais de informação ameaça produzir (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026, p. 6), o que exige que a perspectiva aqui proposta seja permanentemente justificada por sua capacidade explicativa específica, e não apenas reivindicada por decreto terminológico; e, segundo, na ausência, até o momento, de institucionalização curricular ou associativa equivalente à que Cortada e Black reivindicam para o contexto anglófono, o que situa a proposição deste trabalho como agenda de pesquisa a ser desenvolvida.

Assim, a nota com que Mak encerra o *Handbook*, a de que, também diante da inteligência artificial contemporânea, "a informação e suas tecnologias são expressões da humanidade, e é portanto às humanidades que devemos recorrer para sua

interpretação e, de fato, sua curadoria" (Mak, 2026, p. 583)[32], confere urgência contemporânea à agenda de pesquisa que este texto busca delinear.

A definição de trabalho proposta anteriormente condensa, em um único enunciado, o duplo movimento que sustenta toda a argumentação deste documento, a saber, a retomada do ciclo processual de Borko (1968) como inventário do que a Ciência da Informação reconhecia como constitutivo de seu objeto, e a mobilização dos paradigmas físico, cognitivo e social de Capurro (2003) como grade de leitura capaz de qualificar epistemologicamente cada uma dessas operações. Antes de conduzir essa síntese à discussão sobre a incipiência da produção brasileira, que ocupa a seção seguinte, é exposta a Figura 1, cuja arquitetura concêntrica permite tornar simultaneamente legíveis três planos que a exposição das seções 4.3 e 4.4, por necessidade discursiva, apresentou em sequência.

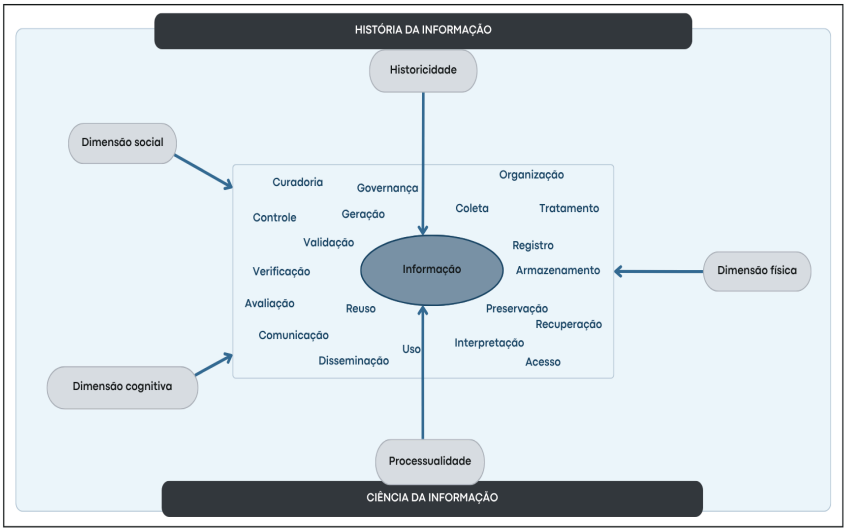
A figura organiza-se em três envoltórios retangulares dispostos em torno do termo *informação*, situado em seu núcleo. O primeiro envoltório retoma e atualiza o vocabulário processual que Borko (1968) propõe, **origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação** e **uso**, aqui rebatizados, respectivamente, como **geração, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, comunicação, tratamento** e **uso**, e o expande mediante operações que a literatura reunida neste texto já reconhecia como parte do mesmo ciclo, ainda que sob rótulos dispersos: a **curadoria** e a **governança**, associadas à formação e à gestão institucional do acervo, à maneira do que a nota final de Mak (2026, p. 589) e a arquitetura de governança estatal examinada na Parte III do *Handbook* (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026) já sugeriam; a **validação**, a **verificação** e a **avaliação,** que

[32] No original: If the study of information is the study of the human condition, then the humanities—and history in particular—have much to offer. Indeed, a historical perspective on the question of information transfixes attention on the human endeavour.

nomeiam o controle de qualidade informacional cuja gênese, ainda que anterior, a seção de Introdução já localizara na censura erudita de Perotti e na advertência de Regiomontanus (Burke, 2002); o **registro,** a **disseminação** e o **reuso**, que retomam o vocabulário do ciclo de vida da informação proposto por Boonstra, Breure e Doorn (2006); a **preservação**, termo que a própria definição de trabalho da seção anterior já incorporara; e o **acesso**, categoria recorrente tanto na literatura internacional quanto no diagnóstico que a seção seguinte fará da agenda brasileira. Inclui-se, por fim, o **controle** como dimensão autônoma, precisamente a ausência que a seção 2.3 já apontara como lacuna sintomática de um modelo formulado antes que a virada crítica e pós-colonial tornasse inescapável nomear as relações de poder inscritas em todo processo informacional.

O segundo envoltório dispõe as três dimensões capurrianas, física, cognitiva e social, como possibilidades de leitura disponíveis, em princípio, para qualquer uma delas, de modo consoante à advertência, já registrada na seção 4.4, de que os paradigmas não se sucedem linearmente, tampouco esgotam, isoladamente, o fenômeno informacional a que se referem (Capurro, 2003, p. 2). O terceiro envoltório, por fim, emoldura o conjunto sob os dois campos disciplinares que este texto se propôs aproximar, a História da Informação e a Ciência da Informação, explicitando que tanto o ciclo processual quanto a leitura paradigmática que sobre ele se projeta permanecem disponíveis à apropriação de ambos, qualquer que seja a operação, qualquer que seja a dimensão eleita como ponto de partida da investigação.

Figura 1: Síntese visual da argumentação



Fonte: elaborado pelo autor (2026).

4.6 História da Informação no contexto brasileiro

Há uma agenda totalmente aberta na pesquisa brasileira em relação ao tema. Na produção brasileira em Ciência da Informação, o levantamento realizado junto à Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) revela que apenas dois textos ostentam a expressão "história da informação" diretamente em seus títulos, o que sugere, por si só, a incipiência relativa desse subcampo no contexto nacional quando comparado à sua consolidação em tradições anglófonas, indício que reforça a pertinência de obras de referência como o *Handbook* ora em exame.

O primeiro desses trabalhos, de autoria de Silva *et al.* (2026), intitulado *A história profunda da informação, ou, por uma pré-história da informação: da ação recíproca dos constituintes físicos do mundo à invenção da escrita*, filia-se a uma perspectiva de larguíssima duração, que recua até os constituintes físicos do mundo e as transformações genéticas da espécie para situar a gênese da capacidade humana de informar e ser informado.

Os autores concluem que a história profunda evidencia a informação como resultante de uma complexa imbricação de fatores biológicos e sociais, de modo que as mudanças genéticas, articuladas às pressões adaptativas de sobrevivência, teriam propiciado o desenvolvimento, ao longo do processo evolutivo, de uma capacidade consciente e efetiva de informar e ser informado, capacidade que antecederia, portanto, a própria invenção da escrita. Advogam, ainda, pela continuidade dos estudos que articulam informação e pré-história, defendendo sua incorporação como agenda legítima de pesquisa dentro do desenvolvimento paradigmático da própria Ciência da Informação.

Já o segundo trabalho, de Ribeiro (2023), *Uma história da informação e seus efeitos éticos e epistemológicos*, apresentado nos Anais do VII Congresso Brasileiro em Organização do Conhecimento (ISKO Brasil), orienta-se por uma vertente distinta, de caráter mais propriamente epistemológico do que genealógico-biológico, situando-se no diálogo com a epistemologia histórica e a história das ciências. O trabalho de Ribeiro (2023) parece ir mais na direção da história do conceito de informação do que a História da Informação/história da informação, propriamente dita. A autora projeta para essa pesquisa uma tríplice contribuição: epistemológica, na medida em que se propõe a examinar as condições de possibilidade dos conceitos sobre os quais a Ciência da Informação e, mais especificamente, a Organização da Informação e do Conhecimento (OIC) se sustentam; metodológica, porquanto pretende atualizar, no âmbito da CI, uma vertente da filosofia e da epistemologia histórica, o que implicaria a modelagem de um processo investigativo próprio ao campo; e histórica, ao buscar lançar uma nova ótica sobre as trajetórias constitutivas da CI e da OIC.

No que se refere à ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, a maior congregação de pesquisadores da informação no Brasil, a Ementa do GT 1,"Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da

Informação" é, estruturalmente, história de uma disciplina (que tem a informação como objeto), não história de um objeto (a informação). A maior parte da ementa confirma essa leitura internalista, de que ao GT importam as biobibliografias de "pessoas filósofas, epistemólogas, historiadoras e metodólogas da Ciência da Informação", "escolas de pensamento, correntes teóricas", "constituição e desenvolvimento teórico e metodológico do campo científico informacional", "níveis de integração disciplinar em Ciência da Informação" (ANCIB, [sem data], texto digital), isso é historiografia da ciência aplicada à CI, no mesmo gênero de uma história da física ou da economia enquanto disciplinas, com seus fundadores e escolas.

Há, no entanto, uma frase na ementa que resiste um pouco a essa leitura, "Filosofia e história da informação, do documento e do livro" (ANCIB, [sem data], texto digital), que nomeia "informação" como objeto. Mas ela aparece encapsulada numa tríade com "documento" e "livro", ou seja, ainda filtrada pelo vocabulário conceitual-filosófico interno à CI (Capurro, Buckland, a discussão sobre o que é informação), não pela metodologia historiográfica de recorte transepocal e transcultural que o *Handbook* pratica (do Império Romano aos *khipus* andinos, à Wikipédia, etc.). É a diferença entre perguntar "o que os pensadores da CI disseram sobre informação ao longo do tempo" e perguntar "como sociedades específicas, em momentos específicos, produziram e disputaram aquilo que reconheciam como informação", esta segunda é o objeto deste texto, no momento, parece não estar representada na ementa do GT1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa que orientou este texto perguntava em que medida a aproximação entre História e Informação permite pensar a História da Informação como campo de investigação pertinente também à Ciência da Informação. Ao final do percurso realizado, sustenta-se uma resposta afirmativa, ainda

que não incondicional. A aproximação é pertinente na exata medida em que os processos que Borko (1968) situa como constitutivos do objeto da Ciência da Informação, origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, utilização, amplamente referenciados neste texto são, por definição, temporais, e portanto comportam investigação histórica sem que seja necessário importar de fora uma característica que já lhes é interna.

A afirmação também se sustenta na medida em que os três paradigmas que Capurro (2003) reconhece como epistemologicamente sucessivos, mas não linearmente sucessivos, físico, cognitivo e social, oferecem instrumento apto a organizar, sob eixo comum, historiografias setoriais que, dispersas entre a Ciência da Informação e campos vizinhos, e na História e campos avizinhados, já investigam dimensões informacionais de seus respectivos objetos sem se reconhecerem enquanto tal.

A resposta não é incondicional porque, como se argumentará adiante, a pertinência epistemológica que se encontrou não encontra, ainda, correspondência institucional no contexto brasileiro, o que situa a proposição em tela como a tentativa de abertura de uma agenda a ser perseguida pela CI brasileira.

O argumento proposto desenvolveu-se em dois sentidos complementares, onde residem as contribuições pretendidas para este texto. **No primeiro sentido**, que vai da História da Informação para a Ciência da Informação, reconstruíram-se, a partir do *Routledge Handbook of Information History* (Black; Mak; Skouvig; Weller, 2026), os termos em que se consolidou, no plano internacional recente, um campo próprio de investigação histórico da informação, um campo que se distingue do que é feito até então na História da Ciência e na História do Conhecimento, e que resiste à tentação de se converter em sinônimo de uma história de tudo.

É dessa tensão que nasce o **segundo sentido do argumento**, que vai da Ciência da Informação para a História da Informação. Tomou-se o instrumental epistemológico da própria disciplina, a

partir de dois expoentes do campo, definição de Harold Borko e, sobretudo, os paradigmas de Rafael Capurro, como matriz capaz de organizar, sob um mesmo fio condutor, vertentes historiográficas que, de outro modo, coexistem na maior parte do tempo sem um diálogo entre si, na medida em que se voltam para objetos específicos: a História do Livro e a História da Cultura Material, ancoradas na materialidade do artefato; a História das Ideias e a História da Ciência, ancoradas no conteúdo cognitivo apropriado por sujeitos; a História dos Arquivos, das Bibliotecas e dos Museus, ancoradas no regime institucional que regula o acesso e a circulação da informação em rede social.

E se fosse a História da Informação, gestionada pela História e pela Ciência da Informação, a ponte que conecta todos esses horizontes de pesquisa?

O exercício de aproximação permitiu identificar, no confronto entre o esquema de Borko e a arquitetura do *Handbook,* tomada como obra de referência e, pela ostensividade, também como inaugural do campo da História da Informação, três disjunções que este texto considera importantes para qualquer aproximação futura entre os dois campos.

A primeira é de ordem temporal: na qual Borko pressupõe sequência, ainda que implícita, entre origem, coleta e utilização, o *Handbook* propõe simultaneidade entre registros de prática que não se sucedem, mas se sobrepõem em qualquer situação histórica concreta.

A segunda é de ordem política: o esquema borkoniano, formulado antes que a virada crítica e pós-colonial atravessasse as Humanidades, não isola uma dimensão de controle sobre a informação, ao passo que o *Handbook,* ao nomear explicitamente o controle como eixo organizador de sua terceira parte, tematiza aquilo que Borko deixa implícito ou ausente.

A terceira, e mais decisiva, é de ordem ontológica: Borko toma a informação como dado relativamente estável, cujas etapas de processamento podem ser descritas sem maior indagação sobre as condições históricas de sua emergência como categoria; o

Handbook, ao contrário, recusa-se a tratar a informação como objeto dado de antemão, e propõe investigar as condições sob as quais algo passa a ser reconhecido como informativo em determinado contexto histórico, para o humano.

Logo, a Ciência da Informação, se se lançar à história da informação, à historicidade da informação, à historicização da informação e à historiografia da informação, não pode, sob pena de contradição, tratar a informação como dado estável, posto.

Um terceiro movimento, menos evidente que os dois anteriores, mas igualmente necessário ao argumento, consistiu em examinar a historiografia da própria Ciência da Informação como manifestação endógena do objeto que ela própria investiga. Se a Ciência da Informação nasceu, na sua vertente física, sob hegemonia da Teoria Matemática da Comunicação, para em seguida atravessar o paradigma cognitivo e consolidar-se, na leitura capurriana, sob paradigma social e pragmático, então a trajetória institucional da disciplina, da Documentação de Otlet e La Fontaine à fundação das primeiras associações científicas do pós-guerra, é ela mesma um objeto legítimo de História da Informação, em muito maior medida que o pano de fundo biográfico contra o qual a disciplina se ergue.

A Ciência da Informação não precisa buscar fora de si um objeto de investigação histórica que já não possua; o que precisa é, antes, reconhecer que sua própria historiografia disciplinar, praticada há décadas sob o rótulo de História da Ciência da Informação, constitui um caso particular do programa mais amplo de investigação que este texto defende.

Quanto ao contexto brasileiro, que motivou desde o início a formulação do problema de pesquisa, o diagnóstico alcançado é mais modesto. A produção indexada na Base de Dados em Ciência da Informação praticamente não reconhece a expressão "história da informação" como categoria própria, e a ementa do principal grupo de trabalho da área dedicado a estudos históricos e epistemológicos, no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, permanece orientada

por uma historiografia internalista, preocupada com escolas de pensamento e biobibliografias disciplinares, mas distante da pergunta que aqui se formula.

A contribuição deste trabalho reside em encarar que a História da Informação, se aplicada no contexto brasileiro a partir da lente da Ciência da Informação, tratar-se-á de uma perspectiva, cuja consistência dependerá do diálogo permanente com a História como disciplina, com a *Information History* internacional e com as historiografias setoriais já consolidadas, tanto no Brasil, quanto fora dele, cuja produção este texto nunca pretendeu substituir, antes conduzir sob um eixo de leitura comum.

A História da Informação, nesses termos, é a perspectiva interdisciplinar de investigação que toma por objeto os processos históricos de produção, organização, circulação, mediação, uso, preservação e transformação da informação, conforme o ciclo proposto por Borko, compreendida como categoria cuja própria definição, física, cognitiva ou social, nos termos de Capurro, se transforma historicamente em relação às instituições, às tecnologias e às comunidades interpretativas que a produzem e a utilizam. Com isso, não se busca transformar a história da informação em uma "história de tudo", nem subsumi-la à História da Ciência da Informação. Nem tomá-la de outras vertentes historiográficas.

Desses limites decorrem, com relativa naturalidade, os desdobramentos que se sugerem como agenda de pesquisa futura. Em primeiro lugar, recomenda-se a aplicação sistemática da tipologia paradigmática proposta a estudos de caso específicos da historiografia brasileira, de modo a testar empiricamente sua capacidade explicativa para além do exercício classificatório de largo espectro realizado neste texto, e a verificar, em cada caso concreto, se a alocação paradigmática proposta resiste ao exame de fontes primárias já disponíveis à pesquisa nacional.

Em segundo lugar, sugere-se a constituição, no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e de outros fóruns e eventos da área, de agenda de

pesquisa que nomeie explicitamente a história da informação (substantivo comum) e a História da Informação (a disciplina), como objeto de interesse da Ciência da Informação.

Em terceiro lugar, recomenda-se o aprofundamento comparativo entre o modelo processual de Borko e arquiteturas classificatórias alternativas à capurriana, inclusive a própria arquitetura do *Handbook*, de modo a testar eficácia da escolha aqui defendida frente a outras possibilidades igualmente legítimas.

Coloca-se, contudo, uma ressalva. Nem o cientista da informação, nem o museólogo, nem o arquivista, nem o bibliotecário são, por força de seu ofício, historiadores, e não é esse o estatuto que este texto lhes atribui ao propor uma investigação histórica dos objetos que cada um desses campos toma para si. O que se defende é distinto e mais modesto, que tais profissionais, e os pesquisadores que os formam, podem e devem preocupar-se com a dimensão histórica de seus objetos, o livro, o documento, o acervo, a coleção, o próprio fluxo informacional, não para substituir o historiador nem para produzir historiografia à revelia de seus métodos, pelo contrário, tendo em vista incorporar à prática e à pesquisa de cada campo uma consciência da historicidade que já lhes é constitutiva.

Nesse âmbito, se sustenta um diálogo permanente com a História enquanto disciplina, com seus métodos de crítica documental, de contextualização, e com os historiadores que já produzem, sobre esses mesmos objetos, historiografia rigorosa. Não é objetivo tornar historiadores os profissionais da informação, se espera, na verdade, reconhecer que a história de seus objetos lhes diz respeito diretamente, e que ignorá-la empobrece tanto a prática quanto a pesquisa desses campos, na exata medida em que os priva de compreender por que seus objetos são o que são, e não outra coisa, em determinado momento e lugar.

Resta, ao final deste percurso, uma observação que extrapola os limites estritos da argumentação teórico-conceitual, mas que não lhe é estranha. Investigar historicamente a informação é, em

última instância, investigar as condições sob as quais uma sociedade decide o que vale a pena lembrar, organizar, transmitir e preservar, e o que, ao contrário, permanece condenado ao esquecimento, à dispersão ou à ilegibilidade.

REFERÊNCIAS

ABELLÁN, Joaquín *et al.* Historia de los conceptos (Begriffsgeschichte) e Historia Social. A propósito del diccionario Geschichtliche Grundbegriffe. Revista de Estudios Histórico-Jurídicos, n. 14, 1991. Disponível em: https://www.rehj.cl/index.php/rehj/article/download/193/184. Acesso em: 2 set. 2026.

ADLER, Melissa. "There Must be Something Vicious in the Data": Thomas Jefferson's Techniques of Racialisation in the Production of Data, Facts, and Information. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 110-123. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

ALCÂNTARA, Ana Roberta Vieira de. As revoluções na comunicação e no mercado: da cultura oral à cibercultura. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2019. Disponível em: arquivo.bocc.ubi.pt/pag/alcantara-ana-2019-revolucoes-comunicacao-mercado.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

ALVARES, Lillian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. Transinformação, v. 22, n. 3, p. 195-205, 2010.DOI: https://www.scielo.br/j/tinf/a/rQZcj9bqkmQW5xrpLK8Z8NL/?lang=pt. Acesso em: 2 set. 2026.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. O que é história da ciência. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

ALIKBEROV, Alikber Kalabekovich. About the question of the periodization of history in the paradigm of the information approach. RUDN Journal of World History, v. 10, n. 1, p. 7-16, 2018. DOI: https://doi.org/10.22363/2312-8127-2018-10-1-7-16. Acesso em: 2 set. 2026.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história intelectual. Tempo Social, v. 19, n. 1, p. 9-17, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100001. Acesso em: 2 set. 2026.

ALVES, Leonardo Marcondes. História das Ideias: conceitos através dos tempos. Ensaios e Notas, 2013. Disponível em: https://ensaiosenotas.com/2013/01/09/historia-das-ideias-a-criatividade-atraves-dos-tempos/. Acesso em: 2 set. 2026.

ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Coordenações e ementas de GTs. [Sem data]. Disponível em: https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/. Acesso em: 2 set. 2026.

ARAÚJO, Ana Paola da Silva Salgado. Da imprensa de Gutenberg aos meios de comunicação de massa: "uma revolução no conhecimento". 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1225/1/TCC.pdf. Acesso em: 6 jul. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. Revista Analisando em

Ciência da Informação, v. 5, n. 2, p. 10-29, 2017. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/racin/pt_BR/article/view/3944. Acesso em: 2 set. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Information science in dialogue with archival science, library science and museum studies: the recent Brazilian experience. Zagadnienia Informacji Naukowej–Studia Informacyjne, v. 58, n. 1A (115A), p. 24-42, 2020. Disponível em: https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=914725. Acesso em: 2 set. 2026.

ASPRAY, William *et al.* (Ed.). Computing before computers. Ames: Iowa State University Press, 1990, 266 p.

ASPRAY, William. The History of Computing: The Development of an Information History Field. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 353-367. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

ATTAR, Karen. Representing Information in the Western World: Classification, Cataloguing, and the Library Context since Industrialisation. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 338-352. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

AZEVEDO, Alexander Wiilian. A construção da ciência da informação na pós-modernidade: dialética histórica. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 7, n. 1, p. 71-82, 2009. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v6i2.1989. Acesso em: 2 set. 2026.

BALBI, Gabriele *et al.* Information and Communication Theories: A Global History of the (Con)fusion. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 536-551. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

BARBIER, Frédéric. Histoire des bibliothèques: d'Alexandrie aux bibliothèques virtuelles. 2. ed. Rev. AUGM. Malakoff: Armand Colin, 2016.

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. (org.). Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. 2007. p. 15-34.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000300010. Acesso em: 2 set. 2026.

BARROS, José D'Assunção. História cultural e história das idéias: diálogos historiográficos. Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias, v. 21, p. 259-286, 2005. DOI: https://doi.org/10.4000/cultura.3353. Acesso em: 2 set. 2026.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. A construção discursiva em arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/93667. Acesso em: 2 set. 2026.

BASSALO, José Maria Filardo. A importância do estudo da história da ciência. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, n. 8, p. 57-66, 1992. Disponível em:

https://rbhciencia.emnuvens.com.br/rsbhc/article/view/425. Acesso em: 2 set. 2026.

BELO, André. História & livro e leitura. São Paulo: Autêntica, 2013. 116 p.

BEDOS-REZAK, Brigitte Miriam. Information and Its Forms: Documentary Practices in the Medieval West (Mid-Ninth to Mid-Thirteenth Centuries). In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 52-77. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

BESSONE, Tania. A história do livro e da leitura: novas abordagens. FLOEMA: Caderno de Teoria e História Literária, n. 5a, 2009. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/floema/article/download/1758/1496. Acesso em: 2 set. 2026.

BLACK, Alistair. Information history. Annual Review of Information Science and Technology, v. 40, n. 1, p. 441-473, 2006. DOI: https://dl.acm.org/doi/abs/10.5555/1658822.1658840. Acesso em: 2 set. 2026.

BLACK, Alistair; MAK, Bonnie. Period, theme, event: Locating information history in history. In: Information and Power in History. London: Routledge, 2020. p. 18-36. DOI: https://doi.org/10.4324/9780429438738. Acesso em: 2 set. 2026.

BLACK, Alistair. Information, Topography, and War: Information Management in Britain's Inter-Service Topographical Department (ISTD) in the Second World War. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 264-279. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura; WELLER, Toni. Situating Information History: The History and Historiography of Information and Its Practices. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 3-34. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

BLAIR, Ann. The rise of note-taking in early modern Europe. Intellectual History Review, v. 20, n. 3, p. 303-316, 2010. DOI: https://doi.org/10.1080/17496977.2010.492611. Acesso em: 2 set. 2026.

BLOCH, Marc. Apologia da história: ou o ofício de historiador. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução de André Telles. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BOHRER, Iza N. *et al.* A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: Jornada Nacional de Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais, 14., 2008, Santa Maria. Anais eletrônicos... Santa Maria: UNIFRA, 2008. Disponível em: http://www.unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

BOONSTRA, Onno; BREURE, Leen; DOORN, Peter. Past, present and future of historical information science. Historical Social Research/Historische Sozialforschung, p. 4-132, 2006. Disponível em: http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/34839. Acesso em: 2 set. 2026.

BORKO, Harold. Information science: what is it? American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.5090190103. Acesso em: 2 set. 2026.

BOTO, Carlota. Cem anos de discursos sobre a leitura: mais um. Revista USP, n. 29, p. 201-208, 1996. Disponível em:

https://revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/25900/27632. Acesso em: 2 set. 2026.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 17, 1998. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11178. Acesso em: 2 set. 2026.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S. Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas. Orientador: Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1165. Acesso em: 2 set. 2026.

BROMBERG, Carla. History of science: the problem of cataloging, knowledge indexing and information retrieval in the digital space. Circumscribere: International Journal for the History of Science, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.23925/1980-7651.2018v21;p41-55. Acesso em: 2 set. 2026.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. Cadernos de Sociomuseologia, v. 9, n. 9, 1996. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291. Acesso em: 2 set. 2026.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento 1: de Gutenberg a Diderot. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento 2: da Enciclopédia à Wikipédia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. Estudos Avançados, v. 16, n. 44, jan./abr., 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000100010. Acesso em: 2 set. 2026.

BURKE, Peter. O que é história do conhecimento? Tradução de Claudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2016. 211 p.

BRYANT, Antony. "Men Are Engineers, Women Are Computers": Women and the Information Technology Interregnum. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 308-323. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 10 nov. 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

CAPURRO, Rafael. Past, present, and future of the concept of information. TripleC: communication, capitalism & critique. open access journal for a global sustainable information society, v. 7, n. 2, p. 125-141, 2009. DOI: https://doi.org/10.31269/triplec.v7i2.113. Acesso em: 2 set. 2026.

CAPURRO, Rafael. A Short Note on the History of the Concept of Information. Information, v. 10, n. 10, p. 305, 2019. DOI: https://doi.org/10.3390/info10100305. Acesso em: 2 set. 2026.

CARRIÈRES, Henri. Uma Apresentação Concisa da História Conceitual. Cadernos de Sociologia e Política, n. 8, p. 55-71, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/cadernos8.pdf#page=52. Acesso em: 2 set. 2026.

CARVALHO, José Maurício de. História da filosofia e tradições culturais: um diálogo com Joaquim de Carvalho. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

CARVALHO, Kátia de. O admirável mundo da informação e do conhecimento: livro impresso em papel e livro eletrônico. Biblios: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología, n. 24, p. 4, 2006. Disponível em: https://agora.edu.es/servlet/articulo?codigo=2152124. Acesso em: 2 set. 2026.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França. Foucault e a História do Pensamento. DoisPontos, v. 19, n. 3, 2022. DOI: https://doi.org/10.5380/dp.v19i3.86609. Acesso em: 2 set. 2026.

CERUZZI, Paul. Punched-card Systems and the Early Information Explosion 1880-1945. Journal of the Association for Information Science and Technology, 2009. Lars Heide. Baltimore: Johns Hopkins University Press. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.21205. Acesso em: 2 set. 2026.

CHARTIER, Roger. História do livro e da leitura e a "verdade" na História. Revista Heterotópica, v. 2, n. 1, p. 40-50, 2020. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/download/55559/29139/231973. Acesso em: 2 set. 2026.

CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 2002.

CORTADA, James W. Shaping information history as an intellectual discipline. Information & Culture, p. 119-144, 2012.

DOI: https://www.jstor.org/stable/26855112. Acesso em: 2 set. 2026.

CORTADA, James W. New approaches to the history of information: Ecosystems, infrastructures, and graphical representations of information. Library & Information History, v. 32, n. 3, p. 179-202, 2016. DOI: https://doi.org/10.1080/17583489.2016.1186480. Acesso em: 2 set. 2026.

CORTADA, James W. How Information Changed Between the Late Nineteenth Century and World War II. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 471-484. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. Museu e Museologia. Tradução. Rio de Janeiro: MAST, 2009. Acesso em: 18 set. 2026.

DARNTON, Robert. "O que é a história do livro?" revisitado. ArtCultura, v. 10, n. 16, 2008. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/download/1503/2758. Acesso em: 2 set. 2026.

DE VARES, Sidnei Ferreira. Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República Francesa. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, n. 2, p. 481-481, 2014. Disponível em: https://contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/24. Acesso em: 2 set. 2026.

DIAS, Débora. A longa "República das Letras" e o século dos intelectuais: notas para a história das bibliotecas no Ocidente. Investigación Bibliotecológica, v. 33, n. 81, p. 157-178, 2019. DOI:

https://doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2019.81.58065. Acesso em: 2 set. 2026.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. Na pré-história das bibliotecas. In: Da memória do mundo. [S. l.: s. n.], 1996. p. 33. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4701.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

DICK, Archie L. Dynamics of the Human Element in South Africa's Information History. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 566-580. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

DIÓGENES, Fabiene Castelo Branco; CUNHA, Murilo Bastos da. Desenvolvimento das universidades e bibliotecas universitárias na idade média até à modernidade. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 15, n. 1, p. 99-129, 2017. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v15i1.8646007. Acesso em: 2 set. 2026.

DUPRÉ, Sven; SOMSEN, Geert. The history of knowledge and the future of knowledge societies. Berichte zur Wissenschaftsgeschichte, v. 42, n. 2-3, p. 186-199, 2019. DOI: https://doi.org/10.1002/bewi.201900006. Acesso em: 2 set. 2026.

DURING, Marten *et al.* Reuse at Scale: An interface for the exploration of text reuse data in semantically enriched historical newspapers. Frontiers in Big Data, 2023. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/big-data/articles/10.3389/fdata.2023.1249469/full. Acesso em: 2 set. 2026.

DUTRA, Larissa Fernandes *et al*. Museus: de gabinetes de curiosidades a especializados sistemas de informação. AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, v. 11, p. 1-11,

2022. DOI: https://doi.org/10.5380/atoz.v11i0.84213. Acesso em: 2 set. 2026.

EIJKING, Jan. Brain worlds: information order and interwar intellectual cooperation. European Journal of International Relations, 2024. DOI: https://doi.org/10.1177/13540661241279711. Acesso em: 2 set. 2026.

ELIOT, Simon. AR KNYGOS ISTORIJA TURI ATEITĮ?. Knygotyra, v. 54, p. 9-18, 2010. Disponível em: https://www.zurnalai.vu.lt/knygotyra/en/article/view/3591. Acesso em: 2 set. 2026.

FARBØL, Rosanna; SYLVEST, Casper. Sensitive Information: Knowing and Preparing for Nuclear War during the Cold War. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 295-307. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

FIGUEIREDO, Ranielle Menezes de. Museus de Paleontologia: dos Gabinetes de Curiosidade aos Museus de Historia Natural. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SE, 4., 2018, São Cristóvão. Anais [...]. São Cristóvão: ANPUH-SE, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.se.anpuh.org/resources/anais/8/1540384285_ARQUIVO_AnpuhSE.pdf. Acesso em: 17 set. 2026.

FIORAVANTI, Carlos. Das cartas jesuíticas aos blogs de ciência: a diversidade de vozes e formas de noticiar o conhecimento científico no Brasil Parte III–desde 1950. SciELO Preprints, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2541. Acesso em: 2 set. 2026.

FOUQUET, Roger. The digitalisation, dematerialisation and decarbonisation of the global economy in historical perspective: the relationship between energy and information since 1850.

Environmental research letters, v. 19, n. 1, p. 014043, 2024. DOI: https://doi.org/10.1088/1748-9326/ad11c0. Acesso em: 2 set. 2026.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 11, p. 6-19, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-99362006000100002. Acesso em: 2 set. 2026.

FRIEDRICH, Markus. Families as Communities of Information. Or: The Importance of Knowing Your Relatives. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 501-515. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

FROHMANN, Bernd. Knowledge and power in information science: toward a discourse analysis of the cognitive viewpoint. In: CAPURRO, Rafael; WIEGERLING, Klaus; BRELLOCHS, Andreas (Eds.). Informationsethik. Konstanz: UVK, 1995. p. 273-286. Publicado originalmente com o título "The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint" em: Journal of Documentation, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/14044812/The_power_of_images_a_discourse_analysis_of_the_cognitive_viewpoin. Acesso em: 2 set. 2026.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000). Revista História da Educação, v. 12, n. 26, p. 219-246, 2008. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627132010. Acesso em: 2 set. 2026.

GILCHRIST, Alan. From punched cards to Google: an outline history of information retrieval. Scire: Representación y

Organización del Conocimiento, 2018, p. 13-21. DOI: https://doi.org/10.54886/scire.v24i1.4598. Acesso em: 2 set. 2026.

GLAJAR, Valentina; PETRESCU, Corina L. Factual Fictions and Fictionalised Facts in the Reports of the Romanian Secret Police. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 485-500. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

GLEICK, James. A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GÖDERLE, Wolfgang Thomas; REHBEIN, Malte; GERSTMEIER, Markus. Advancing Historical Research Through AI and Data-Centric Approaches. Histories, v. 6, n. 3, p. 38, 2026. DOI: https://doi.org/10.3390/histories6030038. Acesso em: 2 set. 2026.

GREENGRASS, Mark; RENTET, Thierry; GAL, Stéphane. The Hinterland of the Newsletter: Handling Information in Space and Time. News networks in early modern Europe, p. 616-40, 2016. DOI: https://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w8h1ng.34. Acesso em: 2 set. 2026.

GUIMARÃES, Gildo. Das máquinas de calcular à informática. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, n. 17, p. 21-28, 1997. Disponível em: https://rbhciencia.emnuvens.com.br/rsbhc/article/view/512. Acesso em: 2 set. 2026.

HASANAH, Nuning; SUHARTO, Toto. Sejarah Pelestarian dan Penyebaran Informasi: Menuju Masyarakat Informasi. TADWIN: Jurnal Ilmu Perpustakaan dan Informasi, v. 4, n. 2, p. 102-114, 2023. DOI: https://doi.org/10.19109/tadwin.v4i2.20773. Acesso em: 2 set. 2026.

HAWKLEY, Ethan. Where's Walden?: Searching, Googling, Reading, and Living in the Digital Age. Scholarly and Research

Communication, v. 8, n. 2, 2009. Disponível em: https://src-online.ca/index.php/src/article/download/277/519. Acesso em: 2 set. 2026.

HEGYI, Ádám. Problems Arising from Withholding Information in the Practice of the Reformed Church in the South-Eastern Part of the Hungarian Kingdom at the Turn of the 18th and the 19th Centuries. Истраживања, n. 27, p. 153-167, 2016. Disponível em: https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=538122. Acesso em: 2 set. 2026.

HEUVEL, Charles van den. Paul Otlet's Experiments with Knowledge Organisation and Explorations of a Future Semantic Web. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 139-157. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

HIGGS, Edward. Facial AIs and Information Systems in Historical Context. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 187-200. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

IRVING, Henry. The Wartime Social Survey as Information History. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 280-294. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100002. Acesso em: 2 set. 2026.

JOSEPHSON, Paul Robert. Big Science e Tecnologia no século XX. Fronteiras: Revista Catarinense de História, n. 27, p. 149-168, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071487009. Acesso em: 2 set. 2026.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago. Dimensões historiográficas da virada visual ou o que pode fazer o historiador quando faz histórias com imagens?. Revista Tempo e Argumento, v. 11, n. 28, 2019a. DOI: http://dx.doi.org/10.5965/2175180311282019402. Acesso em: 2 set. 2026.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes Santiago.A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 27, e08, 2019b. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02672019v27e08.

KALUZHYNSKA, Yuliia; SHYNKAR, Tetiana. Current trends in the use of archives for studying the history of information technologies and media. Society. Document. Communication, 2024. DOI: https://doi.org/10.69587/sdc/4.2024.72. Acesso em: 2 set. 2026.

KANIARI, Assimina; GIANNAKOPOULOS, Georgios. Indexes, lists, archives: foundations of the modern museum in information history and philosophy. Procedia-Social and Behavioral Sciences, v. 73, p. 757-763, 2013. DOI: https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.02.115. Acesso em: 2 set. 2026.

KAPLAN, Frédéric; DI LENARDO, Isabella. Big data of the past. Frontiers in Digital Humanities, v. 4, p. 12, 2017. DOI: https://doi.org/10.3389/fdigh.2017.00012. Acesso em: 2 set. 2026.

KECK, Jana; OIVA, Mila; FYFE, Paul. Lajos Kossuth and the Transnational News. Media History, 2022. DOI:

https://doi.org/10.1080/13688804.2022.2146905. Acesso em: 2 set. 2026.

KILBURN-TOPPIN, Jasmine. Recipes, Gold, and Information Exchange: Workshop Cultures in the Early Modern Metropolis. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 402-413. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

LAMPERT, Ernâni. A universidade: da Idade Média à época atual. História da Educação, v. 1, n. 2, p. 69-81, 1997. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891677. Acesso em: 2 set. 2026.

LEBLANC, Zoe. Decolonisation and Information in Postcolonial Egypt, 1952-1967. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 552-565. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

LEONI, Simona Boscani. Between the Americas and Europe: Mapping Territories through Questionnaires, 16th–18th Centuries. in LEONI, Simona Boscani; BAUMGARTNER, Sarah; KNITTEL, Meike (eds.). Connecting Territories: Exploring People and Nature, 1700–1850. Leiden; Boston: Brill, 2022. Série: Emergence of Natural History, Volume 5. Connecting Territories, p. 23. Disponível em: https://storage.googleapis.com/rua-uplo/files/books/13846/5d336945-85fd-4049-bb45-f01db9b53951.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002. Acesso em: 2 set. 2026.

LISBOA, João Luís da Costa Campos Vieira. A leitura nos debates da história cultural. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, p. 185-204, 1989. ISSN 0871-2778. Disponível no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RUN). Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/6649. Acesso em: 2 set. 2026.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação no Brasil. Colóquio do Museu Pedagógico, v. 3, 2003. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4746/art4_14.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação. Quaestio: Revista de Estudos em Educação, v. 7, n. 1, 2005. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/download/41/41. Acesso em: 2 set. 2026.

LUYT, Brendan. The Fault Lines of Knowledge: An Examination of the History of Wikipedia's "Neutral Point of View" (NPOV) Information Policy and Its Implications for a Polarised World. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 173-186. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

MAGAÑA, Ernesto Oyarbide. Collecting 'Toute l'Angleterre': English Books, Soft Power and Spanish Diplomacy at the Casa del Sol (1613–1622). In: LAMAL, Nina; CUMBY, Jamie; HELMERS, Helmer J. (Ed.). Print and Power in Early Modern Europe (1500–1800). Leiden: Brill, 2021. p. 317-337. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctv1v7zbf2.19 Acesso em: 4 set. 2026.

MAK, Bonnie. What Is Information History for? In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon:

Routledge, 2026. p. 583-597. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

MALAVASI, Silvana; OLIVEIRA, Terezinha; BATISTA, Viviane da Silva. Um olhar da História da Educação para a universidade medieval: a importância social e histórica dessa instituição. Revista Diálogo Educacional, v. 23, n. 78, p. 1308-1318, 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/1981-416x.23.078.ao03. Acesso em: 2 set. 2026.

MARQUES, Paulo Leonardo Ponte *et al*. Da pré-história à idade "mídia": a evolução da tecnologia no desenvolvimento da humanidade. In: SANTOS, Zélia Maria de Sousa Araújo; FROTA, Mirna Albuquerque; MARTINS, Aline Barbosa Teixeira. Tecnologias em Saúde: da abordagem teórica à construção e aplicação no cenário do cuidado. (1a). EdUECE, 2016.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da Escola dos Annales à História Nova. Historiæ, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2283. Acesso em: 2 set. 2026.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. Revista Maracanan, v. 12, n. 14, p. 33-48, 2016. DOI: https://doi.org/10.12957/revmar.2016.20858. Acesso em: 2 set. 2026.

MCCOY, Alfred William. Policing the imperial periphery: The Philippine-American War and the origins of US Global Surveillance. Surveillance & Society, v. 13, n. 1, p. 4-26, 2015. DOI: https://doi.org/10.24908/ss.v13i1.5161. Acesso em: 2 set. 2026.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, n. 115, p. 103-117, 1983. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i115p103-117. Acesso em: 2 set. 2026.

MENESES, Ulpiano T. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, v. 23, p. 11-36, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002. Acesso em: 2 set. 2026.

MILETTO, Evandro Manara; GONSALES, Alex Dias; OKUYAMA, Fabio Yoshimitsu. O que é informática. In: Desenvolvimento de software I: conceitos básicos. Porto Alegre: Bookman, 2014. p. 1-4. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/desenvolvimento-de-software-i-79442-1.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

MILILLO, Lucrezia; HYLAND, Sabine. The Andean Khipus: An Information System Made of String. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 78-94. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. Simpósio Nacional de História, XXVI, 2011. Disponível em: https://snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307020581_ARQUIVO_MarciaEckertMirandaAnpuh2011.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

MIRANDA, Rose Moreira de. Tecendo Novas Tramas Sociais em Itaipu: proposta de uma documentação museal cidadã. 2020. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43259629/Tecendo_Novas_Tramas_Sociais_em_Itaipu_por_uma_documentação_museal_cidadã. Acesso em: 2 set. 2026.

MOUREN, Raphaële. Escrever sobre a história das bibliotecas hoje. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 35, n. 1, 2021. Disponível em:

https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/12802/8894. Acesso em: 2 set. 2026.

NISHIZAWA, André Jun. A evolução do livro: como o desenvolvimento simultâneo de três aspectos tem modificado a história do livro. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. DOI: https://doi.org/10.11606/D.27.2014.tde-19012015-145902. Acesso em: 2 set. 2026.

O'DALY, Irene. Creativity in Classification: Phrasing and Presenting the Aristotelian Categories in the Middle Ages. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 215-232. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

ODLYZKO, Andrew. The forgotten discovery of gravity models and the inefficiency of early railway networks. Œconomia. History, Methodology, Philosophy, n. 5-2, 2015. DOI: https://doi.org/10.4000/oeconomia.1684. Acesso em: 2 set. 2026.

OLIVEIRA, Clériston de. As clivagens na história da leitura: uma perspectiva histórica e uma concepção atual. In: VIII SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE LÍNGUA MATERNA, ESTRANGEIRA E DE LITERATURAS (SELIMEL). Eixo Temático 10: Estudos de Leitura e Ensino. 8., 2013. Campina Grande. Artigos Científicos [...]. Campina Grande - PB: 2013. ISSN: 2357-9765. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/46030. Acesso em: 2 set. 2026.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. Varia História, v. 23, n. 37, p. 113-129, 2007. DOI:

https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000100007. Acesso em: 2 set. 2026.

ORTEGA, Cristina Dotta. Documentation as one of the origins of the Information Science and a fertile basis for its grounding. Brazilian Journal of Information Science: research trends, v. 3, n. 1, 2009. DOI: https://doi.org/10.36311/1981-1640.2009.v3n1.02.p3. Acesso em: 2 set. 2026.

OSORIO, Nestor L. A Study of Harold Borko's Contributions to Information Science. Library Philosophy and Practice, p. 0_1, 2014. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/libphilprac/1218/. Acesso em: 2 set. 2026

PAASIKIVI, Sofia *et al.* Infectious media: Cholera and the circulation of texts in the finnish press, 1860–1920. Media History, v. 29, n. 1, p. 17-38, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/13688804.2022.2054408. Acesso em: 2 set. 2026.

PAUL, Prantosh Kumar. 'Information'as Term: Historical Root, Present Focus and Future Potentials with Technologies. International Journal of Social Sciences, v. 2, n. 2, p. 171-180, 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.5958/j.2321-5771.2.2.010. Acesso em: 2 set. 2026.

PERLES, João Batista. Comunicação: conceitos, fundamentos e história. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, p. 1-17, 2007. Disponível em: https://www.kufunda.net/publicdocs/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

PEREZ, Natália da Silva. Racialised Language in Colonial Newspaper Advertisements During the Eighteenth and Nineteenth Centuries. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of

Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 95-109. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

PETHERS, Matthew. Encyclopedias, Information Overload, and the Intellectual Division of Labor in Early America. Early American Studies: An Interdisciplinary Journal, v. 22, n. 4, p. 562-612, 2024. DOI: https://doi.org/10.1353/eam.2024.a942215. Acesso em: 2 set. 2026.

PIMENTA, João Paulo. Teoria, metodologia e historiografia da História dos Conceitos: uma avaliação necessária. Almanack [online]. 2015, v. 00, n. 11, pp. 865-867. DOI: https://doi.org/10.1590/2236-463320151117. Acesso em: 2 set. 2026.

PIROLA, Ricardo. História global "vista de baixo" e agência: conceitos, estratégias de pesquisa e desafios. In: RÉ, Henrique Antonio; SAES, Laurent; VELLOSO, Gustavo (orgs.). História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: novas perspectivas. São Paulo: Publicações BBM, 2020. Disponível em: https://bbm.usp.br/documents/49/Historia_e_historiografia_Miolo_Final.pdf#page=123. Acesso em: 14 set. 2026.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE (PPGOCTS). Nota de pesar: Rafael Capurro foi uma referência na área de Ética e Filosofia da Informação. Rio de Janeiro: PPGOCTS / FACC-UFRJ, 7 maio 2026. Disponível no site do Programa de Pós-Graduação em Organização do Conhecimento, Tecnologias e Sociedade (FACC-UFRJ). Disponível em: https://ppgocts.facc.ufrj.br/2026/05/07/nota-de-pesar-rafael-capurro-foi-uma-referencia-na-area-de-etica-e-filosofia-da-ciencia-da-informacao/. Acesso em: 14 set. 2026.

RATCLIFF, Jessica. Colonial Political Economies of Information: The East India Company and the Growth of Science in Britain. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History.

Abingdon: Routledge, 2026. p. 414-428. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

RAMALHO, Tiago Rego. O campo disciplinar da história das ideias: procedimentos e métodos de investigação. Locus, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 11-32, 2017. Disponível em: https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2925. Acesso em: 2 set. 2026.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-47141996000100018. Acesso em: 2 set. 2026.

REIS, Luis. O arquivo e arquivística: evolução histórica. Biblios, v. 7, n. 24, 2006. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402. Acesso em: 2 set. 2026.

RIBEIRO, Duanne O. Uma história da informação e seus efeitos éticos e epistemológicos. In: ISKO BRASIL, 2023. Anais [...] VII ISKO Brasil, 2023. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/ea736a6b-f095-44da-82c7-bf5853fee8bd/003147950.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

RIGGSBY, Andrew. Information in the Roman Empire. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 37-51. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

ROBERTSON, Craig. Granular certainty, the vertical filing cabinet, and the transformation of files. Administory, v. 4, n. 1, p. 71-86, 2019. DOI: https://doi.org/10.2478/adhi-2019-0005. Acesso em: 2 set. 2026.

ROBINSON, Rebecca. "Those Who Help His Sight and Hearing Are Many": Information and the State in Early China. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 203-214. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

ROSENHAFT, Eve. Information and Mobility: Migrants and Roma as Historical Cases. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 442-456. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

SALMI, Hannu *et al.* The reuse of texts in Finnish newspapers and journals, 1771–1920: A digital humanities perspective. Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History, v. 54, n. 1, p. 14-28, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/01615440.2020.1803166. Acesso em: 2 set. 2026.

SARASIN, Philipp. More than just another specialty: On the prospects for the history of knowledge. Journal for the History of Knowledge, v. 1, n. 1, 2020. DOI: https://doi.org/10.5334/jhk.25. Acesso em: 2 set. 2026.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. Cadernos de História da Educação, 4, 2008. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382. Acesso em: 2 set. 2026.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência e história da ciência. Rio de Janeiro: FINEP, Grupo de Estudos sobre o Desenvolvimento da Ciência, Documento de Trabalho, n. 2, 1976. Disponível em: https://www.schwartzman.org.br/simon/cciencia.htm. Acesso em: 2 set. 2026.

SHEPHERD, Elizabeth. Central and Local: A History of Archives in Twentieth-Century England. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 324-337. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVA, Carlos Robson Souza da Silva; *et al*. A história profunda da informação, ou, por uma pré-história da informação: da ação recíproca dos constituintes físicos do mundo à invenção da escrita. Logeion: filosofia da informação, v. 12, n. 2, 2026. DOI: https://doi.org/10.21728/logeion.2026v12n2e-7879. Acesso em: 2 set. 2026.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 15, n. 3, p. 52-66, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-99362010000300004. Acesso em: 2 set. 2026.

SIMONSEN, Maria. Encyclopaedias as Cultural Carriers of Information: A Scandinavian Perspective. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 124-138. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

SKINNER, Quentin.Significado e interpretação na História das Ideias. Trad. BARBOSA, Marcus Vinícius. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 20, p. 358-399, 2017. DOI: https://doi.org/https://dx.doi.org/10.5965/2175180309202017358. Acesso em: 2 set. 2026.

SKOUVIG, Laura. Produktivitet og moral. Almanakkens anmærkninger og skillingsviser omkring 1800. Fund og Forskning

i Det Kongelige Biblioteks Samlinger, v. 51, p. 337-337, 2012. DOI: https://doi.org/10.7146/fof.v51i0.41281. Acesso em: 2 set. 2026.

SKOUVIG, Laura. Emotions as Commodities: Street Ballads and the Commercialisation of Information. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 457-470. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

SORIANO, Cristina. In-Between Writing and Orality: The Circulation of Information in the Black Spanish Caribbean during the Age of Revolutions, 1789-1808. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 429-441. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

SOUSA, Antônio Cláudio Gómez; OLIVEIRA, José Carlos de. A evolução da Técnica, da Tecnologia e do ser humano. In: História das ciências, das técnicas e epistemologia (HCTE/UFRJ), 2011. Disponível em: https://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Antonio%20Claudio%20A%20EVOLUÇÃO%20DA%20TÉCNICA.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

SOUZA, Rafael Dalyson. As questões de uma história global das técnicas.História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 32, e2025056, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-59702025000100056. Acesso em: 2 set. 2026.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o 'contextualismo linguístico' na perspectiva de Quentin Skinner. Fenix: Revista de História e Estudos Culturais, v. 5, n. 4, p. 1-19, 2008. Disponível em:

https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/97. Acesso em: 2 set. 2026.

STEVENS, Hallam; HARJANI, Manoj. Smart Cities and Informatic Governance: The Management of Information and People in Postcolonial Singapore. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 368-382. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

SYLVIA IV, John Joseph. A Genealogical Analysis of Information and Technics. Information, v. 12, n. 3, p. 123, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/info12030123. Acesso em: 2 set. 2026.

SZOMMER, Gabor. Trading Factories as Information Factories: Aspects of Information Management in the Dutch East India Company's Japanese Factory, 1609-1623. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 233-246. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

TANUS, Gabrielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas e biblioteconomia pré-científica. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 16, n. 3, p. 254-273, 2018. Disponível em: : https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651364. Acesso em: 2 set. 2026.

TOLAND, Janet; YOONG, Pak. Using historical methods in information systems: A primer for researchers. The Australasian Journal of Information Systems, v. 18, n. 1, p. 7, 2013. Disponível em: https://aisel.aisnet.org/ajis/vol18/iss1/7. Acesso em: 2 set. 2026.

USHER, Bethany. Information as Instruction: A Short History of Attack Journalism. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK,

Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 158-172. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

VAN DOREN, Charles. Uma breve história do conhecimento. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

VERGARA, Moema de Rezende. Uma história social da ciência e tecnologia. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 9, n. 3, p. 710-714, 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000300013. Acesso em: 2 set. 2026.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Historiografia e história da ciência. Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p.111-158, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11997/17984. Acesso em: 2 set. 2026.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. Revista Brasileira de História de Educação, v. 8, n. 1, p. 63-85, 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161072007.pdf. Acesso em: 2 set. 2026.

VILLAÇA, Marco Valério Miorim; STEINBACH, Reginaldo. Brevíssima história do computador e suas tecnologias parte I – do osso de Lebombo aos computadores eletromecânicos. Revista Ilha Digital, v. 5, p. 3-24, 2014. Disponível em: https://ilhadigital.florianopolis.ifsc.edu.br/index.php/ilhadigital/article/view/72. Acesso em: 2 set. 2026.

VIVO, Filippo de. The Politics of Communication in the Early Modern City: Istanbul and Venice. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p.

385-401. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

WANG, Xudong. A Theoretical Modeling of Digital World History: Premises, Paradigm, and Scientific Data Strategy. Data Science Journal, 2007. DOI: https://doi.org/10.2481/dsj.6.S698. Acesso em: 2 set. 2026.

WELLER, Toni. Information history: its importance, relevance and future. Aslib Proceedings. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2007. p. 437-448. DOI: https://doi.org/10.1108/00012530710817627. Acesso em: 2 set. 2026.

WELLER, Toni. An information history decade: a review of the literature and concepts, 2000–2009. Library & Information History, v. 26, n. 1, p. 83-97, 2010. DOI: https://doi.org/10.1179/175834909X12593374744122. Acesso em: 2 set. 2026.

WELLER, Toni (Ed.). Information History in the Modern World: Histories of the Information Age. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. 638 p. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

WELLER, Toni. The Female Body as an Object of Information: Britain during the Late Victorian and Edwardian Period. In: WELLER, Toni; BLACK, Alistair; MAK, Bonnie; SKOUVIG, Laura (Ed.). The Routledge Handbook of Information History. Abingdon: Routledge, 2026. p. 247-263. DOI: https://doi.org/10.4324/9781003310532. Acesso em: 2 set. 2026.

WENDT, Lucas George. Do proto-museu ao pára-museu: o museu e suas relações com gabinetes de curiosidades, câmaras das maravilhas, coleções principescas, studioli, galerias, menageries e

jardins botânicos. In: WENDT, Lucas George; RIBEIRO, Paola Caroline; STRACK, Vinicius Ludwig (org.). Anais do 1º Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (Sedismuspa) da UFRGS. Porto Alegre: Ed. dos Autores, 2026. p. 312-339. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/405388198_Do_proto-museu_ao_para-museu_o_museu_e_suas_relacoes_com_gabinetes_de_curiosidades_camaras_das_maravilhas_colecoes_principescas_studioli_galerias_menageries_jardins_zoologicos_e_jardins_botanicos. Acesso em: 2 set. 2026.

WHITWORTH, Andrew. Archives as the prologues of information literacy. Journal of Information Literacy, v. 18, n. 1, p. 94, 2024. DOI: https://doi.org/10.11645/18.1.564. Acesso em: 2 set. 2026.

SOBRE O AUTOR

Lucas George Wendt é doutorando em Ciência da Informação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCIN/UFRGS). Mestrando em Museologia e Patrimônio (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPGMUSPA/UFRGS). Mestre em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS/2024). Especialista em Comunicação Institucional (Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - Fadergs/2021). Bacharel em Biblioteconomia (Universidade de Caxias do Sul - UCS/2021). Bacharel em Jornalismo (Universidade do Vale do Taquari - Univates/2018). Acadêmico de Arquivologia (Centro Universitário Leonardo Da Vinci - Uniasselvi).
Sua pesquisa tem sido orientada pelos temas da Informação em Ciência, Comunicação da Ciência, História da Ciência, Memória da Ciência, Patrimônio da Ciência, com ênfase nestes processos, fluxos, dinâmicas e agentes nas Geociências e nas Biociências.

Contato:
lucas.george.wendt@gmail.com.
Currículo Lattes:
http://lattes.cnpq.br/0351526393576096.
Google Acadêmico:
https://scholar.google.com/citations?user=N-L--xoAAAAJ&hl=pt-BR.
Orcid:
https://orcid.org/0000-0002-4901-6826.

Este autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de doutorado concedida no início de 2026.

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-3302-4